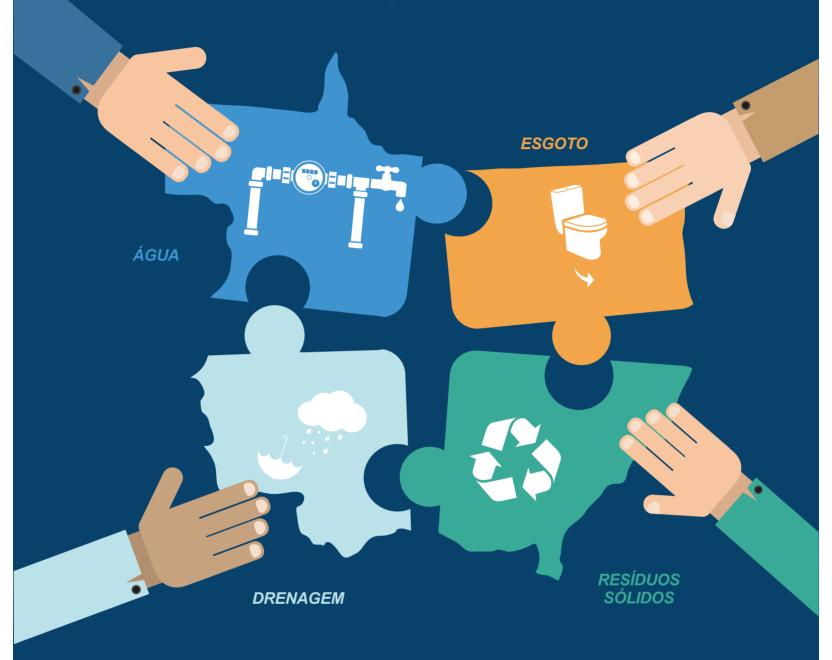
Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima Paulo Modesto Filho Rubem Mauro Palma de Moura (Organizadores)



RELATÓRIO TÉCNICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: ARENÁPOLIS-MT



RELATÓRIO TÉCNICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:

ARENÁPOLIS-MT



Ministério da Educação

Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora

Myrian Thereza de Moura Serra

Vice-Reitor

Evandro Aparecido Soares da Silva

Coordenador da Editora Universitária Renilson Rosa Ribeiro

Supervisão Técnica Ana Claudia Pereira Rubio

Conselho Editorial



Membros

Renilson Rosa Ribeiro (Presidente - EdUFMT) Ana Claudia Pereira Rubio (Supervisora - EdUFMT) Adelmo Carvalho da Silva (Docente - IE) Ana Carrilho Romero Grunennvaldt (Docente - FEF) Arturo Alejandro Zavala Zavala (Docente - FE) Carla Reita Faria Leal (Docente - FD) Divanize Carbonieri (Docente - IL) Eda do Carmo Razera Pereira (Docente - FCA) Elizabeth Madureira Siqueira (Comunidade - UFMT) Evaldo Martins Pires (Docente - CUS) Ivana Aparecida Ferrer da Silva (Docente - FACC) Josiel Maimone de Figueiredo (Docente - IC) Karyna de Andrade Carvalho Rosseti (Docente - FAET) Lenir Vaz Guimarães (Docente - ISC) Luciane Yuri Yoshiara (Docente - FANUT) Maria Cristina Guimaro Abegão (Docente - FAEN) Maria Cristina Theobaldo (Docente - ICHS) Raoni Florentino da Silva Teixeira (Docente - CUVG) Mauro Miguel Costa (Docente - IF) Neudson Johnson Martinho (Docente - FM) Nileide Souza Dourado (Técnica - IGHD) Odorico Ferreira Cardoso Neto (Docente - CUA) Paulo César Corrêa da Costa (Docente - FAGEO) Pedro Hurtado de Mendoza Borges (Docente - FAAZ) Priscila de Oliveira Xavier Scudder (Docente - CUR) Regina Célia Rodrigues da Paz (Docente - FAVET) Rodolfo Sebastião Estupiñán Allan (Docente - ICET) Sonia Regina Romancini (Docente - IGHD) Weyber Ferreira de Souza (Discente - UFMT) Zenesio Finger (Docente - FENF)

Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima Paulo Modesto Filho Rubem Mauro Palma de Moura (Organizadores)

RELATÓRIO TÉCNICO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: ARENÁPOLIS-MT



A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei n^o 9.610/98.

A EDUFMT segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugerida pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R382

Relatório Técnico do Plano Municipal de Saneamento Básico: Arenápolis-MT./ Organizado por Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Paulo Modesto Filho e Rubem Mauro Palma de Moura. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2017. 159p.

ISBN 978-85-327-0660-7

1.Saneamento Básico – Plano Municipal – PMSB. 3.Arenápolis-MT. 3.Relatório Técnico. I. Lima, Eliana Beatriz Nunes Rondon (org.). II. Modesto Filho, Paulo (org.). III.Moura, Rubem Mauro Palma (org.). IV.Título.

CDU 628

Coordenação da EdUFMT: Renilson Rosa Ribeiro

Supervisão Técnica: Ana Claudia Pereira Rubio

Revisão Textual e Normalização: Luiz Carlos de Campos e

Marinaldo Luiz Custódio

Diagramação: Leiliane Silva do Nascimento





Editora da Universidade Federal de Mato Grosso

Av. Fernando Correa da Costa, 2.367.

Boa Esperança. CEP: 78060-900. Cuiabá-MT.

Contato: edufmt@hotmail.com

www.editora.ufmt.br Fone: (65) 3313-7155





COMITÊ DE COORDENAÇÃO

a) Representantes do Poder Público Municipal:

Edvanea de Oliveira Balbino - Representante da Secretaria de Saúde;

Jean Dourado Ormond Ferreira - Representante da Secretaria de Administração;

Núbia Gonçalves Campos – Representante da Secretaria de Educação;

André Aparecido Novaes Rocha - Representante da Câmara Municipal de Vereadores.

- b) Representantes do Poder Público Estadual e Federal:
- 1. Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica NICT da Funasa;
- 2. Representante dos Consórcios Públicos Intermunicipais;
- 3. Representante do Estado da Secretaria de Cidades.

COMITÊ EXECUTIVO

Aliane Piovesan Gomes – Engenheiro/ Técnico;

José Nilton Vieira – Representante da Secretaria de Obras e Transportes;

Silvio Ferreira Freitas – Representante da Secretaria de Administração (Tributos);

Raoni Balbino de Lima – Representante da Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária).





EQUIPE DE EXECUÇÃO

Coordenadora Geral **Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima**

Escritório de Projeto Nilton Hideki Takagi Thiago Meirelles Ventura

Administrador do Portal **Elmo Batista de Faria**

Engenheiros Sêniores

Benedito Gomes Carneiro

Cleide Martins de Carvalho Santana Gilson Costa Passos José Ályaro da Silva

Luciana Nascimento Silva

Rodrigo Botelho da Fonseca Accioly

Auxiliar Administrativo Cássia Regina Carnevale

Assessoria Jurídica

Martha Fernanda Caovilla da Costa

Apoio Técnico Administrativo

Leiliane Silva do Nascimento

Consultores Técnicos
Auberto J. B. de Siqueira
Elder de Lucena Madruga
Guilherme Julio Abreu Lima
Renato Blat Migliorini
José Antônio da Silva
João Batista Lima
Sérgio Henrique Allemand Motta
Zoraidy Marques de Lima

Auxiliar Técnico

Márcio de Jesus Mecca

Bolsista de Pós-Graduação – Adm Fernanda Corrêa Freitas Okawada Thairiny Alves Valadão Silvio Santos Cardoso Emilton Ramos Varanda Junior Coordenador Técnico Paulo Modesto Filho

Banco de Dados Josiel Maimone de Figueiredo Raphael de Souza Rosa Gomes

Analista de Comunicação Social **Josita Correto da Rocha Priante**

Engenheiros Juniores
Ariele Patrícia de Lima R. de
Amorim
Bruno Leonel Rossi
Cassiano Ricardo Reinehr Corrêa
Daisy Cristina Santana

Karen Rebeschini de Lima Rossi

Larissa Rodrigues Turini Rafael Nicodemos Bruzzon Thaisa Camila Vacari

Revisores de Texto
Luiz Carlos de Campos
Marinaldo Luiz Custódio

Bolsistas de Graduação – Inst. de Computação

Allan Ferreira Geraldo de Alencar Dowglas Renan Zorzo Lucas José David de Oliveira Rodrigo Venâncio Veríssimo Rondinely da Silva Oliveira Rodrigo Fonseca de Moraes Alan P. Heleno

Bolsista de Graduação — Social Carine Muller Paes de Barros Cassyo André Sonda Jéssica Caroline Amaral da Silva Karine dos Santos Oleriano

Bolsista de Graduação – Economia Camilla Nathália da Silva Almeida Kahê França Leal

Bolsista de Graduação — Eng. Civil **Guilherme Antônio R. S. N. Barbosa**

Coordenador Operacional Rubem Mauro Palma de Moura Marizete Caovilla - Governo do Estado

Planej. Estratégico e Sócio-econômico: **João Orlando Flores Maciel**

Equipe Social e Comunicação Maria de Sousa Rodrigues Maria Jacobina da Cruz Bezerra Ailton Segura

Engenheiros Trainee

Antonio Pereira de Figueiredo Netto
Fabíola Solé Teixeira

Bolsistas de Graduação – Eng. Sanitária e Ambiental

Amanda Mateus Ribeiro
Carlos César Barros Pereira
Elson Yudi Yamamoto
Erik Schmitt Quedi
Gabriel Figueiredo de Moraes
Henrique Ribeiro Mendonça
Kauê Boidi Pereira
Luiz Eduardo Carvalho Medeiros
Mayse Teixeira Onohara

Mirian Teodoro de Carvalho
Oátomo Augusto Martinho Modesto
Stela Amanda Santos de Azevedo
Thamires Silva Martins
Thays Dias Xavier
Vinícius dos Santos Guim
Willian Douglas Reis
Mauri Queiroz de Menezes Junior
Thayná Albuquerque Silva

Bolsista de Pós-Graduação – Social **Iara Mendes de Almeida**

Colaboradores Alan Vitor Pinheiro Alves Nathan Campos Teixeira Pedro Cassiano Assumpção de Farias

Bolsista de Graduação – Arquitetura **Cristina Marafon**

Equipe Técnica Responsável:
Cleide Martins de Carvalho Santana
Cassiano Ricardo Reinehr Corrêa
Cristina Marafon
Oátomo Augusto Martinho Modesto

Equipe Social Responsável:

Maria Jacobina da Cruz Bezerra

Karine dos Santos Oleriano







FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rodrigo Sérgio Dias

Presidente da FUNASA

Francisco Holanildo Silva Lima

Superintendente Estadual da Funasa no Mato Grosso - Suest

Ruy Gomide Barreira

Chefe Departamento de Engenharia e Saúde Pública (DENSP)

Leliane Barbosa

Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (Nict)

Nilce Souza Pinto

Engenheira Sanitarista-Funasa-MT

Marco Tourinho Gama

Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp)

Ana Elisa Martinelli Finazzi

Engenheira Ambiental-Funasa-MT

Vilidiana Moraes Moura

Engenheira Sanitarista-Funasa-MT



SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – MT

Pedro Taques

Governador do Estado de Mato Grosso

Wilson Pereira dos Santos

Secretário de Estado das Cidades

Cláudio Santos De Miranda

Secretário Adjunto de Políticas Urbanas

Dirce Ines de Campos Mesquita

Analista de Desenvolvimento Econômico e Social

Denise Pontes Duarte

Superintendente de Saneamento Ambiental

Raquel Castro Farias Carolina

Analista de Desenvolvimento Econômico e Social

Frederico Pedro da Silva

Coordenador de Planos e Programas de Saneamento







FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT

Cristiano Maciel
Diretor-Geral

Sandra Maria Coelho Martins Superintendente





SUMÁRIO

PRODUTO A – DECRETO DE DEFINIÇÃO DOS COMITÊS PRODUTO B - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL – PMS	17
PRODUTO B - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL – PMS	19
4.1 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS	20
4.2.1 Infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água-SAA da Zona Urbana	21
4.2.1 Infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água-SAA da Zona Urbana	21
4.2.1.1 Caracterização e descrição da infraestrutura	31
4.2.1.1 Caracterização e descrição da infraestrutura	33
 4.2.1.3 Principais Deficiências 4.2.2 Infraestrutura do Sistema de Esgotamento Sanitário-SES da Zona Urbana 4.2.2.1 Descrição e caracterização da infraestrutura 4.2.2.2 Análise e avaliação das condições atuais de contribuição dos esgotos domésticos e balançentre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário 4.2.2.3 Deficiências referentes ao sistema de esgotamento sanitário 4.2.3 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais da Zona Urbana 4.2.3.1 Descrição e caracterização da infraestrutura 4.2.3.2 Principais fundos de vale de escoamento de águas de chuva 	33
 4.2.2 Infraestrutura do Sistema de Esgotamento Sanitário-SES da Zona Urbana 4.2.2.1 Descrição e caracterização da infraestrutura 4.2.2.2 Análise e avaliação das condições atuais de contribuição dos esgotos domésticos e balançentre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário 4.2.2.3 Deficiências referentes ao sistema de esgotamento sanitário 4.2.3 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais da Zona Urbana 4.2.3.1 Descrição e caracterização da infraestrutura 4.2.3.2 Principais fundos de vale de escoamento de águas de chuva 	37
 4.2.2.1 Descrição e caracterização da infraestrutura	39
 4.2.2.1 Descrição e caracterização da infraestrutura	39
entre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário	
entre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário	
 4.2.2.3 Deficiências referentes ao sistema de esgotamento sanitário 4.2.3 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais da Zona Urbana 4.2.3.1 Descrição e caracterização da infraestrutura 4.2.3.2 Principais fundos de vale de escoamento de águas de chuva 	
 4.2.3 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais da Zona Urbana 4.2.3.1 Descrição e caracterização da infraestrutura 4.2.3.2 Principais fundos de vale de escoamento de águas de chuva 	
 4.2.3.1 Descrição e caracterização da infraestrutura. 4.2.3.2 Principais fundos de vale de escoamento de águas de chuva. 	
4.2.3.2 Principais fundos de vale de escoamento de águas de chuva	
7.2)) I HIICIDAIS HOOS UC DIODICINAS OUSCIVAUOS	
4.2.4 Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos da Zona Urbana	
4.2.4.1 Resíduos sólidos domiciliares e comerciais (RSDC)	
4.2.4.2 Limpeza Urbana	
4.2.4.3 Resíduos de serviços de saúde (RSS)	
4.2.4.4 Resíduos de construção e demolição (RCD)	
4.2.4.5 Resíduos dos serviços de transportes e dos serviços públicos de saneamento básico	
4.2.4.6 Identificação dos passivos ambientais	
4.2.5 Área Rural	
4.2.5.1 Infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água das áreas rurais	
4.2.5.2 Infraestrutura de Esgotamento Sanitário	
4.2.5.3 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais	
4.2.5.4 Infraestrutura de manejo dos resíduos sólidos	
5 PRODUTO D - PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO	
5.1 PROJEÇÃO POPULACIONAL	
5.2 MATRIZ SWOT	
5.3 CONSOLIDAÇÃO DAS PRIORIDADES DE SANEAMENTO	
5.4 INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
5.4.1 Projeção da demanda anual de água para toda a área de planejamento urbana ao longo de	
anos	
5.4.2 Projeção da demanda de água nas Áreas Rurais	
5.5 INFRAESTRUTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	0 <i>3</i>
5.5.1 Projeção da vazão anual de esgotos ao longo dos 20 anos para toda a área de planejamento	
5.5.2 Projeção das demandas de esgotos ao fongo dos 20 años para toda a area de planejamento 5.5.2 Projeção das demandas de esgoto na área rural	o / on
5.5.3 Previsão de estimativas de carga e concentração de DBO e Coliformes termotolerantes	9U 03
5.6 DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	9 <i>3</i>
5.6.1 Projeção da demanda de drenagem urbana e manejo de águas pluviais	
5.6.2 Proposta de medidas mitigadoras para os principais impactos identificados	
5.7 INFRAESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
5.7.1 Estimativas de resíduos sólidos urbanos nos Distritos, Quilombolas, Assentamentos	
5.7.1.1 Estimativas de resíduos sólidos urbanos nos Distritos, Quilombolas, Assentamentos Comunidades dispersas	





5.7.2	Identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de reje	itos.
		. 112
5.8	AÇÕES PARA EVENTOS DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA	. 116
5.8.1	Planejamento para estruturação operacional das ações de emergências e contingências	. 116
5.8.1.1	Medidas programadas para a elaboração do Plano de Emergências e Contingências	. 116
5.8.1.2	Medidas previstas para validação do Plano de Emergência e Contingência	. 116
5.8.1.3	Medidas previstas para atualização do Plano de Emergência e Contingência	. 117
6	PRODUTO E PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	. 118
6.1	SISTEMATIZAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	. 118
7	PRODUTO F - PLANO DE EXECUÇÃO	. 128
7.1	CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DO PMSB	. 128
7.2	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	. 130
8	PRODUTO G – MINUTA DE PROJETO DE LEI	. 131
9	PRODUTO H – RELATÓRIO SOBRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO	DO
	PMSB	. 132
10	PRODUTO I – SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA AUXÍLIO À TOMADA	DE
	DECISÃO	. 146
11	PRODUTO J – RELATÓRIO MENSAL SIMPLIFICADO DO ANDAMENTO	DAS
	ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO	. 147
12	CONCLUSÃO	. 148
13	ANFYOS	140





LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Primeiras atividades de mobilizações, sensibilização (17/09/2015) e capacitação	
(27/10/2015), respectivamente)
Figura 2. Fluxograma do sistema de abastecimento de água existente	,
Figura 3. Barrilete do PT-01 (A) e PT-05 (B)	,
Figura 4. Cloradores de contato (A) e detalhe da aplicação diretamente na tubulação (B)	,
Figura 5. Reservatórios: RAP-01 (A), RAP-02 (B) e REL-01 (C)	,
Figura 6. Esquema gráfico da malha urbana e microdrenagem de Arenápolis)
Figura 7. Bio Mapa de drenagem urbana)
Figura 8. Caminhões compactadores utilizados na coleta)
Figura 9. Localização da área (A) e vista do local de descarte dos RSDC)
Figura 10. Localização da área (A) e vista do local de descarte dos resíduos de limpeza urbana 50)
Figura 11. Acondicionamento externo dos RSS, Secretaria de Saúde (A), PSF Campina (B), PSF Vila	
Rica (C) e PSF Bela Vista (D)	
Figura 12. Retroescavadeira (esq.), caminhão caçamba (dir.) do município)
Figura 13. Produção de resíduos sólidos ao longo do horizonte de 20 anos)
Figura 14. Massa total de resíduos da área urbana com e sem reaproveitamento)
Figura 15. Ilustração de algumas das atividades de mobilização realizadas no município	,





LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características dos poç	os e das bombas de recalque (PT-01 a PT-04)	34
Tabela 2. Características dos poç	os e das bombas de recalque (PT-05 a PT-08)	34
Tabela 3. Característica da rede o	le distribuição	37
Tabela 4. Número de ligações e e	economias de água em Arenápolis	37
Tabela 5. Quantidade de consum	idores por faixa de consumo do SAA de Arenápolis	38
Tabela 6. Tarifas referentes ao m	ês 11/2015 das diversas categorias e volumes de consumo	38
Tabela 7. Estimativa da geração	de esgoto no município de Arenápolis	40
Tabela 8. Quantitativo de vias pa	vimentadas e não pavimentadas e com drenagem	43
Tabela 9. Média da composição	gravimétrica de 10 municípios de Mato Grosso	47
Tabela 10. Projeção populaciona	l para o município de Arenápolis	57
Tabela 11. Estudo comparativo d	le Demanda para o SAA do município de Arenápolis	79
Tabela 12. Evolução das demand	as considerando a redução de perdas no SAA correlacionada ao	
tempo de funcioname	nto da bomba	80
Tabela 13. Índice de perdas ao lo	ngo do horizonte do projeto	81
Tabela 14. Comparativo de reser	vação necessária com e sem programa de redução de perdas e	
referência Funasa ao	longo do horizonte do plano	82
Tabela 15. Correlação entre o cre	escimento populacional, quantidade de ligações e extensão de rede	de
abastecimento de águ	a	83
Tabela 16. Estudo da projeção da	a população e as vazões necessárias para o horizonte do plano das	
áreas rurais dispersas		85
Tabela 17. Estudo da projeção da	a população e as vazões necessárias para o horizonte do plano,	
Assentamento Imacul	ado Coração de Maria	85
Tabela 18. Estudo da projeção da	a população e as vazões necessárias para o horizonte do plano,	
Assentamento Nossa	Senhora Aparecida	85
Tabela 19. Estudo da projeção da	a população e as vazões necessárias para o horizonte do plano,	
Assentamento Castelo	o Itapirapuã I e II	86
Tabela 20. Estimativa das vazões	s de esgoto para a população urbana de Arenápolis	88
Tabela 21. Estudo da projeção da	a extensão da rede coletora de esgoto	89
Tabela 22. Estimativa das vazões	s de esgoto para a área rural do município de Arenápolis	91
Tabela 23. Estimativa das vazões	s de esgoto para o assentamento Imaculado Coração de Maria, no	
município de Arenápo	olis	91
Tabela 24. Estimativa das vazões	s de esgoto para o assentamento Nossa Senhora Aparecida, no	
município de Arenáp	olis	91





Tabela 25. Estimativa das vazões de esgoto para o assentamento Castelo Itapirapuã I e II, no	
município de Arenápolis) 2
Tabela 26. Previsão da carga orgânica de DBO, coliformes totais e características do efluente final	
para os diversos tipos tipo de tratamento) 4
Tabela 27. Concentração de DBO, coliformes totais e a característica do efluente final para os diverso	os
tipos de tratamento na área urbana) 6
Tabela 28. Parâmetro de eficiência adotado no PMSB	98
Tabela 29. Valores utilizados para estimativa de ocupação do solo) 9
Tabela 30. Projeção da ocupação urbana de município de Arenápolis9) 9
Tabela 31. Estimativa de geração anual de resíduos sólidos urbanos ao longo de 20 anos e massa tota	1
a ser aterrada - população urbana e rural)3
Tabela 32. Estimativa de geração de resíduos sólidos urbanos ao longo de 20 anos - área urbana do	
município10)5
Tabela 33. Evolução da quantidade e composição de resíduos gerados)8
Tabela 34. Estimativa de geração de resíduos sólidos urbanos ao longo de 20 anos - área rural do	
município1	l 1
Tabela 35. Custos totais estimados para execução do PMSB	29
Tahala 36 Cranagrama Financairo Garal	20





LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Roteiro de coleta dos resíduos sólidos e domiciliares
Quadro 2. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças
externas do Setor Sócio Econômico, Arenápolis - MT
Quadro 3. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças
externas, quanto ao Sistema de Abastecimento de Água
Quadro 4. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças
externas, quanto ao Sistema de Esgoto Sanitário
Quadro 5. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças
externas, quanto ao Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana
Quadro 6. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças
externas, quanto a Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Quadro 7. Objetivos, Metas e Priorização para a Gestão dos Serviços de Saneamento Básico do
município de Arenápolis
Quadro 8. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura do sistema de abastecimento de água no
município de Arenápolis
Quadro 9. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura do esgotamento sanitário no município
de Arenápolis
Quadro 10. Objetivos, Metas e Priorização – Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais e drenagem
urbana no município de Arenápolis
Quadro 11. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura de manejo de resíduos sólidos e
limpeza urbana no município de Arenápolis
Quadro 12. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura de manejo de resíduos sólidos e
limpeza urbana no município de Arenápolis
Quadro 13. Programas, projetos e ações – Programa Organizacional e Gerencial do município de
Arenápolis
Quadro 14. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de abastecimento de água do
município de Arenápolis
Quadro 15. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de esgotamento sanitário do
município de Arenápolis
Quadro 16. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de drenagem e manejo de águas
pluviais do município de Arenápolis
Quadro 17. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de manejo de resíduos sólidos e
limpeza urbana do município de Arenápolis





Quadro 18. Variaveis utilizadas para compor os indicadores de desempenho, universalização e de
qualidade dos serviços prestados para acompanhamento do PMSB
Quadro 19. Indicadores de desempenho para acompanhamento do PMSB
Quadro 20. Indicadores de universalização dos serviços para acompanhamento do PMSB
Quadro 21. Indicadores de qualidade dos serviços de Abastecimento de Água para acompanhamento
do PMSB
Quadro 22. Indicadores de qualidade dos serviços de Esgotamento Sanitário para acompanhamento do
PMSB
Quadro 23. Indicadores de qualidade dos serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem urbana
para acompanhamento do PMSB
Quadro 24. Indicadores de qualidade dos serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Urbanos para acompanhamento do PMSB
Quadro 25. Indicadores de Saúde para acompanhamento do PMSB.





LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização do município de Arenápolis e seu consórcio	24
Mapa 2. Vias de acesso do município de Arenápolis	25
Mapa 3. Unidades de Planejamento e Gerenciamento de Mato Grosso	26
Mapa 4. Hidrografia do município de Arenápolis	27
Mapa 5. Disponibilidade hídrica e gestão de águas do município de Arenápolis	28
Mapa 6. Disponibilidade hídrica para o núcleo urbano de Arenápolis	29
Mapa 7. Recursos hídricos subterrâneos do município de Arenápolis	30
Mapa 8. Carta imagem do saneamento básico do município de Arenápolis	32
Mapa 9. Indicação de fundos de vale da área urbana e adjacências de Arenápolis	45
Mapa 10. Localidades da área rural do município de Arenápolis	54
Mapa 11. Alternativas locacionais para áreas de aterro consorciado	115





1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB foi elaborado conforme metodologia definida pelo Termo de Referência da Funasa (2012), composto por onze produtos nomeados de A à K, compreendendo as seguintes fases: grupo de trabalho; planejamento das mobilizações sociais; diagnóstico da situação da infraestrutura do saneamento; prospectiva e planejamento estratégico para definição de objetivos, metas e alternativas para universalização e desenvolvimento dos serviços; estabelecimento de programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; plano de execução; minuta de projeto de lei; relatório sobre indicadores para a avaliação sistemática das ações programadas e institucionalização do PMSB; sistema de informações para auxílio à tomada de decisão; relatórios das atividades de mobilizações desenvolvidas e o relatório final do PMSB.

Inicialmente foram formados os Comitês de Coordenação e Executivo por meio de Decreto Municipal, constituindo então o Produto A. A participação da sociedade ocorreu ao longo de todo o processo de elaboração do PMSB por meio de reuniões públicas e setoriais, levantamento de dados nas diferentes secretarias municipais, contato com o site do projeto, grupos em aplicativos de bate-papo e por fim audiência pública, todas devidamente previstas no Plano de Mobilização Social – PMS, constituindo o Produto B.

O Diagnóstico Técnico-Participativo (Produto C) abrangeu desde aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e políticos até as condições dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. A metodologia adotada para realização deste diagnóstico constituiu no levantamento de dados primários a partir do levantamento de campo na área urbana e rural do município, e ainda de um extenso levantamento e compilação dos dados secundários existentes nos diferentes órgãos públicos.

O Produto D, chamado Prospectiva e Planejamento Estratégico, apresenta cenários e a hierarquização de prioridades. Este foi construído, além de efetiva participação social, por meio da análise SWOT, do método de tendência utilizado pelo IBGE nas estimativas populacionais dos municípios brasileiros e por meio da hierarquização das prioridades ao longo do período de planejamento onde optou-se pela combinação de critérios técnicos e sociais. Os critérios técnicos foram definidos a partir do Produto C (Diagnóstico) que geraram uma lista de demandas de cada eixo do saneamento básico e a participação social, através de reuniões, audiência pública, e do contato estabelecido por meio do Produto B (PMS).





O Relatório de Programas, Projetos e Ações (Produto E) cria programas de governo municipal específicos que contemplam soluções práticas (ações) para alcançar os objetivos que compatibilizem com o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social dos municípios, visando sempre um horizonte de 20 anos. No Produto F relativo ao Plano de Execução apresentam-se investimentos necessários para a realização dos programas propostos para o Plano Municipal de Saneamento Básico, buscando, universalizar os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública, manejo de resíduos e drenagem urbana.

O Produto G consta de uma minuta de projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico a ser apresentado a Câmara Municipal que após aprovado irá regulamenta-lo. O Produto H constitui o relatório sobre os indicadores de desempenho do PMSB, na sua elaboração foram considerados grupos de indicadores de avaliação que permitem o acompanhamento e monitoramento da evolução do PMSB e que devem traduzir de modo sintético os seus aspectos mais relevantes.

Para sistematização das informações obtidas nos levantamentos foi elaborado um sistema de informações utilizando o software PMSBForm (Produto I). A metodologia baseouse primeiramente na definição de formulários e cadastramento dos mesmos, estes foram impressos e preenchidos em campo. Logo após foi realizado o cadastramento e validação das respostas, onde o software propicia a visualização dos resultados. Por fim estes resultados foram publicados no site/portal do projeto. Pelo fato de que o PMSBForm foi desenvolvido a partir do início do Projeto nem todo o processo foi totalmente desenvolvido de forma automatizada.

O Produto J consta do Relatório Mensal Simplificado do andamento das atividades de mobilização previstas no Produto B. Compreende as atividades de planejamento, contratação e treinamento do pessoal, sensibilização, capacitação, reuniões, audiências, divulgações e demais atividades de mobilização realizadas no município durante todo o processo de elaboração do PMSB. O Produto K por sua vez apresenta um Relatório Final do Plano de Saneamento Básico, onde de maneira sintética expressa as principais características do PMSB do município.





2 PRODUTO A – DECRETO DE DEFINIÇÃO DOS COMITÊS

De acordo com o Termo de Referência da Funasa em todas as fases de elaboração do PMSB deve haver a inserção das perspectivas e aspirações da sociedade, dessa forma é imprescindível a formação de grupos de trabalho que contemplem vários atores sociais. Desta forma, por meio de um Decreto Municipal, foi criado o comitê de coordenação composto por representantes de instituições públicas ou civis relacionadas ao saneamento e o comitê executivo composto por uma equipe multidisciplinar que incluía técnicos que faziam parte das entidades municipais ou privadas ligadas ao saneamento. Este Decreto Municipal composto pelos comitês de coordenação e execução é considerado o Produto A do PMSB.

Em Arenápolis foi necessário nomear três decretos de formação de comitês, sendo o primeiro o Decreto nº 035/2015, de 16 de novembro de 2015, o segundo o Decreto nº 027/2016, de 16 de outubro de 2016 e o terceiro o Decreto nº 007/2017, de 28 de abril de 2017.





3 PRODUTO B - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL - PMS

A participação da sociedade está prevista pela Lei do Saneamento, pois o saneamento deve ser feito para e pela sociedade. Diante disso o Plano de Mobilização Social teve por objetivo articular estratégias para estimular a participação da população na elaboração do PMSB realizando um planejamento das atividades de mobilização. Primeiramente foram realizadas atividades de sensibilização nas sedes dos consórcios intermunicipais, posteriormente atividades de capacitação dos membros dos comitês presentes no Decreto Municipal (Produto A) (Figura 1).

Figura 1. Primeiras atividades de mobilizações, sensibilização (17/09/2015) e capacitação (27/10/2015), respectivamente





Fonte: PMSB-MT, 2015

Nestas capacitações além de iniciar a elaboração do PMS foram transmitidos aos comitês materiais para auxiliar na divulgação da elaboração do PMSB como: modelos de folders, de banners, de urna para sugestões, vídeos e áudios explicativos. Durante a 1ª visita técnica ao município o PMS foi concluído e aprovado pelo comitê de coordenação e a partir de então se deu início no município as atividades de mobilização com frequência prevista mensal, conforme proposto pelo referido plano, tendo estas mobilizações gerado os Produtos J.

Ainda faz parte das atividades de mobilização a aplicação de questionários com perguntas relacionadas ao saneamento que tiveram seus resultados apresentados no Produto C (item 4.10). É importante evidenciar que durante todas as fases da elaboração do PMSB a população pode entrar em contato direto com a equipe técnica por meio do site: *pmsb106.ic.ufmt.br*.





4 PRODUTO C – DIAGNÓSTICO TÉCNICO-PARTICIPATIVO

4.1 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

Elevado a condição de município em 1953, Arenápolis integra a região Centro-Sul Matogrossense e pertence ao Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento Econômico do Alto Rio Paraguai, como pode-se verificar no (Mapa 1). O município localiza-se a uma latitude 14º 27' 32" sul e a uma longitude 57º 12' 22" oeste, a uma distância de 259km da capital, através do acesso pela BR 163, BR 364, MT 010, MT 160, MT 246, conforme o Mapa 2.

A sede do município de Arenápolis encontra-se na Folha SC.21-Z-A, situada na porção central do Estado de Mato Grosso, entre os paralelos 14º00'e 15º00' de latitude sul e os meridianos 55º30' e 57º00' de longitude oeste de Greenwich. Em termos de padrão de imageamento, a unidade é caracterizada por relevo dissecado, colinoso de topos arredondados e interflúvios cerrados. A drenagem é localmente controlada por estruturas com alta densidade, apresentando-se subparalela ou dendrítica. Inserido no Bioma Amazônia, o município de Arenápolis apresenta características vegetacionais de Savana Arborizada, Savana Florestada e Floresta Estacional Semidecidual Submontana. O Bioma Amazônia é muito influenciado pelo clima equatorial, que se caracteriza pela baixa amplitude térmica e grande umidade, proveniente da evapotranspiração dos rios e das árvores.

Quanto a hidrografía, Arenápolis está inserido na bacia hidrográfica do Paraguai e faz parte da unidade de planejamento e gerenciamento (UGP) P-3, Alto Paraguai Superior. Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso a UPG - P3 está dentro da bacia hidrográfica regional do Alto Rio Paraguai, possui uma área de 9.260,82 km² e uma vazão anual entre 3.500 - 5.000 hm³/ano (Mapa 3). A malha hídrica do município de Arenápolis é apresentada no (Mapa 4).

A Q95 é um cálculo de vazão de referência utilizado em alguns estados do Brasil para se outorgar o direito de uso de um manancial, e este é o caso do Estado de Mato Grosso. A vazão Q95 é a que está presente no manancial em pelo menos 95% do tempo e é representada por uma curva de permanência. O curso d'água de maior expressão no município é o rio Santana, com vazão Q95 de suas microbacias entre 10,001 e 16,558 m³/s, sendo este também o maior corpo hídrico na área de influência que compreende o raio de 10 km, como se observa no Mapa 5 e Mapa 6.

Segundo o Manual de Cartografia Hidrogeológica da CPRM (2014), a produtividade hídrica subterrânea da sede do município de Arenápolis apresenta-se como geralmente muito





baixa, porém localmente baixa, com vazão entre 1,0 a 10,0 m³/h, como mostra o (Mapa 7) na escala 1:200.000. De acordo com este mapa, o município está localizado hidrogeologicamente no Aquífero Diamantino que é do tipo livre em meio poroso. Segundo o CPRM (2014) os parâmetros hidrodinâmicos para esta produtividade hídrica são: vazão específica entre 0,04 e 0,4 m³/h/m; transmissividade entre 10⁻⁶ e 10⁻⁵ m²/s; condutividade hidráulica 10⁻⁸ e 10⁻⁷ m/s e vazão entre 1,0 e 10,0 m³/h.

Quanto aos aspectos demográficos, segundo o censo demográfico a população total do município em 2010 era de 10.316 habitantes. Nas estimativas do IBGE para o ano de 2015 a população total de Arenápolis, 9.699 habitantes, decresceu a uma taxa média anual de (-1,23%), sendo mais acentuado na área rural, e elevando o grau de urbanização de 0,9451 em 2010 para 0,9610 em 2015. Desta forma estimou-se a população urbana e rural para o ano de 2015, obtendo-se 9.321 habitantes urbanos e 378 habitantes rurais.

As principais atividades da economia, que produzem efeitos multiplicadores sobre as demais atividades do mercado local, são o extrativismo mineral (decadente); a agricultura com lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar (em pequena escala); a pecuária de corte e leiteira que contava em 2014 com um rebanho de 47.144 cabeças, aproximadamente, 02% do rebanho bovino do Estado. A contribuição mais significativa para formação do produto interno bruto do município é proveniente do setor de serviços que em 2013 participou com 45,96 do valor adicionado bruto, seguido da Administração, Saúde, Educação e Seguridade Social com 33,12%. O setor primário, base da economia do município, contribuiu com 10,85%. Os indicadores de desigualdade de renda apontam melhoria na distribuição de renda, no comparativo entre os anos de 2000 e 2010. O Índice de Gini que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita teve leve redução de 0,59 em 2000 para 0,46 em 2010. Quanto mais próximo de zero for o índice, melhor a distribuição de renda entre os indivíduos. Pelo índice de Theil-L, que mede a desigualdade na distribuição de indivíduos excluindo aqueles com renda domiciliar *per capita* nula, a melhora na distribuição de renda foi mais significativa 0,62 em 2000 para 0,38 em 2010.

Os avanços na educação no município de Arenápolis demonstrados pelos indicadores tabulados pelo PNUD/IPEA/FJP com dados dos Censos 1991 2000 e 2010 do IBGE, propiciaram ao Índice de Desenvolvimento Humano do Município-Educação (IDHM_E) um avanço de 0,230 em 1991 para 0,649 em 2010. O indicador de desenvolvimento da educação de 0,649 é considerado médio, pela classificação do PNUD. As taxas de analfabetismo tiveram

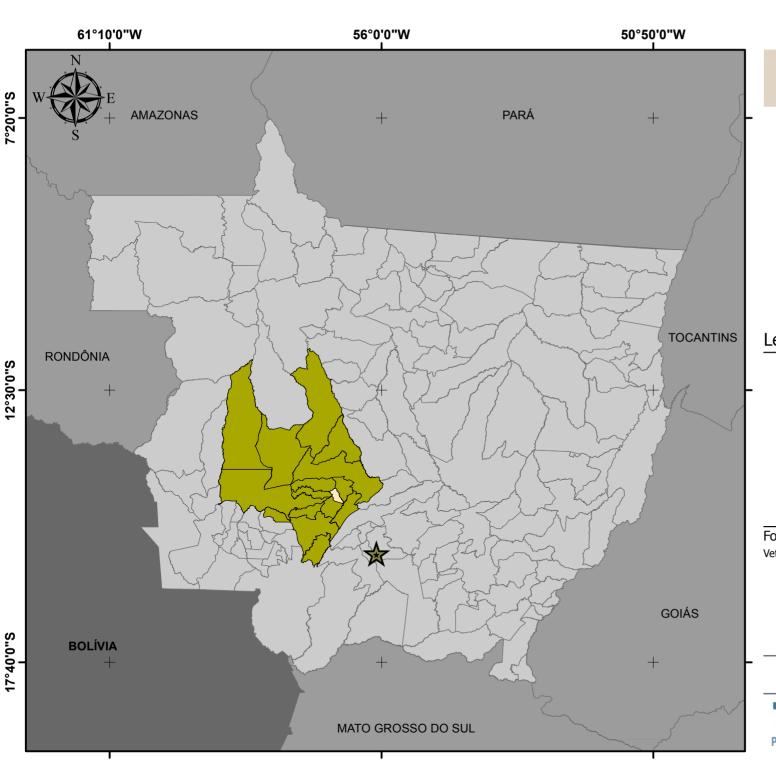




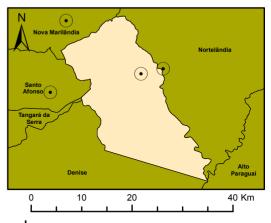
redução no período 1991-2010: na faixa etária dos 11 aos 14 anos foi reduzida para 1,13 em 2010 relativamente à taxa de 9,86 registrada em 1991; entre as pessoas de 15 anos e mais de idade, a taxa foi reduzida de 21,00 em 1991 para 12,30 em 2010. A expectativa de anos de estudo aumentou no período de 1991 a 2010. Em 1991 a expectativa de anos de estudo era de 7,63 e em 2010 foi de 9,95.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município, que passou de 0,431 (considerado muito baixo) em 1991 para 0,704 em 2010, é considerado alto pela classificação do PNUD. O IDH-M Renda de 0,677é considerado médio e o IDH-M Longevidade de 0,793 é considerado alto. O IDH-M Educação de 0,649 é considerado médio na classificação do PNUD.

Os indicadores de longevidade dos anos de 1991, 2000 e 2010, mostram que a esperança de vida ao nascer passou de 62,09 em 1991 para 72,56 anos médios de vida em 2010. A taxa de fecundidade (número médio de filhos) teve redução de 3,50 em 1991 para 1,95 em 2010. As taxas de mortalidade infantil (por 1000 crianças nascidas vivas) apresentaram redução no período 1991-2010.



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS E SEU CONSÓRCIO



Legenda

Capital Cuiabá

• Sedes Municipais

Limite Arenápolis

Consórcio Alto do Rio Paraguai

Municípios de Mato Grosso

Unidades da Federação

Fonte dos dados:

Vetoriais: SEPLAN 2012 SEMA 2008

Escala: 1:8.000.000

100 200 Kn

Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum: SIRGAS 2000

Elaborado em Maio/2016

Plano Municipal de Saneamento Básico Prefeitura municipal de Arenápolis

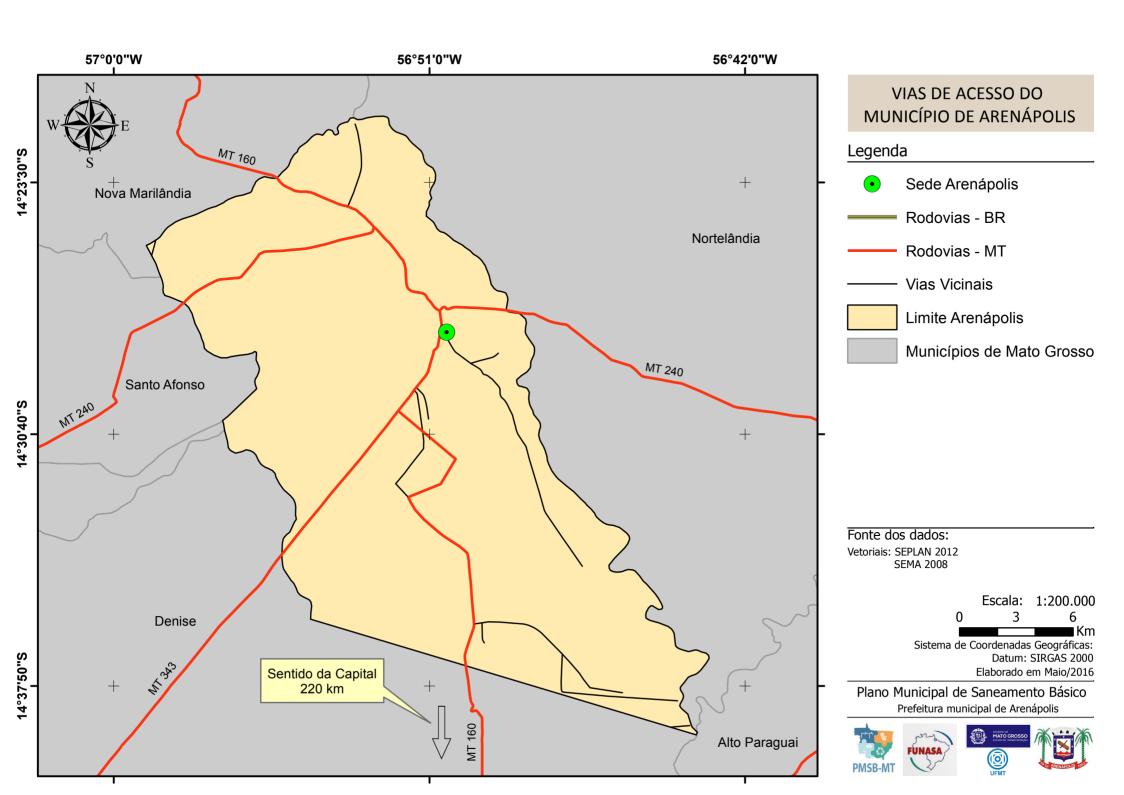


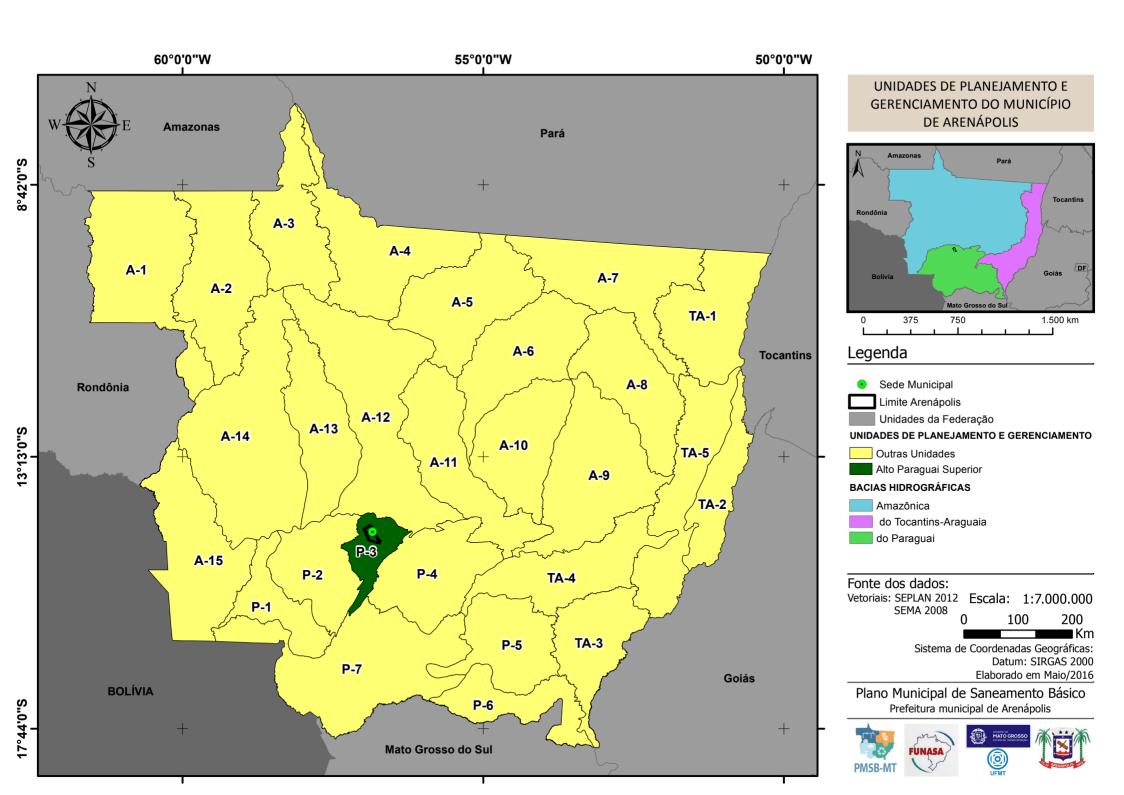


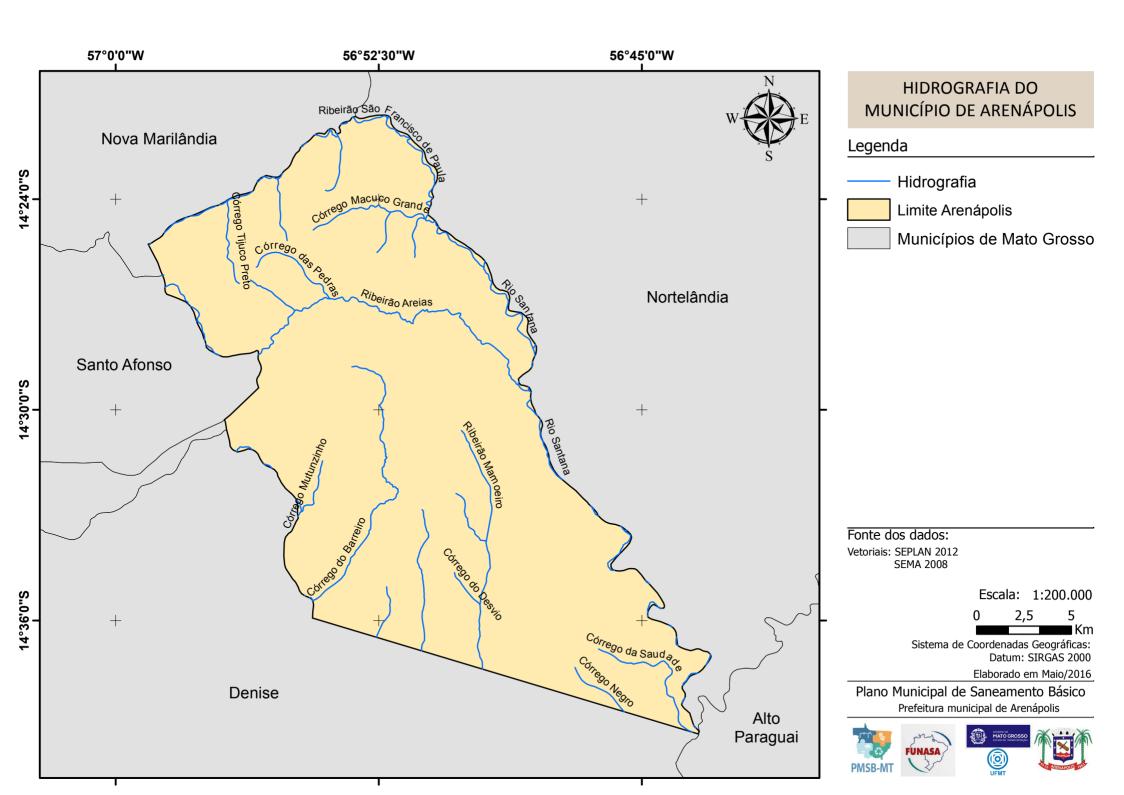


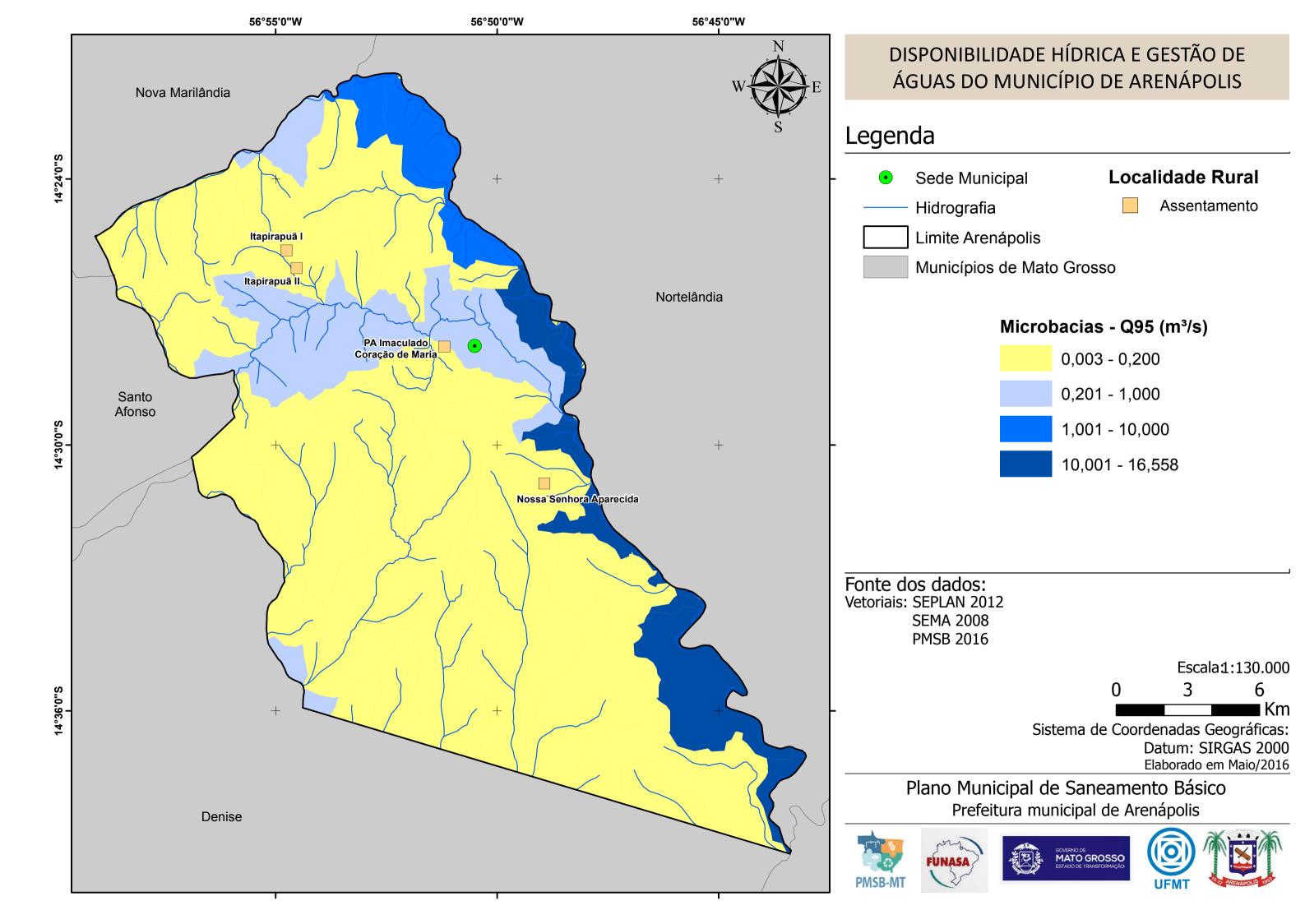


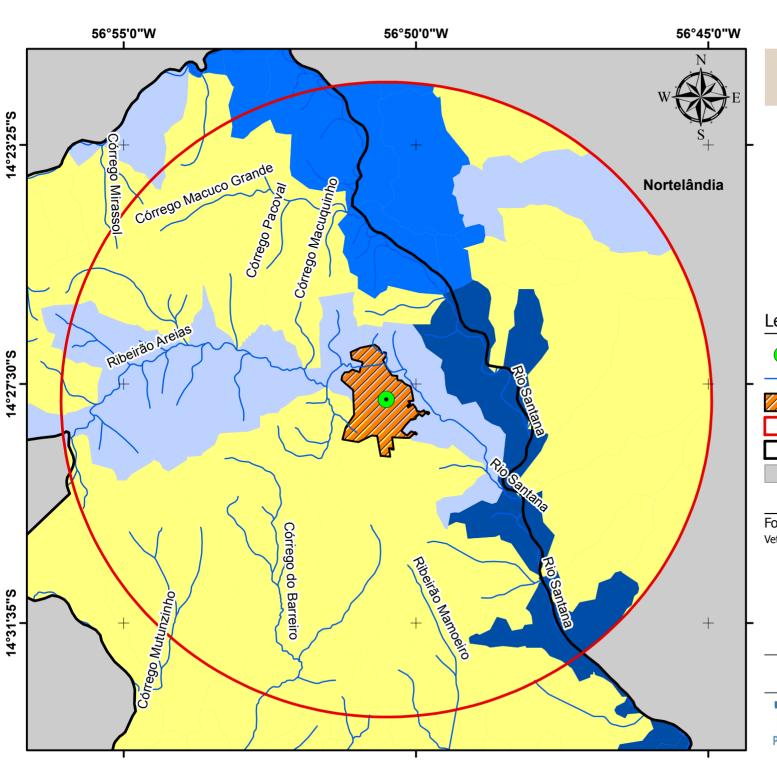




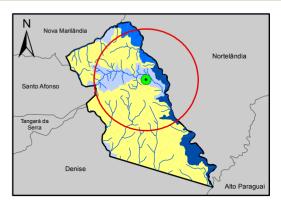








DISPONIBILIDADE HÍDRICA PARA O NÚCLEO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS



Legenda



Fonte dos dados:

Vetoriais: SEPLAN 2012 SEMA 2008 PMSB 2016

Escala: 1:120.000 0 2 4

Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum: SIRGAS 2000 Elaborado em Maio/2016

amonto Rácico

Plano Municipal de Saneamento Básico Prefeitura municipal de Arenápolis

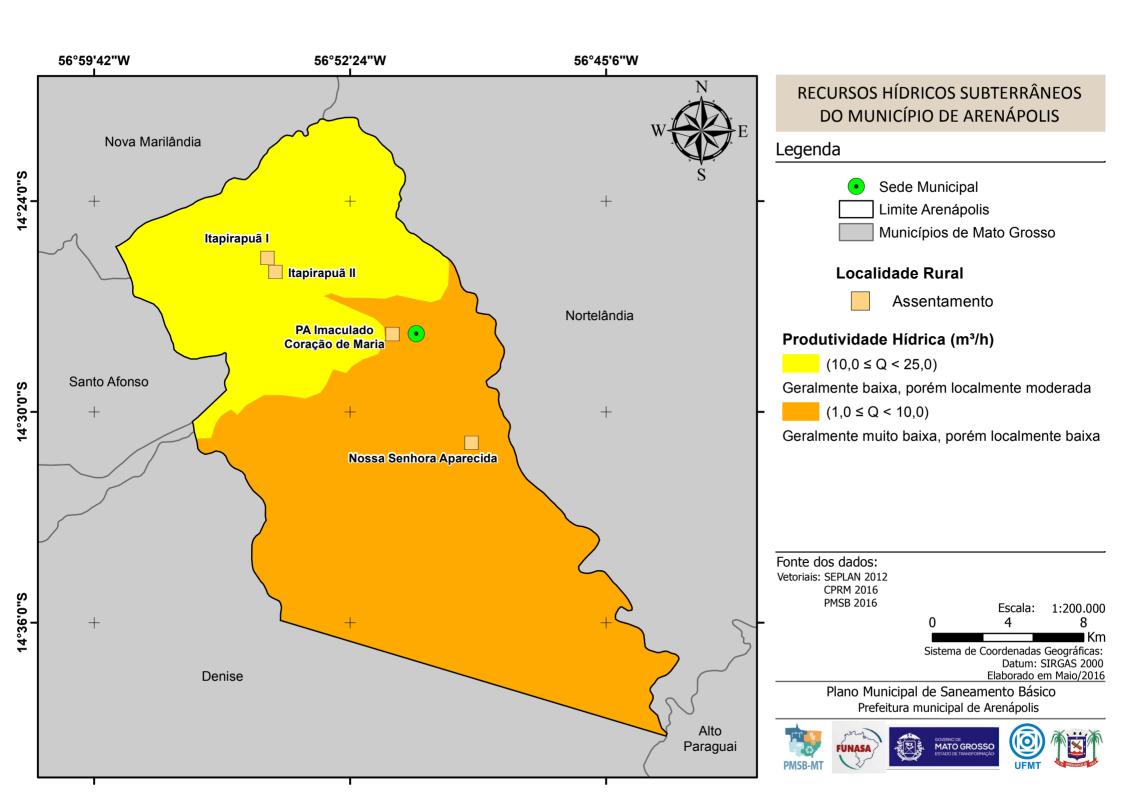












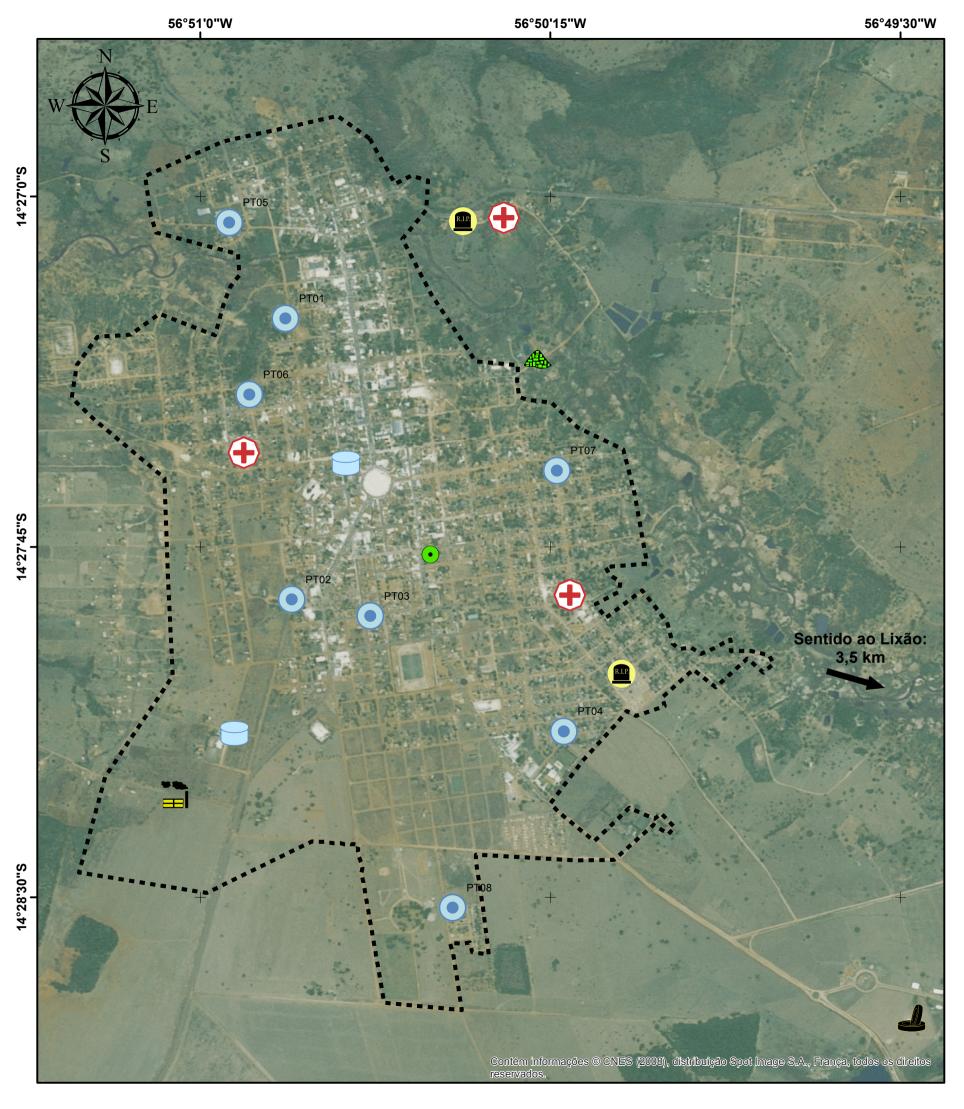




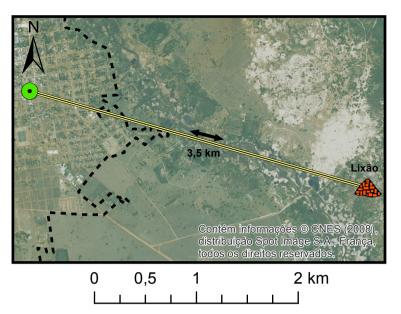
4.2 DIAGNÓSTICO TÉCNICO-PARTICIPATIVO

O município apresenta as seguintes estruturas e serviços de saneamento básico: para o abastecimento de água a captação é realizada por meio de mananciais subterrâneos, há três reservatórios, rede de abastecimento e as ligações prediais são 100% micromedidas. Quanto ao esgotamento sanitário, o município não possui sistema de esgotamento sanitário público, a disposição do esgoto sanitário é feita de forma individual por meio de fossas sépticas, sumidouros e fossas rudimentares. Para o manejo de águas pluviais a sede urbana conta com dispositivos de macro e microdrenagem, que transportam o escoamento superficial até o principal curso d'água urbano, o ribeirão Areias. Os resíduos sólidos produzidos pela população urbana do município são depositados em um lixão que dista 3 km do núcleo urbano.

O (Mapa 8) apresenta a imagem de satélite de Arenápolis, com a demarcação do nucleamento urbano, com destaque para os pontos de saneamento, hidrografía e vegetação.



CARTA IMAGEM DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS



Legenda

Sede MunícipalNúcleo Urbano

Adução Linha Reta

Sede - Lixão: 3,5 km

Pontos Saneamento

Poço Tubular

Reservatório de Água

,

Lixão Resíduos Construção Cívil

🖶 Abrigo Resíduos Serviço de Saúde

📤 Lixão

Cemitério

Laticínio

Abrigo Pneus

Fonte dos dados: Vetoriais: SEPLAN 2012 SEMA 2008 PMSB 2016

Matriciais: SPOT 2008

Escala1:15.000 0 0,5 1 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum: SIRGAS 2000; UTM 21S Elaborado em Maio/2016

Plano Municipal de Saneamento Básico Prefeitura municipal de Arenápolis















4.2.1 Infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água-SAA da Zona Urbana

O serviço de abastecimento de água na sede do município é administrado pela concessionária Águas de Arenápolis. A captação é realizada por meio de mananciais subterrâneos, contando com oito poços "tubulares profundos" para o abastecimento, estando cinco ativos e três desativados. A reservação é realizada por meio de dois reservatórios que totalizam um volume de 450 m³. O tratamento é simplificado utilizando-se para a desinfecção pastilhas de cloro em cloradores de contato. A rede de distribuição de água apresenta mais de 50 km de extensão, 3.413 ligações prediais e 3.422 economias. O desenho esquemático do sistema de abastecimento das Águas de Arenápolis é ilustrado na Figura 2.

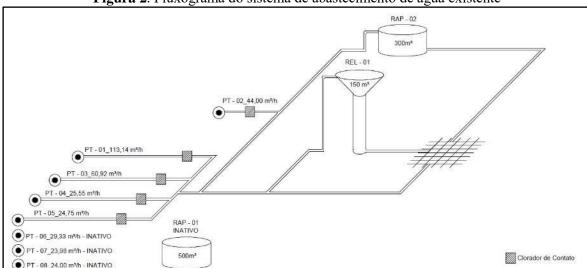


Figura 2. Fluxograma do sistema de abastecimento de água existente

Fonte: Águas de Arenápolis adaptado por PMSB-MT, 2016

4.2.1.1 Caracterização e descrição da infraestrutura

O SAA da área urbana é composto por oito poços, e pela falta de um laudo técnico geológico de perfuração destes poços considerou-se como nomenclatura a expressão "poços tubulares profundos". Dos oito poços, apenas cinco funcionam regularmente, atendendo 100% da demanda urbana atual de água. As características dos poços e suas respectivas bombas encontram-se na Tabela 1 e Tabela 2. Todas as bombas instaladas são submersíveis e trifásicas, sendo que os poços possuem bombas reservas com as mesmas características das bombas em uso.





Tabela 1. Características dos poços e das bombas de recalque (PT-01 a PT-04)

		PT-01	PT-02	PT-03	PT-04
Poço	Localização	14°27'15.67"S	14°27'51.75"S	14°27'53.87"S	14°28'8.70"S
	Localização	56°50'49.07"W	56°50'48.24"W	56°50'38.15"W	56°50'13.28"W
	Início de operação	1988	1977	1984	1989
	Profundidade (m)	120	100	80	120
Bomba	Vazão da bomba	113,14	44,00	60,92	25,55
	(m ³ /h)	113,14	44,00	00,92	25,55
	Potência (CV)	30	18	18	18
	Regime de	21	3	12	21
	funcionamento (h)	21	3	12	21

Fonte: PMSB-MT, 2016

Tabela 2. Características dos poços e das bombas de recalque (PT-05 a PT-08)

		PT-05	PT-06	PT-07	PT-08
OŚ	Localização	14°27'3.37"S	14°27'25.45"S	14°27'35.22"S	14°28'31.33"S
	Localização	56°50'56.30"W	56°50'53.69"W	56°50'14.18"W	56°50'27.57"W
Poço	Início de operação	1993	1994	1989	1993
	Profundidade (m)	120	100	100	150
Bomba	Vazão da bomba	24,75	29,33	23,98	24,00
	(m ³ /h)				
	Potência (CV)	10	30	-	18
	Regime de	21	Inativo	Inativo	Inativo
	funcionamento (h)	21	mativo	Illativo	mativo

Fonte: PMSB-MT, 2016

Não há adutora de água bruta no sistema de abastecimento de Arenápolis, pois logo que a água é captada dos poços ocorre o tratamento pelos cloradores de contato e a mesma segue diretamente para a rede de distribuição. Observa-se na Figura 3 os barriletes de alguns dos poços em operação (PT-01 e PT-05).

O sistema de produção possui o direito de uso dos recursos hídricos para captação das águas subterrâneas (outorga) emitida pela Sema-MT, através da Portaria nº 212 de 28 de maio de 2015, com validade até 20/05/2030.

Comparando as vazões médias captadas e a vazões outorgadas, percebe-se que o SAA atual, não atende ao limite estabelecido pelo órgão ambiental em relação às vazões diárias, com exceção do PT-02 e PT-03.

O sistema de abastecimento de água possui licença de operação (LO nº 311113/2015) válida até 10/06/2018, publicada pela Sema-MT.





Figura 3. Barrilete do PT-01 (A) e PT-05 (B)





(B)

Fonte: PMSB, 2015

Observou-se que em todos os poços em operação há os dispositivos recomendados pela NBR 12212/92, tais como: macromedidor; tubo-guia, laje de proteção, válvula de retenção, tampa, ponto de amostragem, abrigo para o quadro de comando e proteção de acesso.

Segundo a concessionária Águas de Arenápolis 100% da águas captada para o recebe tratamento simplificado de cloração. A desinfecção de todos os poços é realizada por cloradores de contato que estão interligados na saída dos barriletes dos poços e dosam o cloro diretamente na tubulação de saída antes da distribuição (Figura 4). Utilizam dentro do dispositivo pastilhas de Tricloro 90%, e o consumo varia de 4 kg a 5 kg por mês em cada poço.

Figura 4. Cloradores de contato (A) e detalhe da aplicação diretamente na tubulação (B)





Fonte: PMSB-MT, 2015



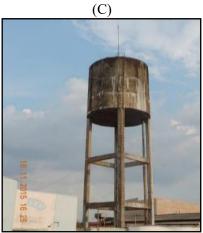


O SAA possui três reservatórios de água tratada, sendo que dois encontram-se em utilização. O RAP-01 está desativado, é apoiado, cilíndrico e de concreto armado, possui capacidade de 500 m³ e está localizado na sede da concessionária, nas coordenadas 14°27′34.29″S 56°50′41.07″W. O RAP-02 é metálico, cilíndrico e apoiado e possui capacidade de armazenamento de 300 m³, se localiza no bairro Jardim América, nas coordenadas 14°28′8.94″S 56°50′55.60″W. Por fim, o REL-01 é elevado, cilíndrico e de concreto armado e também se localiza na sede da concessionária. A Figura 5 apresenta os reservatórios do SAA de Arenápolis.

Figura 5. Reservatórios: RAP-01 (A), RAP-02 (B) e REL-01 (C)







Fonte: PMSB-MT, 2015

A rede de distribuição de água do município contempla 100% da população urbana, a tipologia da rede é mista, malhada e ramificada, e sua distribuição ocorre por gravidade e pressurizada. A rede possui uma extensão de 50,5 km, com diâmetros variáveis entre 32 e 200 mm, contudo cerca de 76% da rede corresponde ao diâmetro de 50 mm, conforme a Tabela 3.





A distribuição de água no núcleo urbano de Arenápolis não possui intermitência, ofertando água tratada 24 horas por dia.

Tabela 3. Característica da rede de distribuição

Diâmetro (mm)	Extensão (m)	Material	
32	1.594,53	PVC	
50	38.480,02	PVC/PBA	
75	3.184,75	PVC/PBA	
100	4.683,82	PVC/PBA	
140	140 1.012,50 PVC/PBA		
150	150 725,65 PVC/PE		
200	903,61	PVC/PBA	
Total	50.584,88		

Fonte: Águas de Arenápolis adaptado por PMSB-MT, 2016

4.2.1.2 Gestão dos Serviços

Quanto as ligações prediais, Arenápolis possui 3.413 ligações e 3.422 economias de água (Tabela 4).

Tabela 4. Número de ligações e economias de água em Arenápolis

Tubela in tumero de ingações e economias de agad em tirenapons					
Tipos de ligações	Nº Ligações	Nº Economias			
Domiciliar	3.133	3.142			
Comercial	204	204			
Industrial	0	0			
Pública	76	76			
Total	3.413	3.422			

Fonte: Águas de Arenápolis adaptado por PMSB-MT, 2016

Segundo informações da concessionária Águas de Arenápolis, 100% das ligações prediais são micromedidas, permitindo assim o cálculo do *per capita* efetivo e do índice de perdas na distribuição. Nesse cálculo considerou-se o volume produzido (1.567.777,20 m³/ano), volume micromedido (522.001,10 m³/ano) e população urbana em 2015 estimada em 9.321 habitantes. Utilizando as informações encontra-se o índice de perdas na distribuição de 66,70% e o *per capita* efetivo de 153,43 L/hab.dia.

A respeito da qualidade da água, a concessionária realiza o monitoramento e o controle da água distribuída quinzenalmente, coletando em 25 pontos amostrais diferentes, com abrangência espacial por todo o SAA existente na cidade. Os parâmetros de cor, turbidez, pH e cloro residual livre da água distribuída são analisados em um laboratório terceirizado. De acordo os laudos fornecidos pela Águas de Arenápolis no ano de 2015, os parâmetros físico-químicos e microbiológicos se enquadram dentro dos valores recomendados pela Portaria nº





2914/2011. Em relação ao quantitativo amostral realizado pela concessionária no ano de 2015 e o quantitativo recomendado pela portaria de potabilidade. Observa-se que realizaram o quantitativo superior ao recomendado para a rede de distribuição, porém na saída do tratamento o número é menor que o recomendado.

Quanto a estrutura de consumo, percebe-se, de acordo com a Tabela 5, que aproximadamente 54% das ligações do SAA encontram-se na faixa de consumo até 10 m³.

Tabela 5. Quantidade de consumidores por faixa de consumo do SAA de Arenápolis

Categoria	Faixas de consumo	Número de ligações
	Até 10 m³	1.732
Residencial	Até 11 a 20 m³	957
Residencial	Até 21 a 30 m³	214
	Até 31 a 9.999 m³	52
Comercial	Até 10 m³	121
Comerciai	Até 11 a 9.999 m³	57
Industrial	Até 10 m³	Não tem instalada
industriai	Até 11 a 9999 m³	Não tem instalada
Pública	Até 10 m³	34
1 ublica	Até 11 a 9.999 m ³	26

Fonte: Águas de Arenápolis (2015) adaptado por PMSB-MT, 2016

A estrutura tarifária do SAA de Arenápolis é composta por tarifas. Os valores cobrados para o consumo de água são progressivos, com faixas de consumo variáveis. É realizada a divisão nas categorias residencial, comercial, industrial, pública e tarifa social (Tabela 6).

Tabela 6. Tarifas referentes ao mês 11/2015 das diversas categorias e volumes de consumo

Categoria	Volume consumido	Valor (R\$)
Domiciliar	Até 10 m³	2,05
Domiciliar	11 a 20 m³	3,08
Domiciliar	21 a 30 m³	5,11
Domiciliar	31 a 9999 m³	6,76
Comercial	0 a 10 m³	4,03
Comercial	11 a 9999 m³	6,13
Industrial	0 a 10 m³	4,72
Industrial	11 a 9999 m³	7,02
Pública	0 a 10 m³	5,25
Pública	11 a 9999 m³	7,79
Tarifa Social Única	Até 10 m³	1,67

Fonte: Águas de Arenápolis, 2015





O indice de inadimplência do pagamento da tarifa de água do SAA de Arenápolis foi de cerca de 11% para o ano de 2015. Quanto as receitas e despesas observou-se que para o ano de 2015, a concessionária Águas de Arenápolis apresentou uma receita operacional de R\$ 1.404.969,07, enquanto as despesas totais totalizaram R\$ 786.329,12, resultando em um superávit de R\$ 618.639,95. Destaca-se que para o ano de 2015, a concessionária realizou investimentos na ampliação ou reformas do sistema de abastecimento de água no valor de R\$ 122.266,34.

4.2.1.3 Principais Deficiências

As principais deficiências evidenciadas no sistema de abastecimento de água do município de Arenápolis são:

- Os poços PT-01, PT-04 e PT-05 apresentam tempo de funcionamento superior ao recomendado na outorga da SEMA-MT, logo a vazão média diária está acima do outorgado;
- Aplicação do cloro utilizando cloradores de contato, é um problema pois não realizam
 o controle instantâneo da quantidade dosada de cloro que é encaminha a rede de
 distribuição;
- Realizam um quantitativo de análises menor que o recomendado pela portaria de potabilidade;
- A concessionária Águas de Arenápolis convive com um índice de perdas na distribuição elevado de 66,70%;
- Observou-se ainda que na parte administrativa a falta de um controle de indicadores de qualidade da prestação de serviços que poderiam auxiliar na administração e posterior planejamento do sistema.

4.2.2 Infraestrutura do Sistema de Esgotamento Sanitário-SES da Zona Urbana

4.2.2.1 Descrição e caracterização da infraestrutura

A infraestrutura de esgotamento sanitário atual constitui-se de soluções individualizadas, fossas sépticas ou rudimentares (fossas negras).

O sistema é de responsabilidade da concessionária Águas de Arenápolis que atua por delegação na prestação dos serviços desde o ano 2000, via contrato de concessão de serviços públicos. O contrato prevê como meta que a concessionária atenda 70% da população urbana





com a coleta e o tratamento de esgoto sanitário na sede do município até 2030. Segundo informações da concessionária, há um projeto elaborado para a implantação do sistema de esgotamento sanitário na área urbana do município, no entanto as obras não foram iniciadas, pois aguardam a liberação, da Prefeitura, da área onde será executada a estação de tratamento de esgoto.

4.2.2.2 Análise e avaliação das condições atuais de contribuição dos esgotos domésticos e balanços entre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário

Utilizando como referência a NBR 9.649 e a NBR 7.229, sabendo que ambas consideram para os cálculos a constribuição de despejos, o coeficiente de retorno 0,8, ou seja, 80% da água consumida são convertidos em esgoto. Calculou-se a estimativa de geração de esgoto sanitário em litros por dia no município (Tabela 7). No cálculo considerou-se a estimativa de população urbana de 2015, de 9.321 habitantes e o *per capita* efetivo de água de 153,43 L/hab.dia.

Tabela 7. Estimativa da geração de esgoto no município de Arenápolis

Demandas Valor consumido de água (m³/d)		Vazão produzida de esgoto (m³/d) (1)		
Área urbana 1.430,12		1.144,10		
(1). Considerando 80% do consumo de água				

Fonte: PMSB-MT, 2016

O volume de esgoto diário estimado produzido pela população urbana de Arenápolis em 2015 foi de 1.144,10 m³/d. Atualmente este efluente é destinado de forma individual, pois não há sistema de esgotamento sanitário coletivo.

Como informado acima a sede urbana não é atendida com os serviços de coleta e tratamento de esgoto, logo, todo o efluente de esgoto produzido é infiltrado no solo, podendo ainda ocorrer o lançamento na rede de drenagem pluvial ou até mesmo diretamente no curso d'água.

Desta maneira entende-se que o ribeirão Areias configura-se como área de risco de contaminação, pois o escoamento das águas pluviais é direcionado a estes locais e a qualidade dessas águas, principalmente nas primeiras chuvas, tem características de esgoto. Além disso há a possibilidade de alguma ligação predial de esgoto estar ligado a essa rede, ou chegar até ela pela infiltração das fossas negras ou sumidouros.





4.2.2.3 Deficiências referentes ao sistema de esgotamento sanitário

A principal deficiência do sistema de esgoto de Arenápolis é o controle do sistema de tratamento individual, pois na maioria das vezes é realizado sem projetos e sem estudo de viabilidade, ou seja, avaliar o nível do lençol, a permeabilidade do solo.

Quando a população faz uso de fossas rudimentares para disposição final desses efluentes, contamina-se o solo, por consequência, os recursos hídricos subterrâneos, atraindo vetores e expondo as pessoas a doenças de veiculação hídrica, e quando se faz o uso de fossas e sumidouros, as mesmas devem ter manutenção periódica a fim de evitar a contaminação do solo e dos recursos hídricos subterrâneos.

Destaca-se que o município não faz o "as built", dessa forma, quanto às poucas fossas sépticas executadas, não há menção se estas atendem aos requisitos da Norma ABNT 7.229/92, referente a aspectos construtivos e de limpeza periódica.

Verifica-se que a maior parte da área do município está sujeita a contaminação, tendo em vista que um percentual de mais de 81% da população do município dispõe de soluções de tratamento de esgoto utilizando fossa rudimentar, fazendo-se necessário implantar a coleta e tratamento de esgoto na zona urbana.

4.2.3 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais da Zona Urbana

4.2.3.1 Descrição e caracterização da infraestrutura

Os sistemas de drenagem urbana englobam dois subsistemas principais característicos: a microdrenagem e a macrodrenagem.

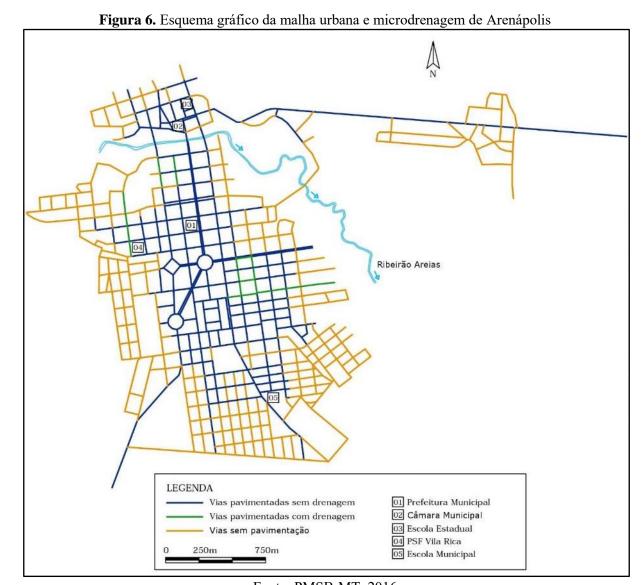
O sistema de macrodrenagem no núcleo urbano de Arenápolis é composto por um canal construído em concreto armado, seção retangular, com 454 metros de extensão e 15 de largura, localizado Rua Osvaldo Cruz e a Rua João Pessoa. Todo escoamento das águas pluviais coletadas pelos dispositivos de macrodrenagem e microdrenagem é direcionado ao ribeirão Areias.

A área urbana de Arenápolis pode ser dividida em três microbacias hidrográficas que apresentam densidades de drenagem consideradas pobres e regulares. Quanto ao sistema de microdrenagem, este funciona por gravidade e é constituído por meio-fio, sarjeta, bocas de lobo, trechos de galerias e poços de visita em concreto. O principal ponto de lançamento é o Ribeirão Areias, que localiza-se na região central da área urbana.





A Prefeitura de Arenápolis informou que não possui um cadastro técnico com informações sobre o sistema de microdrenagem, nem mesmo um levantamento do quantitativo da malha viária urbana, com vias pavimentadas e não pavimentadas. Assim, visando obter informações quanto ao sistema de microdrenagem, durante a visita técnica levantou-se o quantitativo total da malha viária, de vias pavimentadas com meio fio e sarjeta (drenagem superficial) e vias pavimentadas observadas com bocas de lobo (drenagem profunda). Juntando todas as informações elaborou-se um esquema gráfico com a malha viária do município, separando as vias pavimentadas e não pavimentadas, com e sem drenagem profunda (Figura 6).







A Tabela 8 apresenta os quantitativos encontrados na visita técnica. Nota-se que o município conta com aproximadamente 84 km de malha viária no núcleo urbano, deste 47,98% está com pavimentação asfáltica, com meio fio e sarjeta. Desde quantitativo, apenas 3,04% possui boca de lobo e galeria profunda para coleta do escoamento superficial.

Tabela 8. Quantitativo de vias pavimentadas e não pavimentadas e com drenagem

Tipo da via	Extensão (km)	Percentual (%)
Pavimentada total	40,43	47,98
Pavimentada com drenagem	2,56	3,04
Não Pavimentada	43,84	52,02
Malha viária total	84,27	100,00

Fonte: PMSB-MT, 2016

A prestação dos serviços do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais está vinculada à administração direta, sob a titularidade da Secretaria de Infraestrutura e Transportes de Arenápolis. Os serviços de limpeza e manutenção são realizados anualmente ou conforme a necessidade, com número aproximado de sete funcionários para correção ou manutenção dos sistemas de drenagem.

Em Arenápolis não há lei de cobrança de taxas ou tarifas sobre os serviços prestados quanto à drenagem, bem como não conta com orçamento específico para a manutenção ou investimentos no sistema de drenagem. Em relação as despesas decorrentes dos serviços de drenagem não houve informação.

4.2.3.2 Principais fundos de vale de escoamento de águas de chuva

O (Mapa 9) apresenta a indicação de fundos de vale da área urbana e adjacências de Arenápolis. Na elaboração deste mapa utilizou-se, o Modelo Digital de Elevação (MDE), o Projeto Topodata (banco de dados geomorfométricos do Brasil) elaborados e tratados a partir dos dados do *Shuttle* Radar *Topography Mission* (SRTM) e a imagem do *Satellite Pour L'Observation de la Terre* (SPOT, 2008). Assim, com base nesses dados primários, foram acrescidos dados de hidrografía (SEMA, 2008), do núcleo urbano (PMSB-MT, 2016) e das microbacias (SEMA, 2008), dentre estas destacando-se apenas as que adentram o núcleo urbano, a fim de indicar a sua relação direta com os eventos que venham a ocorrer nos fundos de vale (erosão, assoreamento, inundação). O mapa indicativo deve ser analisado como uma

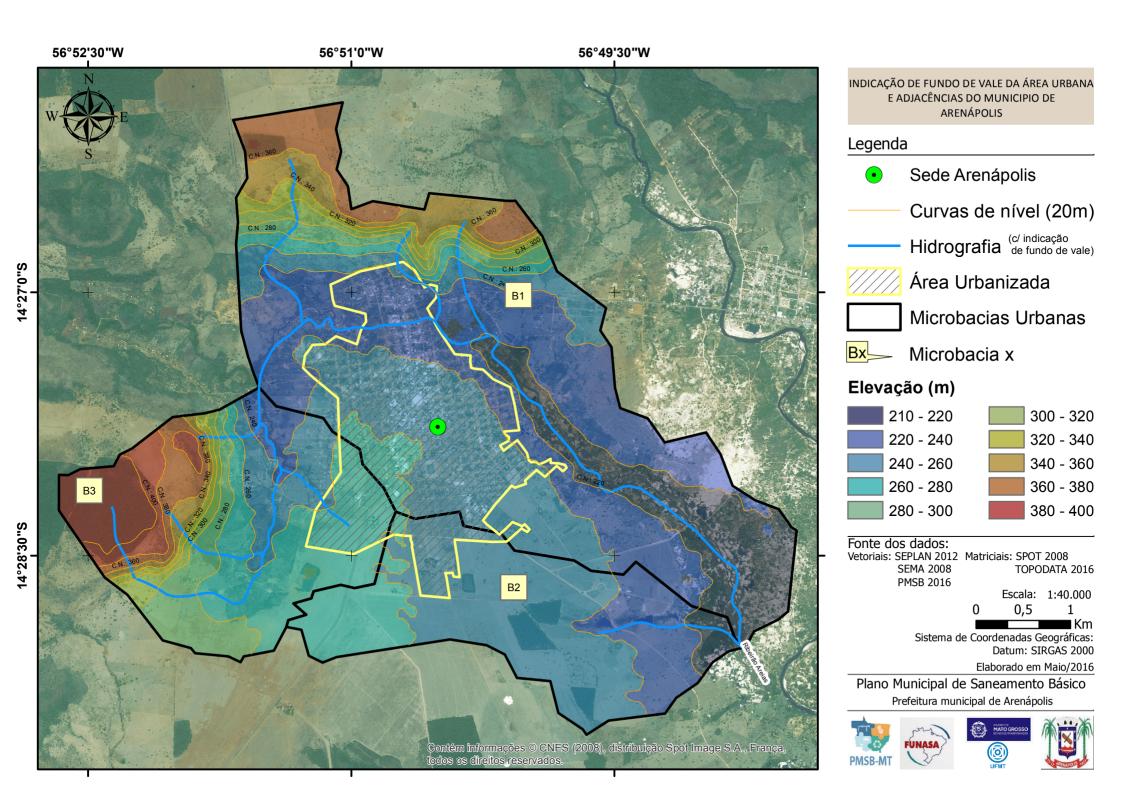




tendência de ocorrência, vez que o MDE apresenta, para pequenas áreas, erros significativos. Para melhor assertividade deve-se trabalhar com levantamentos topográficos reais.

Analisando o Mapa 9 verifica-se que a sede do município está situada nas cotas de elevação entre 220 e 280 metros. Nota-se que a microbacia B₁ representa a maior parte da área urbanizada e o ribeirão Areias é o fundo de vale desta microbacia, pode-se dizer ainda que os escoamentos superficiais que incidam nas microbacias B₂ e B₃ serão directionados a este ribeirão.

Destaca-se que os fundos de vale devem ser considerados durante o processo de expansão da estrutura urbana, pois a ocupação inadequada destas zonas pode gerar conflitos ambientais, resultando diminuição da área em que o rio desempenha sua dinâmica fluvial. Esses fatores incidem diretamente sobre as populações que ocupam áreas marginais de cursos de água, uma vez que eventuais enchentes, intrínsecas aos canais fluviais, não tardam a aparecer. Devese preservar as áreas reservadas pela natureza para o transbordamento dos cursos d'água.







4.2.3.3 Principais tipos de problemas observados

Os principais problemas em drenagem detectado no perímetro urbano de Arenápolis foram: a falta de manutenção das bocas de lobos, locais frequentes de alagamentos e enxurradas e pontos de erosão.

Quanto a ocorrência não é possível identificar a frequência exata da ocorrência de alagamentos e inundações, visto que estas dependem da incidência de chuvas, fato que é variável.

Visando identificar a localização dos pontos críticos ou recorrentes de alagamentos e enxurradas, durante a visita técnica ao município, houve reunião com os agentes de saúde e endemias, na Secretária de Saúde, para elaboração do "biomapa", em um mapa da sede do município. A Figura 7 destaca os locais pontuados pelos agentes, sendo os locais destacados em verde a área que eventualmente há inundações nas cheias do ribeirão Areias. Os pontos destacados em vermelhos os locais que apresentam erosão nas vias não pavimentadas, decorrentes do expressivo escoamento superficial. Já o trecho em azul é a avenida principal que periodicamente verifica-se a ocorrência de enxurrada.

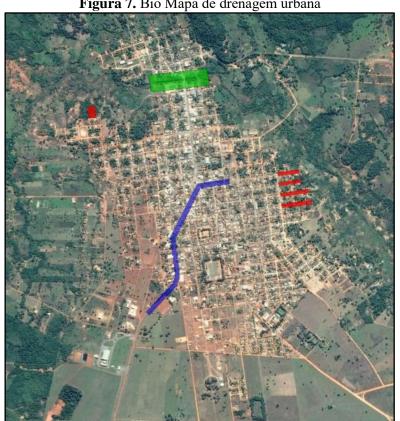


Figura 7. Bio Mapa de drenagem urbana

Fonte: Imagem Google Earth (29/05/2016) adaptado por PMSB-MT, 2016





4.2.4 Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos da Zona Urbana

4.2.4.1 Resíduos sólidos domiciliares e comerciais (RSDC)

Atualmente, o serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais é realizado pela Prefeitura por meio da Secretaria de Infraestrutura e Transportes. Os resíduos coletados são encaminhados para disposição a céu aberto (lixão).

Devido à ausência de informações estimou-se os quantitativos dos respectivos resíduos originados na sede com base nas características do veículo coletor e número de viagens até o lixão. Assim, de acordo com as informações estima-se que seja coletado 12,34 ton/dia, gerando um *per capita* de 1,32 kg/habitante.dia.

Para a composição gravimétrica dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais do município, adotou-se os valores médios das composições gravimétricas de 10 municípios do Estado de Mato Grosso. A Tabela 9 a seguir apresenta os valores médios encontrados para os materiais orgânicos (putrescíveis), podas de árvores e jardinagem, materiais recicláveis inertes (papel, papelão, metais, plásticos, etc.) e rejeitos (papel higiênico, fraldas, terra, etc.).

Tabela 9. Média da composição gravimétrica de 10 municípios de Mato Grosso

Municípios	Recicláveis Inertes (%)	Material Orgânico (Putrescíveis) (%)	Material de Poda (%)	Rejeitos (%)
Sorriso ¹	23,54	55,48	2,74	18,24
Vera ¹	25,39	52,20	8,48	13,93
Sinop ¹	34,81	40,63	0,62	23,94
Terra Nova do Norte ¹	36,42	40,54	3,13	19,91
Cláudia ¹	26,01	51,93	0,96	21,10
Itauba ¹	30,32	48,18	0	21,50
Nova Santa Helena ¹	9,66	55,06	0	35,28
Nossa Senhora do Livramento ²	29,65	54,26	10,47	5,62
Campo Verde ²	36,14	38,65	19,68	5,53
Santo Antônio do Leste ²	26,20	66,60	0	7,20
Média	27,81	50,35	4,61	17,23
Media	27,81	54,96		17,23

⁽¹⁾ Gravimetria - Estudo de Impacto Ambiental - EIA - Aterro Regional Sanorte, 2017

Os resíduos domiciliares e comerciais gerados são acondicionados de várias maneiras, mas observa-se que principalmente reutilizam as sacolas plásticas dos supermercados. O

⁽²⁾ Gravimetria – Disciplina Gestão e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos, UFMT/DESA – 2017





armazenamento dos resíduos ocorre por diversos tipos e volumes, tais como, cestos suspensos, tambores dispostos na frente das residências ou apenas largados no chão em passeio público.

Quanto aos serviços de coleta e transporte, ambos estão sob a responsabilidade da Prefeitura, que atende 100% da população urbana. A coleta é realizada no período diurno e noturno diariamente, seguindo o roteiro de coleta (Quadro 1).

Quadro 1. Roteiro de coleta dos resíduos sólidos e domiciliares

	Segunda- feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta- feira
Manhã (07:00 às 11:00)	Bairro Primavera	Bairro Bela Vista e Novo Horizonte	Cohab São Mateus, Cohab Planalto Diamante e bairro Vila Rica	Bairro Vila Rica e Jardim Canaã	Bairro Bela Vista
Tarde (13:00 às 17:00)	Bairro Bela Vista	Bairro Bela Vista e Cohab São Mateus	Bairro Vila Rica	Bairro Primavera	Cohab Parecis
Noite (17:00 às 23:00)	Área central	Área central, Reta e Campina	Área central e bairro Bolívia	Área central e centro histórico	Área central

Fonte: Prefeitura Municipal de Arenápolis, 2015

Para a realização dos serviços de coleta e transporte são utilizados dois caminhões, um caminhão, de marca Mercedes Bens, modelo 1513, ano de fabricação 1981/1982 e compactador de marca Librelato com capacidade de 8 m³ e outro um caminhão, de marca Ford, modelo F1200, ano de fabricação 1988 e compactador de 8 m³ (Figura 8).

Figura 8. Caminhões compactadores utilizados na coleta









Os resíduos sólidos domiciliares e comerciais são destinados no a céu aberto (lixão), que tem como referência de localização as coordenadas geográficas 14°28'16.72"S e 56°48'42.83"W (Figura 9). A área do lixão é a mesma utilizada pelo município de Nortelândia, tem aproximadamente 3,85 ha, não possui instalação administrativa, balança, vigilância e nem mesmo proteção com cercas. A distância da área do lixão ao núcleo urbano de Arenápolis é de aproximadamente 3 km, ao ribeirão Areias é de 550 metros, ao rio Santana é 1.000 metros e ao bairro mais próximo é de aproximadamente dois quilômetros.

Observou-se que não há atividade sistemática de manejo da área (recobrimento do lixo). Isso só ocorre quando a acessibilidade para o caminhão da coleta fica dificultada. Notou-se também a presença de animais, alta incidência de vetores como moscas, e que há a prática da queima dos resíduos sólidos na área do lixão.

Figura 9. Localização da área (A) e vista do local de descarte dos RSDC





Fonte: PMSB-MT, 2015

4.2.4.2 Limpeza Urbana

Os resíduos de limpeza urbana são os provenientes da varrição, capina, poda e roçagem de ruas, manutenção de cemitérios, limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais, pintura de meio-fio, resíduos volumosos, remoção de animais mortos, entre outros.

Em Arenápolis todos os serviços de limpeza urbana são de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Transportes, com exceção dos restos de animais mortos, cuja responsabilidade é do proprietário. Atualmente, todos os resíduos de limpeza urbana gerados são dispostos a céu aberto (lixão) sem tratamento. O local de descarte está localizado dentro do núcleo urbano e tem como referência de localização as coordenadas geográficas 14°27'20.90"S





56°50'16.61"W (Figura 10). A área utilizada não dispõe de licenciamento ambiental, e não é a mesma dos RSDC.

Figura 10. Localização da área (A) e vista do local de descarte dos resíduos de limpeza urbana





Fonte: PMSB-MT, 2015

4.2.4.3 Resíduos de serviços de saúde (RSS)

No município de Arenápolis os estabelecimentos geradores de resíduos de saúde são: PSF Vila Rica, PSF Bela Vista, PSF Campina, secretária de saúde, farmácia municipal, laboratório e Pronto Atendimento.

O serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos RSS gerados nas unidades de saúde, são terceirizados pela Prefeitura para a empresa Centro Oeste, que possui sede em Rondonópolis e Licença de Operação nº 309498/2014, válida até 15/06/2017.

No período entre agosto de 2015 a março de 2016 a quantidade gerada e coletada de resíduos de serviço de saúde foi de 612,20 kg, sendo resíduo "A" (432,80 kg), "B" (43,90 kg) e "E" (135,50 kg).

Os resíduos de serviço de saúde dos Grupos A e B são acondicionados em sacos plásticos do tipo branco leitoso, os resíduos do Grupo E, em caixas de papelão específicas para perfurocortante e os resíduos do Grupo D em sacos plásticos pretos. Posteriormente os resíduos do grupo A, B, e E são dispostos em bombonas de plásticos temporariamente até a coleta da empresa Centro Oeste Ambiental (Figura 11).





Figura 11. Acondicionamento externo dos RSS, Secretaria de Saúde (A), PSF Campina (B), PSF Vila Rica (C) e PSF Bela Vista (D)



Fonte: PMSB-MT, 2015

A empresa contratada conta com veículo próprio para realização do transporte dos RSS, e realiza a coleta mensalmente nos abrigos temporário acima mencionado. Segundo a Prefeitura o valor pago pela prestação dos serviços de coleta para a empresa terceirizada foi de R\$ 7.828,00 para o ano de 2015.

De acordo a empresa Centro Oeste Ambiental, o tratamento dos resíduos dos Grupo A – Biológico e Grupo E – perfurocortantes é realizado por autoclavagem com equipamento especial para uso no tratamento de materiais de alta patogenidade, usado para a maioria dos dejetos hospitalares. Já os resíduos do Grupo B - Químicos são tratados através de incineração. Após o tratamento os resíduos remanescentes são destinados em um aterro sanitário em Dourados – MS, que tem como referência de localização as coordenadas geográficas 22°18'33,2" S 54°44'08,5" W e Licença de Operação n°207/2014 – IMASUL-MS.





4.2.4.4 Resíduos de construção e demolição (RCD)

Em Arenápolis não há uma quantificação do volume de resíduos de construção e demolição gerados e não fora constatada a existência de estudos de composição gravimétrica. Os resíduos de construção civil são acondicionados de formas diversas, sem padronização, sendo estes deixados nas calçadas e vias públicas. A coleta e transporte desses resíduos é de responsabilidade dos próprios geradores, contudo a Prefeitura, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Transportes realiza periodicamente a coleta no núcleo urbano, utilizando para coleta dos entulhos uma retroescavadeira para coleta e um caminhão caçamba para o transporte do RCD (Figura 12).

Todos os resíduos de construção e demolição são dispostos a céu aberto (lixão) juntamente com os resíduos de limpeza urbana.

Figura 12. Retroescavadeira (esq.), caminhão caçamba (dir.) do município



Fonte: PMSB-MT, 2015

4.2.4.5 Resíduos dos serviços de transportes e dos serviços públicos de saneamento básico

Em Arenápolis há um aeródromo público registrado, tendo como referência de localização as coordenadas geográficas 14° 30′ 01″S 57° 01′ 02″W. Porém segundo informações da Prefeitura, este não está em funcionamento, apresentado tráfego aéreo fechado. Assim, não há informações sobre geração e disposição final dos resíduos sólidos do local.

No que se refere ao terminal rodoviário do município de Arenápolis, não existe dados quantitativos que possam levar a uma melhor compreensão do gerenciamento dos resíduos gerados no local ou caracterizá-los. A Prefeitura é que tem a responsabilidade do acondicionamento, tratamento e destinação final adequada. No entanto, hoje os resíduos são coletados juntamente com os RSU, e são destinados a céu aberto (lixão).





Como no município é utilizada a água de manancial subterrâneo e tem como tratamento o sistema simplificado a base de cloro, não são gerados desta forma resíduos que necessitam de tratamento no sistema adotado. Até a presente data, o município não dispõe de sistema de tratamento de esgoto. Quanto aos resíduos gerados nas unidades da drenagem de águas pluviais, como a limpeza de canais e bocas de lobo, estas são dispostas a céu aberto (lixão).

4.2.4.6 Identificação dos passivos ambientais

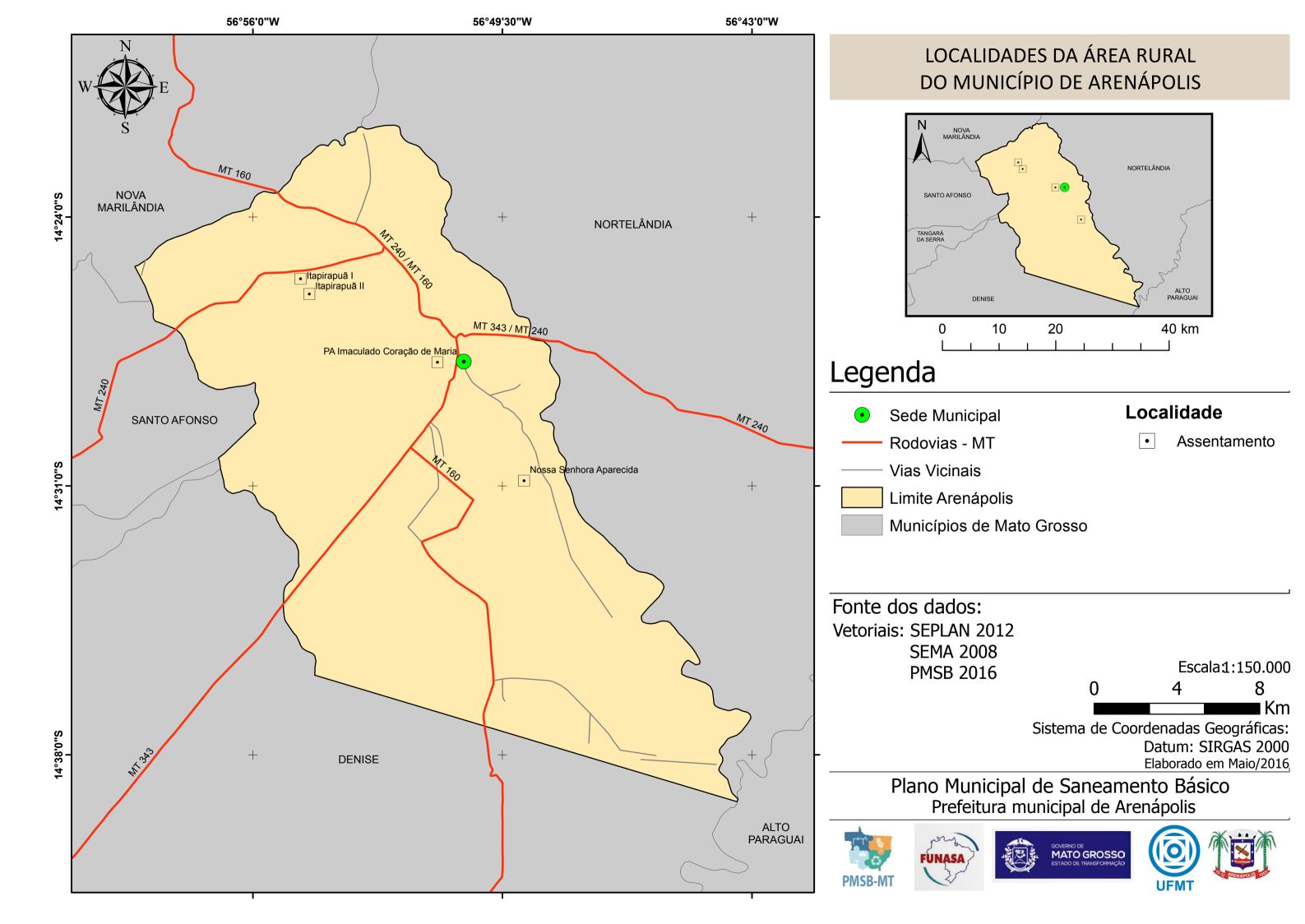
O município de Arenápolis possui duas áreas destinadas ao recebimento dos resíduos sólidos, sendo uma área para os resíduos domiciliares e comerciais e outra para os resíduos de limpeza urbana e da construção civil, ambas os resíduos são depositados a céu aberto (lixão). Dessa forma, as áreas utilizadas para disposição a céu aberto dos resíduos no município sofreram impactos ambientais negativos, tais como contaminação do solo e do lençol freático, através da disposição dos resíduos e consequente percolação do chorume e quando fazem a queima dos resíduos, a poluição atmosférica.

Como já informado, Arenápolis não possui coleta seletiva. Assim, todo resíduo com potencial de ser reciclado está sendo despejado a céu aberto. Constatou-se ainda que não existe um local específico de despejo de resíduos inertes.

4.2.5 Área Rural

Arenápolis, segundo dados do IBGE (2015), tem uma população total de 9.699, e conforme estimado há 378 habitantes vivendo na zona rural. Segundo informações da Prefeitura o município conta com quatro assentamentos rurais: PE Imaculado Coração de Maria, Nossa Senhora Aparecida e Castelo Itapirapuã I e II. A localidade destes é apresentada no (Mapa 10).

Porém, devido aos critérios estabelecidos pelo Projeto PMSB-MT e Funasa descritos na metodologia a equipe técnica não visitou esses assentamentos. Todas as informações foram fornecidas pela Prefeitura, que realizou visita e mobilização nas áreas rurais do município.







4.2.5.1 Infraestrutura do Sistema de Abastecimento de Água das áreas rurais

Segundo informações da prefeitura não há nos assentamentos sistema de abastecimento público de água. O sistema utilizado é individualizado e a população busca a melhor forma de abastecimento, sendo encontrado poços tubulares, poços rasos (cacimba), captações de mina d'água e até mesmo captação em córregos. Pode-se dizer que em todos as formas de abastecimento utilizada não há desinfecção da água consumida.

4.2.5.2 Infraestrutura de Esgotamento Sanitário

Nos assentamentos não há coleta nem tratamento público de esgoto, em todos a solução é realizada de forma individual, por meio de fossas sépticas, sumidouros e principalmente fossas negras ou rudimentares.

4.2.5.3 Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais

Em relação ao manejo de águas pluviais pode-se dizer que não há vias pavimentadas, e o escoamento de águas pluviais é superficial nas vias não pavimentadas, sem qualquer direcionamento ou coleta das águas pluviais.

4.2.5.4 Infraestrutura de manejo dos resíduos sólidos

A coleta e a disposição dos resíduos sólidos são realizadas pelos próprios moradores que geralmente queimam, enterram e/ou utilizam-nos como adubo e para alimentar animais (aves e porcos, principalmente).





5 PRODUTO D - PROSPECTIVA E PLANEJAMENTO

A Prospectiva e Planejamento Estratégico, apresenta cenários e a hierarquização de prioridades. A ferramenta utilizada para reflexão e posicionamento em relação à situação do setor de saneamento foi a análise SWOT, que identifica as potencialidades e fraquezas do município e as oportunidades e ameaças do ambiente externo. O Diagnóstico Técnico-Participativo possibilitou a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Os resultados obtidos possibilitaram a construção do cenário atual e dois cenários futuros alternativos, sendo um moderado e outro otimista. Deste foi eleito o moderado que servirá de base para o planejamento do saneamento básico para os próximos 20 anos, considerando o curto, médio e longo prazos. Entende-se como horizonte do plano a seguinte divisão de prazos:

• Imediato: 2017 – 2019;

• Curto Prazo: 2020 – 2024;

Médio Prazo: 2025 – 2028;

• Longo Prazo: 2029 – 2036.

5.1 PROJEÇÃO POPULACIONAL

As estimativas da população total, urbana e rural do município para o período 2016-2036 foram elaboradas seguindo o método de tendência de crescimento populacional, modelo matemático empregado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para produzir estimativas populacionais dos municípios brasileiros.

A projeção é baseada em um modelo matemático, cuja única justificativa demográfica para o procedimento reside no fato empiricamente verificável, da existência de uma inércia no tamanho populacional com relação as mudanças em suas determinantes. O modelo matemático pode ser aplicado a populações que apresentam taxas de crescimento positivas, e com adaptações, para populações que apresentam taxas de crescimento negativas.

Na Tabela 10 são apresentados os resultados da estimativa populacional do município de Arenápolis.





Tabela 10. Projeção populacional para o município de Arenápolis

Mato Grosso			Arenápolis	
Período	População Total	População Total	População Urbana	População Rural
2016	3.305.531	9.750	9.370	380
2017	3.344.544	9.800	9.396	404
2018	3.382.487	9.848	9.422	426
2019	3.419.350	9.895	9.446	449
2020	3.455.092	9.941	9.470	471
2021	3.489.729	9.985	9.493	492
2022	3.523.288	10.028	9.515	513
2023	3.555.738	10.069	9.536	533
2024	3.587.069	10.109	9.556	553
2025	3.617.251	10.148	9.576	572
2026	3.646.277	10.185	9.594	591
2027	3.674.131	10.220	9.612	608
2028	3.700.794	10.254	9.629	625
2029	3.726.248	10.287	9.645	642
2030	3.750.469	10.318	9.660	658
2031	3.773.430	10.347	9.673	674
2032	3.795.106	10.375	9.686	689
2033	3.815.472	10.401	9.698	703
2034	3.834.506	10.425	9.709	716
2035	3.852.186	10.447	9.719	728
2036	3.870.768	10.470	9.729	741

Fonte: PMSB - MT, 2016

5.2 MATRIZ SWOT

O Diagnóstico Técnico-Participativo possibilitou a identificação das forças e fraquezas internas e as oportunidades e ameaças externas do município consubstanciadas na matriz SWOT, como se observa nos Quadro 2 a Quadro 6.





Quadro 2. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças externas do Setor Sócio Econômico, Arenápolis - MT

FORÇA		FRAQUEZA	
	Demografia:	Demografia:	
	Alta concentração da população na área urbana do município	População economicamente ativa reduzida em função do número de	
	(94,5%);	habitantes do município e, consequente disponibilidade reduzida de mão	
	População com tendência estacionária no médio prazo, ou seja, com	de obra local;	
	taxa zero de crescimento, exercendo baixa pressão sobre serviços e	População rural com baixa densidade demográfica e dispersa em	
	equipamentos públicos.	mais de 400 Km2 da área do município;	
	Economia:	Sinais de envelhecimento da população: a Esperança de vida ao	
	• Localização geográfica favorável, pela proximidade da capital, (259	nascer passou de 62,0 anos em média de vida em 1991 para 72,6 em	
0	km por rodovia asfaltada);	2010 e, a taxa de envelhecimento (percentual de pessoas com 65 anos e	
ern	Território do município localizado em região dinâmica da	mais de idade sobre o total da população do Município) que era de 3,0	
Irt	agropecuária do Estado, com potencial para ampliação das atividades da	em 1991 passou par 6,58 em 2010	
Ambiente Interno	pecuária e da agricultura.	Economia:	
bie	Gestão pública:	Baixo nível de qualificação profissional;	
[II]	Possibilidade de estabelecimento de parcerias com as esferas	Baixa capacidade de atração de investimentos para indústria e	
4	estadual e federal para implantação de programas de saneamento;	serviços;	
	Possibilidade de melhoria na capacidade de arrecadação própria;	Baixos níveis de rendimentos do trabalho, com resultados negativos	
	Evolução da sociedade como participe mais atuante nas ações	no poder de compra da maioria das famílias;	
	governamentais;	Déficit de infraestrutura e política pública de atração para o setor	
	Saúde:	privado da economia.	
	Redução nos índices de mortalidade infantil até 5 anos de idade (por	Gestão pública:	
	1000 nascidos vivos) de 39,0 no ano de 2000 para 19,4 em 2010;	• Carência de planejamento físico/territorial de médio e longo prazo;	
	Melhora no Índice de Desenvolvimento Humano do Município,	Carência de recursos humanos qualificados para o planejamento;	
	passando de muito baixo para alto no período 2000-2010;	Escassez de recursos para contratação de consultoria;	
	Índice de longevidade considerado alto em 2010.	Restrições orçamentárias para investimentos;	
		Baixa capacidade de arrecadação tributária.	





Continuação do Quadro 2. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças externas do Setor Sócio Econômico, Arenápolis - MT

Arenápolis - MT			
FORÇA	FRAQUEZA		
	 Educação: Taxa elevada de analfabetismo na população acima dos 15 anos. Taxa de frequência bruta a escola de 68,5% em 2010. Saúde: Estrutura física deficitária na área da saúde; Relação médico/habitante abaixo da recomendada pelo Ministério da saúde. Deficiência nos serviços de saneamento (esgotamento sanitário e Coleta de resíduos). Participação social: Debilidade das Políticas públicas de apoio às manifestações culturais; Escassez de recursos financeiros e ausência de planejamento participativo. 		
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS		
 Programa federal para o setor: Implementação da Política Nacional de Saneamento Básico; Capacidade de investimento público do estado de Mato Grosso em expansão. Economia estadual: Alto nível tecnológico da agropecuária do Estado. Expansão significativa do agronegócio. Integração da economia mato-grossense com mercados mundial de alimentos. Expansão da agroindústria no Estado. 	 Programa federal para o setor: Metas para universalização do serviço de esgoto até 2033 (Indicador E1 do Plansab) restrito a 79% dos municípios da região Centro Oeste. Menor volume de recursos federais para investimentos no setor na região Centro Oeste em relação às demais regiões do país. Risco de disputa entre os Estados e Distrito Federal. Economia estadual: Escala e dinâmica do mercado interno limitada. Deficiência de infraestrutura econômica (Estradas, energia, comunicação). Agricultura familiar dependente de políticas públicas. 		
	FORÇA OPORTUNIDADES Programa federal para o setor: Implementação da Política Nacional de Saneamento Básico; Capacidade de investimento público do estado de Mato Grosso em expansão. Economia estadual: Alto nível tecnológico da agropecuária do Estado. Expansão significativa do agronegócio. Integração da economia mato-grossense com mercados mundial de alimentos.		





Quadr	o 3. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e opo	ortunidades e ameaças externas, quanto ao Sistema de Abastecimento de Água
	FORÇA	FRAQUEZA
Ambiente Interno	 Captação realizada por poços profundos, baixo risco de contaminação de água; Macromedição nas unidades produtoras; Baixo custo de tratamento por ser sistema simplificado; Monitoramento constante da qualidade de água; 100% de atendimento da Sede municipal; Cadastro técnico do sistema de abastecimento atualizado; 100% de hidrometração na área urbana; Existência de automação nos poços; Existência de licença ambiental e/ou outorga dos poços de captação público; Equilíbrio financeiro (despesas x receitas); Elaboração do PMSB visando o planejamento da universalização do SAA do município Programas de educação ambiental em saneamento que promovam a sensibilização da população para a importância da economia de água como o Programa de Fomento de Educação e Saúde Ambiental; 	• Índice de inadimplência de 11,09%
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Ambiente Externo	• Recursos financeiros disponíveis através de programas estaduais e	Inexistência de Comitê de Bacia para cuidar da preservação dos
xte	federais, como o Programa de Saneamento Básico Rural da Funasa;	recursos hídricos existentes;
e E	Município localizado em região com potencial hídrico, tanto	Possibilidades de agravamento da atual crise econômica no curto
ient	subterrâneo quanto superficial;	prazo, gerando dificuldades de captação de recursos para investimento no
nbi		setor;
Ar		Aceitação e burocracia nos processos e procedimentos para
		implantação de indicadores e melhorias do saneamento





Quadro 4. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças externas, quanto ao Sistema de Esgoto Sanitário

	FORÇAS	FRAQUEZAS
	Concessão do Esgoto;	Inexistência de órgão regulador;
interno	A área urbana do município possui topografia favorável;	Ausência de controle social;
ıteı	Elaboração do PMSB visando o planejamento da universalização do	Inexistência de Plano Diretor de Esgotamento Sanitário;
e ir	SES do município	Inexistência de lei específica municipal quanto ao SES
Ambiente	Programas de educação ambiental em saneamento que promovam a	• 81% da população utilizam fossas rudimentares ou negras para
nbi	sensibilização da população para a importância da economia de água como	lançamento dos seus efluentes;
An	o Programa de Fomento de Educação e Saúde Ambiental;	Não há Técnico capacitado e com conhecimento para planejamento
		Disposição inadequada do esgoto em fossas negras ou rudimentares
		em áreas rurais.
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
ou.	Recursos financeiros disponíveis através de programas estaduais e	Possibilidades de agravamento da atual crise econômica, no curto
externo	federais, como o Programa de Saneamento Básico Rural da Funasa;	prazo gerando dificuldades de captação de recursos para investimento
₩ ₩	rederais, como o rrograma de Sancamento Basico Rarar da runasa,	prazo gerando difficultades de captação de recursos para investimento
	 Existência de tecnologias sociais para aplicação na área rural (Fossas 	no setor;
		1 2
	Existência de tecnologias sociais para aplicação na área rural (Fossas	no setor;
Ambiente ext	Existência de tecnologias sociais para aplicação na área rural (Fossas	no setor; • Menor volume de recursos para investimentos no setor na região





Quadro 5. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças externas, quanto ao Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana

	Drenagem Urbana				
	FORÇAS	FRAQUEZAS			
	Saneamento urbano auxiliando na epidemiologia municipal;	Inexistência de órgão regulador;			
	Programas de educação ambiental que promovam a sensibilização da	Ausência de controle social;			
	população para a importância do manejo do sistema de drenagem de águas	Ausência de recursos humanos qualificados para o planejamento;			
	pluviais;	Inexistência de órgão ou setor administrativo municipal exclusivo para			
	Programas de reaproveitamento de água de chuva para utilização de	atuar na gestão do sistema de drenagem urbana;			
	jardinagem e limpeza pública	Inexistência de calçadas ecológicas;			
CHO		Ocupação em APP na área urbana;			
nte		Indisponibilidade de recursos para contratação de serviços;			
ıte i		Existência insuficiente de micro e macrodrenagem;			
)ier		Existência razoável de micro e macrodrenagem;			
Ambiente interno		Não possui cadastro do sistema de drenagem;			
4		Inexistência de legislação específica;			
		Ausência de rotinas de manutenção preventiva em todo o sistema de			
		drenagem existente;			
		Recorrência de alagamentos e inundações			
		• Falta de dissipadores de energia eficientes ao longo do sistema de			
		drenagem urbana;			
		Existência de erosões profundas dentro da área urbana			
no	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS			
ter	• Recursos financeiros disponíveis através de programas estaduais e federais;	Possibilidades de agravamento da atual crise econômica, no curto prazo,			
E S	Implementação da Política Nacional de Saneamento Básico	gerando dificuldades de captação de recursos para investimento no setor;			
Ambiente Externo	Possibilidade de integração com as políticas de Recursos Hídricos nos níveis	Mudanças no regime de chuvas;			
nbid	Estadual e Federal. Em particular para manutenção/recuperação de mananciais	Inexistência do Plano de Bacias Hidrográficas.			
An	hídricos.				





Quadro 6. Matriz SWOT para identificação das forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças externas, quanto a Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

	Resíduos Sólidos			
	FORÇAS	FRAQUEZAS		
	Acondicionamento e destino final adequado dos RSS;	 Inexistência do setor específico para gestão de RS; 		
	Coleta convencional em 100% da área urbana;	Inexistência do Plano Diretor;		
	• Serviço de limpeza urbana terceirizado e abrange 100% da área	• Inexistência de estudo sobre a composição gravimétrica dos resíduos		
	urbana;	domiciliares;		
	• Equipamento de proteção individual adequado aos funcionários	Não há separação dos resíduos secos e úmidos;		
	da coleta de resíduos;	Não há programas de coleta seletiva;		
	• Existência de uma empresa privada na sede urbana que coleta e	Utilização de Lixão, para a destinação final dos resíduos da construção		
	separa os materiais com valor comercial em sacos bag's;	civil, resíduos de poda e volumosos;		
Ambiente Interno	Elaboração do PMSB visando o planejamento da universalização	Inexistência de empresas privadas que trabalham com caçambas para		
lfe]	do manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana do município;	recolhimento dos resíduos da construção civil, resíduos volumosos e limpeza		
ojen (Programas de educação ambiental em saneamento que promovam	de poda de arvores;		
l m	a sensibilização da população para a importância do manejo de	Não há definição de pequenos e grandes produtores;		
V	resíduos sólidos;	Existência de catadores informais;		
	Mercado de recicláveis em ascensão;	Falta de sistematização dos custos com as equipes da prefeitura para com		
		as despesas de resíduos sólidos;		
		Não há uma destinação adequada e nem previsão em legislação no		
		município para animais de pequeno e grande porte mortos;		
		• Falta de um eco ponto para destinação e depósito dos resíduos da		
		construção civil;		
OPO	RTUNIDADES	AMEAÇAS		
te	Possibilidade de ações consorciadas com outros municípios;	• Possibilidades de agravamento da atual crise econômica, no curto prazo,		
Ambiente Externo	Utilizar Fundos de financiamento federal e estadual;	gerando dificuldades de captação de recursos para investimento no setor;		
mb		Ausência de dados no SNIS.		
A				





5.3 CONSOLIDAÇÃO DAS PRIORIDADES DE SANEAMENTO

Neste item foram consideradas as informações técnicas e participativas consolidadas na etapa do Diagnóstico Técnico Participativo, como referência ao cenário atual e como direcionadores dos avanços necessários para a prospectiva do cenário futuro.

Para o município de Arenápolis o Cenário Moderado foi eleito como referência para o planejamento estratégico do Saneamento básico, no horizonte temporal de 20 anos (até 2036). A escolha deste cenário teve como pressuposto:

- a) A população do município, nas próximas duas décadas, deverá apresentar taxas moderadas de crescimento; crescimento vegetativo da população com taxas inferiores a 1,0% e crescimento do fluxo migratório líquido moderado; as taxas de crescimento deverão se situar entre 0,2% a 0,5%;
- b) A dinâmica econômica do município deverá ser impulsionada pela expansão da economia estadual, em particular pela expansão da produção agrícola; no esforço de expansão da agroindústria e no desenvolvimento do turismo, e a perspectiva atual da economia nacional e estadual não é favorável.

Cabe ressaltar que esta fase procura definir objetivos gerais que nortearão as próximas fases do planejamento voltados para a melhoria das condições dos serviços de cada eixo do saneamento e da saúde pública, tendo como importância primordial a identificação e sistematização das principais expectativas manifestadas pela população.

Também foram relacionados os objetivos e metas em medidas estruturantes e estruturais, pois estas são consideradas determinantes na concepção de programas, projetos e ações a serem realizados no município.

Medidas estruturais: correspondem aos tradicionais investimentos em obras, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para a conformação das infraestruturas físicas de diversos componentes.

Medidas estruturantes: fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços, sendo encontradas tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na esfera da melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física.

As demandas estabelecidas, seus objetivos e metas estão hierarquizados por ordem de prioridade nos Quadro 7 a Quadro 12.





Importante ressaltar que a definição dos critérios de priorização apresentados é reflexo das expectativas sociais, além dos critérios técnicos discutidos e validados juntamente com os comitês e a população em audiência pública.





Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	D
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade
	Medidas Estruturantes		
Ausência de instrumentos normativos para a regulação dos serviços de saneamento básico, bem como definir a criação ou cooperação da agência regulatória dos serviços delegados		1 - Imediato e continuado	1
Ausência de um Programa de Educação Ambiental em Saneamento e Mobilização Social Permanente	Implementar Programa de Educação Ambiental para instituições públicas e privadas voltado para o uso racional e conservação da água enfatizando o reuso de águas cinza, reaproveitamento de água de chuva para destino das atividades que não requerem o uso de águas nobres.	1 - Imediato e continuado	1
Ausência de um Programa de Educação Ambiental em Saneamento e Mobilização Social Permanente	Implantar programas de educação ambiental, focando no consumo consciente, no princípio dos 3R's (reduzir o consumo, reutilizar materiais e reciclar)	1 - Imediato e continuado	1
Falta de sistematização dos custos com as equipes da prefeitura, criação de Procedimentos Operacionais Padrões - POPs — para todos os serviços de saneamento básico	<u> </u>	1 - Imediato e continuado	1
Ineficiência na capacitação e garantia de melhoria contínua do gerenciamento, da prestação e da sustentabilidade de serviços, assim como o preenchimento do SNIS e do acompanhamento da execução do PMSB	Capacitar e garantir melhoria contínua do gerenciamento, da prestação e da sustentabilidade de serviços, assim como o preenchimento do SNIS e do acompanhamento da execução do PMSB	1 - Imediato e continuado	1
Inexistência de estudo tarifário para viabilizar a sustentabilidade econômica financeira do serviço prestados do SAA, SES e resíduos sólidos e limpeza urbana para a área urbana e rural	Elaborar/atualizar o estudo tarifário para viabilizar a sustentabilidade econômica financeira do serviço prestados do SAA, SES e resíduos sólidos e limpeza urbana para a área urbana e rural	1 - Imediato e continuado	1
Inexistência de ouvidoria e mecanismo de controle social para os serviços de saneamento no município.	Instituir ouvidoria e mecanismo de controle social para os serviços de saneamento no município.	1 - Imediato e continuado	1





Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	•
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade
Medidas Estruturantes			
Inexistência de pesquisa de satisfação quanto a prestação dos serviços	Elaborar pesquisa de satisfação quanto a prestação dos serviços	1 - Imediato e continuado	1
Inexistência de programa de capacitação do Corpo Técnico e Administrativo da Gestão dos serviços de saneamento	Elaborar e executar plano de capacitação técnica continuada dos funcionários do setor de saneamento	1 - Imediato e continuado	1
Não existe um responsável técnico com ART para gerir os serviços do saneamento básico	Contratar um gestor ambiental, preferencialmente engenheiro sanitarista, para ser responsável técnico pelos serviços do saneamento nas áreas de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	1 - Imediato e continuado	1
Política de Saneamento Básico no município desatualizada	Institucionalizar a Política do Saneamento Básico	2 - Imediato	1
Legislação do perímetro urbano desatualizada da mancha urbana	Revisar a legislação do perímetro urbano para os casos em que este não represente a mancha urbana	2 - Imediato	2
Plano diretor inexistente e/ou necessitando de revisões	Elaborar/revisar o Plano Diretor para ordenar a ocupação e expansão urbana	2 - Imediato	3
Ausência ou necessidade de revisão da lei de uso e ocupação do solo	Revisar e instituir a Lei de uso e ocupação do solo	2 - Imediato	4
Ausência do código ambiental municipal	Elaborar/Revisar o Código Ambiental do Município	2 - Imediato	6
Ineficiência de uma estrutura organizacional e logística para prestar assistência ao saneamento básico no município, especificamente os serviços de manejo de águas pluviais e resíduos sólidos	Criar uma estrutura organizacional e logística para prestar assistência ao saneamento básico no município, especificamente os serviços de manejo de águas pluviais e resíduos sólidos	2 - Imediato	7
Ausência da Lei de parcelamento do solo com diretrizes especificas para novos loteamentos	Elaborar e instituir a Lei de parcelamento do solo com diretrizes especificas para novos loteamentos	2 - Imediato	5





Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,		
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade	
	Medidas Estruturantes			
Ausência de informações técnicas atualizadas do saneamento básico do município	Elaborar diagnóstico técnico operacional para identificar os problemas de equipamentos, cadastro, funcionamento e deficiências físicas dos SAA, SES, Drenagem e Resíduos Sólidos (urbano e rural)	2 - Imediato	8	
Inexistência da Lei de criação da Defesa Civil e do Plano de Emergência e Contingência	Elaborar a Lei de criação da Defesa Civil e do Manual de Emergências e Contingencias e capacitar os responsáveis	2 - Imediato	9	
Inexistência de legislação regulamentadora para limpeza urbana	Criar Decreto ou Lei regulamentando quanto a limpeza e manutenção de capina/roçagem de lotes urbanos no município	2 - Imediato	10	
Ausência de projeto de lei para que os empreendimentos públicos e privados e lotes residenciais realizem o controle e reutilização das águas pluviais na fonte	Elaborar projeto de lei para que os empreendimentos públicos e privados e lotes residenciais realizem o controle e reutilização das águas pluviais na fonte	2 - Imediato	11	
	Gestão dos serviços do SAA			
Inexistência de orientação técnica quanto à construção de poços e utilização de nascentes para o abastecimento na área rural, adotando medidas de proteção sanitária		1 - Imediato e continuado	1	
Inexistência de Programa de qualidade da água distribuída nas comunidades rurais	Elaborar Programa de qualidade da água distribuída nas comunidades rurais	1 - Imediato e continuado	1	
Inexistência do projeto executivo do sistema de abastecimento de água para a área urbana, considerando o crescimento vegetativo		1 - Imediato e continuado	1	
Inexistência de plano de redução de perdas	Elaborar o Plano de redução de perdas no SAA da sede urbana	2 - Imediato	1	





Continuidade do Quadro 7. Objetivos, Metas e Priorização para a Gestão dos Serviços de Saneamento Básico do município de Arenápolis				
Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	Prioridade	
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	THOTIGAGE	
Medidas Estruturantes				
	Gestão dos serviços do SAA			
Licença ambiental e outorga desatualizadas	Elaborar o licenciamento ambiental e outorga para o SAA (PT-08)	2 - Imediato	2	
Ausência de plano para incentivar o uso da reservação individual	Elaborar um plano para incentivar o uso da reservação individual	2 - Imediato	3	
Inexistência do Plano de gestão de energia e automação dos sistemas necessitando de melhorias	Elaborar/dar manutenção ao plano de gestão de energia e automação dos sistemas	2 - Imediato	4	
Inexistência do PRAD - Plano de recuperação de áreas degradas, no perímetro urbano	Elaborar o PRAD - Plano de recuperação de áreas degradas, no perímetro urbano	4 - Curto	1	
	Gestão dos serviços do SES			
Não há área para implantação de ETE	Adquirir área para implantação da ETE, na sede urbana	2 - Imediato	1	
Inexistência do projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário para a área urbana, considerando o crescimento vegetativo		2 - Imediato	2	
Inexistência de cadastro de sistemas individuais inadequados na área urbana e rural	Levantar e mapear todos as fossas negras e rudimentares existentes na área urbana e rural para futura substituição e/ou desativação.	2 - Imediato	3	
Ausência de projetos alternativos individuais para tratamento do esgoto das residências nas comunidades rurais dispersas	Elaborar projetos alternativos individuais para tratamento do esgoto das residências nas comunidades rurais dispersas	2 - Imediato	4	
Gestão em Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana				
Existência de um Plano de recuperação das estradas vicinais e de contenção de águas pluviais nas comunidades rurais.	Elaborar Plano de recuperação das estradas vicinais e de contenção de águas pluviais nas comunidades rurais.	1 - Imediato e continuado	1	
Inexistência do plano de manutenção dos sistemas macro e micro drenagem urbana	Elaborar o Plano de manutenção dos sistemas macro e micro drenagem urbana	2 - Imediato	1	





Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,		
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade	
Medidas Estruturantes				
Gestão	em Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana			
Ausência de levantamento topográfico georreferenciado e cadastramento das infraestruturas existentes	Realizar levantamento topográfico georreferenciado e cadastramento das infraestruturas existentes	2 - Imediato	2	
Projeto executivo de macro e microdrenagem desatualizado	Elaborar/atualizar projeto executivo de macro e microdrenagem	4 - Curto	1	
Inexistência de programa de captação e armazenamento de água de chuva para fornecimento de água para área urbana e rural	Elaborar estudo de programa de captação e armazenamento de água de chuva para fornecimento de água para área urbana e rural	4 - Curto	2	
Gestão	em Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos			
	Elaborar/Revisar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos de Serviços de Saúde e Plano Municipal de Gestão de resíduos de Construção e Demolição PMGRCD	2 - Imediato	1	
Inexistência de área para estação de transbordo e PEV's	Adquirir área para instalação da estação de transbordo e PEV's	2 - Imediato	2	
Inexistência de área para implantação de aterro sanitário em regime de consórcio ou individual	Adquirir área para implantação de aterro sanitário em regime de consórcio ou individual.	2 - Imediato	3	
Ausência de projeto executivo e licenciamento ambiental para construção de eco ponto, PEV's e estação de transbordo	Elaborar projeto executivo e licenciamento ambiental para construção de eco ponto, transbordo e PEV's	2 - Imediato	4	
Ausência de projeto executivo de aterro sanitário consorciado	Elaborar projeto executivo de aterro sanitário consorciado, inclusive licenciamento ambiental	2 - Imediato	6	
Ausência de projeto de compostagem dos resíduos na área urbana	Elaborar projeto de compostagem dos resíduos na área urbana	2 - Imediato	7	





Continuidade do Quadro 7. Objetivos, Metas e Priorização para a Gestão dos Serviços de Saneamento Básico do município de Arenápolis

Cenário Atual Situação Política - institucional de saneamento	Cenário Futuro - Moderado Objetivos	Meta (imediato, curto, médio e longo prazo)	Prioridade
	Medidas Estruturantes		
Gestão em Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos			
Inexistência de Coleta seletiva no município	Elaborar um estudo para implantação da coleta seletiva no município	2 - Imediato	5
Inexistência do projeto de remediação/recuperação da área de disposição de resíduos a céu aberto	Elaborar projeto de remediação/recuperação da área de disposição de resíduos a céu aberto	2 - Imediato	8





Quadro 8. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura do sistema de abastecimento de água no município de Arenápolis

Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	D						
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade						
Medidas Estruturais									
Existência de programa de distribuição de kit de hipoclorito nas residências da área urbana e comunidades rurais	Manter o programa de distribuição do kit de hipoclorito nas residências de comunidades rurais	1 - Imediato e continuado	1						
Ausência de manutenção preventiva anual do poço na área urbana	Realizar o serviço de manutenção preventiva anual do poço, na área urbana, com avaliação do nível hidrodinâmico, aferir os equipamentos submersos, limpeza e desinfecção	1 - Imediato e continuado	1						
Necessidade de ampliação da rede de abastecimento de água na área urbana, conforme o crescimento vegetativo		1 - Imediato e continuado	1						
Ausência de Fiscalização no combate as ligações clandestinas e irregulares existentes no sistema	Fiscalizar o combate as ligações clandestinas e irregulares existentes no sistema	1 - Imediato e continuado	1						
Reservatório existente necessitando de manutenção	Reformar e pintar os reservatórios existentes	1 - Imediato e continuado	1						
Monitoramento e controle da qualidade da água dentro dos parâmetros normativos	Manter ou ampliar o número de coleta, e monitorar a qualidade da água, na área urbana	1 - Imediato e continuado	1						
Percentual de hidrômetros com mais de 5 anos que deveram ser aferidos/ substituídos 60%	Aferir e/ou substituir os hidrômetros com vida útil maior que 5 anos	1 - Imediato e continuado	1						
Inexistência de programa de recuperação de áreas degradadas em bacias hidrográficas do perímetro urbano	Executar as atividades para recuperação das áreas degradas nas bacias hidrográficas no perímetro urbano	3 - Curto e continuado	1						
sede urbana, através de incentivos ao aproveitamento de água de chuvas para usos não	Executar/ampliar o Programa de uso racional de água na sede urbana, através de incentivos ao aproveitamento de água de chuvas para usos não potáveis e de substituição das peças de consumo por outras com regulador de fluxo	3 - Curto e continuado	2						





Continuação do Quadro 8. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura do sistema de abastecimento de água no município de Arenápolis

Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	D
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade
	Medidas Estruturais		
Inexistência do Comitê de bacia hidrográfica	Executar atividades e ações do Comitê de bacia hidrográfica	3 - Curto e continuado	3
Índice de residências com caixa d'água estimado em 85% na área urbana	Implantar reservatórios individuais nas residências de baixa renda (15%)	4 - Curto	1
Ausência de cadastro técnico georreferenciado da rede de distribuição de água	Executar o projeto de georreferenciamento da rede de distribuição de água, cadastro técnico	4 - Curto	2
Ausência de hidrantes na sede para prevenção de incêndios	Adquirir e instalar hidrantes na sede para prevenção de incêndios	4 - Curto	3
Necessidade de ampliação da rede de abastecimento de água na área urbana, conforme o crescimento vegetativo	L'Amniige à rede de anaciecimento de adiia naral	5 - Médio e continuado	1
Inexistência de fontes energéticas renováveis (placas solares)	Substituir fontes energéticas convencionais por energias renováveis (placas solares)	6 - Médio	1





Quadro 9. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura do esgotamento sanitário no município de Arenápolis

Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	D					
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade					
Medidas Estruturais								
Ausência de orientação técnica para construção de sistemas individuais adequados nas residências urbanas impossibilitadas de interligação na rede coletora	Dar orientação técnica para construção de sistemas individuais adequados nas residências urbanas impossibilitadas de interligação na rede coletora		1					
Soluções inadequadas para tratamento do esgoto na área rural	Construir sistema individual de tratamento de esgoto, nas comunidades rurais. Deverá ser estimulada a construção de sistemas alternativos de tratamento (Fossa bananeira, entre outros)	3 - Curto e continuado	1					
Inexistência de plano permanente de fiscalização das ligações irregulares de aguas pluviais na rede de esgoto	Executar plano permanente de fiscalização das ligações irregulares de aguas pluviais na rede de esgoto	3 - Curto e continuado	2					
Inexistência de sistema de esgotamento sanitário público na área urbana	Implantar/Ampliar o SES incluindo rede coletora e ligações domiciliares e intradomiciliares, estação elevatória e ETE das residências na sede urbana para atender 31,84%	4 - Curto	1					
Inexistência do monitoramento periódico do esgoto bruto e tratado	Realizar o monitoramento da qualidade do esgoto bruto e tratado, bem como da agua do corpo receptor a jusante e a montante do lançamento do efluente (mensalmente)	4 - Curto	2					
Inexistência de sistema de esgotamento sanitário público na área urbana	Implantar/Ampliar o SES incluindo rede coletora e ligações domiciliares e intradomiciliares, estação elevatória e ETE das residências na sede urbana para atender 56,84%	6 - Médio	1					
Ausência de automação e telemetria no SES	Realizar automação e telemetria do sistema de esgotamento sanitário - SES	6 - Médio	2					
Inexistência de sistema de esgotamento sanitário público na área urbana	Implantar/Ampliar o SES incluindo rede coletora e ligações domiciliares e intradomiciliares, estação elevatória e ETE das residências na sede urbana para atender 82%	7 - Longo	1					
Sistema de esgotamento sanitário inexistente ou insuficiente na área urbana	Universalizar o atendimento ao SES aos munícipes da área urbana em 82% e os demais com sistemas individuais de tratamento	7 - Longo	2					
Soluções inadequadas para tratamento do esgoto na área rural	Atender aos munícipes da área rural com sistemas individuais de tratamento em 74%	7 - Longo	3					





Quadro 10. Objetivos, Metas e Priorização – Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais e drenagem urbana no município de Arenápolis

Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	D	
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade	
Inexistência de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de micro drenagem urbana	Realizar manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de micro drenagem urbana existentes, incluindo os reparos necessários, limpeza de PV, bocas de lobo, proteção de descarga e dissipador de energia, e reconstrução de sarjeta e pavimento danificado pela ação do escoamento superficial	1 - Imediato e continuado	1	
Necessidade de recuperação semestral das vias urbanas não pavimentadas e estradas vicinais, nas comunidades rurais dispersas	Realizar a recuperação de estradas vicinais e vias urbanas não pavimentadas, visando a preservação dos recursos hídricos (patrolamento, encascalhamento, execução de abertura lateral, bacias de contenção e recuperação das áreas degradadas das margens	1 - Imediato e continuado	1	
Ineficiência do sistema de microdrenagem urbana existente (galerias, PV, bocas de lobo, proteção de descarga e dissipador de energia)	Executar sistemas de microdrenagem urbana (galerias, PV, bocas de lobo, proteção de descarga e dissipador de energia)	3 - Curto e continuado	1	
Inexistência de programa de aproveitamento de água de chuvas para usos não potáveis, jardinagens e lavagem de piso.	Executar o Programa de aproveitamento de água de chuvas para usos não potáveis, jardinagens e lavagem de piso.	4 - Curto	1	
Dissipadores de energia danificados/inexistência de dissipador de energia e proteção de descarga pluviais nas galerias existentes		4 - Curto	2	
Ineficiência/Inexistência de plano um permanente de fiscalização para coibir ligações irregulares de esgoto em galeria de águas pluviais	Executar plano permanente de fiscalização das ligações irregulares de esgoto na rede pluvial	4 - Curto	3	
Inexistência de programa de recuperação de áreas degradadas em bacias hidrográficas do perímetro urbano	Executar o plano de recuperação de áreas degradadas em bacias hidrográficas do perímetro urbano	4 - Curto	4	
Inexistência de pavimentação nas vias urbanas	Executar pavimentação, meio fio e sarjeta das ruas não pavimentadas	6 - Médio	1	





Quadro 11. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana no município de Arenápolis

Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	•					
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade					
Medidas Estruturais								
Inexistência da caracterização dos resíduos sólidos (composição gravimétrica)	Caracterizar os resíduos sólidos (composição gravimétrica)	1 - Imediato e continuado	1					
Coleta e transporte dos RSS em 100% da área urbana dos serviços públicos	Coletar e transportar os RSS	1 - Imediato e continuado	1					
Serviços de limpeza urbana (varrição manual, limpeza de logradouros e vias públicos e outros serviços de limpeza urbana), prestado de maneira insuficiente	, ·	1 - Imediato e continuado	1					
Coleta e transporte dos RSD com atendimento em 100% na área urbana	2 - Imediato	1						
Inexistência de coleta e transporte dos RSD na área rural	Coletar e transportar os RSD em atendimento a 14% da população da área rural	2 - Imediato	2					
Inexistência de Eco ponto para resíduos volumosos e passiveis de logística reversa, na sede urbana	Implantar e/ou ampliar eco ponto de resíduos secos, volumosos e passiveis da logística reversa, em pontos estratégicos das áreas urbana	2 - Imediato	3					
Ausência de pontos de entrega voluntária (PEV) de resíduos secos, em pontos estratégicos das áreas rurais	Implantar pontos de entrega voluntária (PEV) de resíduos secos, em pontos estratégicos das áreas rurais	2 - Imediato	4					
Coleta e transporte dos RSD com atendimento em 100% na área urbana	Manter a coleta e transporte dos RSD com atendimento de 100% área urbana	4 - Curto	1					
Inexistência de coleta e transporte dos RSD na área rural	Coletar e transportar os RSD atendimento de 34% área rural	4 - Curto	2					
Inexistência de um programa de coleta seletiva área urbana (sede)	Implantar/Ampliar coleta seletiva com atendimento de 18% na área urbana (sede)	4 - Curto	3					
Coleta e transporte dos RSD com atendimento em 100% na área urbana	Manter a coleta e transporte dos RSD com atendimento de 100% área urbana	6 - Médio	1					





Quadro 12. Objetivos, Metas e Priorização para a infraestrutura de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana no município de Arenápolis

Cenário Atual	Cenário Futuro - Moderado	Meta (imediato, curto,	ĺ.,.,.					
Situação Política - institucional de saneamento	Objetivos	médio e longo prazo)	Prioridade					
	Medidas Estruturais							
Inexistência de coleta e transporte dos RSD na área rural	Coletar e transportar os RSD atendimento de 54% área rural	6 - Médio	2					
Inexistência de estação de transbordo	Implantar e/ou adequar estação de transbordo	6 - Médio	3					
Disposição dos RSD a céu aberto "lixão"	Implantar sistema de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos - aterro sanitário individual e/ou consorciado	6 - Médio	4					
Disposição dos RSD a ceu abento fixão	Operar sistema de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos - aterro sanitário individual e/ou consorciado	5 - Médio e continuado	1					
Inexistência de um programa de coleta seletiva área urbana (sede)	Implantar/Ampliar coleta seletiva com atendimento de 32% na área urbana (sede)	6 - Médio	5					
Coleta e transporte dos RSD com atendimento em 100% na área urbana	Manter a coleta e transporte dos RSD com atendimento de 100% área urbana	7 - Longo	1					
Inexistência de coleta e transporte dos RSD na área rural	Coletar e transportar os RSD atendimento de 74% área rural	7 - Longo	2					
Inexistência de um programa de coleta seletiva área urbana (sede)	Implantar/Ampliar coleta seletiva com atendimento de 60% na área urbana (sede)	7 - Longo	3					
Disposição dos RSD a céu aberto "lixão"	Remediar as áreas de disposição de resíduos a céu aberto "lixão"	7 - Longo	4					





5.4 INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

5.4.1 Projeção da demanda anual de água para toda a área de planejamento urbana ao longo de 20 anos

Considerando os objetivos quanto a presença do SAA na área urbana, entende-se que a principal meta será a universalização e após a melhoria da qualidade do fornecimento.

O estudo de projeção da demanda de vazões para os sistemas de abastecimento de água tem como principal objetivo apontar uma perspectiva do crescimento da demanda de consumo de água para o município.

Para as projeções das demandas referentes ao sistema de abastecimento de água, foram considerados os seguintes fatores: produção de água, reservação, rede de distribuição, ligações de água e hidrometração. A seguir serão apresentadas tabelas com sínteses da situação atual e cenários.

A Tabela 11 apresenta a demanda da população com o dimensionamento das demandas médias e do dia de maior consumo, déficit ou superávit, estimando as vazões necessárias para atender a população ao longo do plano (2016 – 2036) para Arenápolis.

Na sequência é observada na Tabela 12 a evolução das demandas do SAA de Arenápolis, abrangendo as variáveis de per capita produzido, vazão média, tempo de funcionamento da bomba para demanda média diária e para o dia de maior consumo, em função da implantação do programa de redução de perdas no sistema de abastecimento de água na sede urbana do município.

A Tabela 13 possibilita conhecer o índice de perdas no sistema, os *per capitas* produzido e efetivo ao longo do horizonte de projeto. Na Tabela 14 é apresentada a demanda e a necessidade de reservação para a sede urbana do município, até o ano de 2036, com e sem um plano de redução de perdas.

Como forma de prever as necessidades futuras foi apresentada na Tabela 15 a correlação entre a rede de distribuição e o número de ligações domiciliares, em função da evolução do crescimento populacional ao longo do Plano, mostrando o déficit de rede e possibilitando o planejamento financeiro com relação à ampliação da rede de distribuição.





Tabela 11. Estudo comparativo de Demanda para o SAA do município de Arenápolis

Período		Pop Urbana (Hab)		programa de reduç	ão de perdas		programa de Redu		Demanda máxima de
do Plano	Ano		Demanda média (m³/dia)	Demanda do dia de maior consumo (m³/dia)	Superávit(+) / Déficit(-) da demanda (m³/dia)	Demanda média (m³/dia)	Demanda do dia de maior consumo (m³/dia)	Superávit(+) / Déficit(-) da demanda (m³/dia)	produção do sistema (m³/dia)
DIAGN.	2015	9.321	4.295,28	5.154,34	-101,07	4.295,28	5.154,34	-101,07	5.053,27
DIAGN.	2016	9.370	4.295,28	5.154,34	-101,07	4.295,28	5.154,34	-101,07	5.053,27
	2017	9.396	4.307,32	5.168,78	-115,51	4.005,81	4.806,97	246,30	5.053,27
IMED.	2018	9.422	4.318,96	5.182,75	-129,48	3.735,47	4.482,56	570,71	5.053,27
	2019	9.446	4.330,22	5.196,26	-142,99	3.483,05	4.179,66	873,61	5.053,27
	2020	9.470	4.341,08	5.209,30	-156,03	3.282,28	3.938,74	1.114,53	5.053,27
9	2021	9.493	4.351,56	5.221,87	-168,60	3.092,79	3.711,35	1.341,92	5.053,27
CURTO	2022	9.515	4.361,66	5.233,99	-180,72	2.913,97	3.496,76	1.556,51	5.053,27
ひ	2023	9.536	4.371,37	5.245,64	-192,37	2.745,23	3.294,28	1.758,99	5.053,27
	2024	9.556	4.380,68	5.256,82	-203,55	2.586,01	3.103,21	1.950,06	5.053,27
	2025	9.576	4.389,59	5.267,51	-214,24	2.461,71	2.954,05	2.099,22	5.053,27
DIC	2026	9.594	4.398,10	5.277,72	-224,45	2.343,16	2.811,79	2.241,48	5.053,27
MÉDIO	2027	9.612	4.406,19	5.287,43	-234,16	2.230,09	2.676,11	2.377,16	5.053,27
	2028	9.629	4.413,86	5.296,64	-243,37	2.122,28	2.546,74	2.506,53	5.053,27
	2029	9.645	4.421,11	5.305,34	-252,07	2.040,73	2.448,88	2.604,39	5.053,27
	2030	9.660	4.427,93	5.313,52	-260,25	1.962,13	2.354,56	2.698,71	5.053,27
\circ	2031	9.673	4.434,31	5.321,17	-267,90	1.886,35	2.263,62	2.789,65	5.053,27
200	2032	9.686	4.440,23	5.328,28	-275,01	1.813,32	2.175,98	2.877,29	5.053,27
CONGO	2033	9.698	4.445,70	5.334,84	-281,56	1.742,93	2.091,52	2.961,75	5.053,27
Н	2034	9.709	4.450,69	5.340,83	-287,56	1.675,09	2.010,11	3.043,16	5.053,27
	2035	9.719	4.455,22	5.346,26	-292,99	1.609,72	1.931,66	3.121,61	5.053,27
	2036	9.729	4.459,74	5.351,69	-298,42	1.546,90	1.856,28	3.196,99	5.053,27





Tabela 12. Evolução das demandas considerando a redução de perdas no SAA correlacionada ao tempo de funcionamento da bomba

Tabela 12. Evolução das demandas considerando a redução de perdas no SAA correlacionada ao tempo de funcionamento da bom								a oomoa		
Período do Plano	Ano	Pop. Urbana	Índice de Atendimento Sistema Público	População Atendida (hab)	Per capita água produzido (L.hab/dia)	Vazão média (m³/h)	Tempo de funcionamento (h)	Demanda média diária (m³/dia)	Tempo de funcionamento do dia de maior consumo (h)	Demanda do dia de maior consumo (m³/dia)
DIAGN.	2.015	9.321	100%	9.321	460,82	252,66	17,00	4.295,28	20,40	5.154,34
DIAGN.	2.016	9.370	100%	9.370	458,40	252,66	17,00	4.295,28	20,40	5.154,34
	2.017	9.396	100%	9.396	426,31	252,66	15,85	4.005,81	19,03	4.806,97
IMED.	2.018	9.422	100%	9.422	396,47	252,66	14,78	3.735,47	17,74	4.482,56
	2.019	9.446	100%	9.446	368,72	252,66	13,79	3.483,05	16,54	4.179,66
	2	9.470	100%	9.470	346,59	252,66	12,99	3.282,28	15,59	3.938,74
0	2	9.493	100%	9.493	325,80	252,66	12,24	3.092,79	14,69	3.711,35
CURTO	2	9.515	100%	9.515	306,25	252,66	11,53	2.913,97	13,84	3.496,76
び	2	9.536	100%	9.536	287,88	252,66	10,87	2.745,23	13,04	3.294,28
	2	9.556	100%	9.556	270,60	252,66	10,23	2.586,01	12,28	3.103,21
	2	9.576	100%	9.576	257,07	252,66	9,74	2.461,71	11,69	2.954,05
MÉDIO	2	9.594	100%	9.594	244,22	252,66	9,27	2.343,16	11,13	2.811,79
Ê	. 2	9.612	100%	9.612	232,01	252,66	8,83	2.230,09	10,59	2.676,11
~	2.028	9.629	100%	9.629	220,41	252,66	8,40	2.122,28	10,08	2.546,74
	2.029	9.645	100%	9.645	211,59	252,66	8,08	2.040,73	9,69	2.448,88
	2.030	9.660	100%	9.660	203,13	252,66	7,77	1.962,13	9,32	2.354,56
	2.031	9.673	100%	9.673	195,00	252,66	7,47	1.886,35	8,96	2.263,62
<u> </u>	2.032	9.686	100%	9.686	187,20	252,66	7,18	1.813,32	8,61	2.175,98
LONGO	2.033	9.698	100%	9.698	179,71	252,66	6,90	1.742,93	8,28	2.091,52
I	2.034	9.709	100%	9.709	172,53	252,66	6,63	1.675,09	7,96	2.010,11
	2.035	9.719	100%	9.719	165,62	252,66	6,37	1.609,72	7,65	1.931,66
	2.036	9.729	100%	9.729	159,00	252,66	6,12	1.546,90	7,35	1.856,28





Tabela 13. Índice de perdas ao longo do horizonte do projeto

Período do Plano (anos)	Ano	Pop Urbana	Índice de Atendimento Sistema Público	População Atendida (hab)	Per capita água produzido incluindo Perdas (L.hab/dia)	Per capita água consumido sem Perdas (L.hab/dia)	Índice de Perdas (%)
DIAGN.	2015	9.321	100%	9.321	460,82	153,43	66,70%
DIAGN.	2016	9.370	100%	9.370	458,40	152,63	66,70%
	2017	9.396	100%	9.396	426,31	151,10	64,56%
IMED.	2018	9.422	100%	9.422	396,47	149,59	62,27%
	2019	9.446	100%	9.446	368,72	148,09	59,84%
	2020	9.470	100%	9.470	346,59	146,61	57,70%
o	2021	9.493	100%	9.493	325,80	145,15	55,45%
CURTO	2022	9.515	100%	9.515	306,25	143,69	53,08%
CC	2023	9.536	100%	9.536	287,88	142,26	50,58%
	2024	9.556	100%	9.556	270,60	140,84	47,96%
_	2025	9.576	100%	9.576	257,07	139,43	45,76%
MÉDIO	2026	9.594	100%	9.594	244,22	138,03	43,48%
MÉI	2027	9.612	100%	9.612	232,01	136,65	41,10%
	2028	9.629	100%	9.629	220,41	135,29	38,62%
	2029	9.645	100%	9.645	211,59	134,34	36,51%
	2030	9.660	100%	9.660	203,13	133,40	34,33%
_	2031	9.673	100%	9.673	195,00	132,46	32,07%
<u> </u>	2032	9.686	100%	9.686	187,20	131,54	29,74%
TONGO	2033	9.698	100%	9.698	179,71	130,62	27,32%
	2034	9.709	100%	9.709	172,53	129,70	24,82%
	2035	9.719	100%	9.719	165,62	128,79	22,24%
	2036	9.729	100%	9.729	159,00	127,89	19,56%





Tabela 14. Comparativo de reservação necessária com e sem programa de redução de perdas e referência Funasa ao longo do horizonte do plano

		n comparat	ivo de reservaça			zido c/ perda =	458,40	(L/hab.dia)	u uo longo uo n	orizonie do pr		
						ideal adotado =	160,00	(L/hab.dia)				
			Sem program	ma de redução	de Perdas	Com Progra	ma de redução	, , ,	Utilizando o	Utilizando o per capita da FUNASA		
Período do Plano	Ano	Volume de reservação existente (m³)	Demanda do dia de maior consumo (m³/dia)	Volume de reservação necessária (m³/dia)	Superávit / Déficit sem redução de perdas (m³)	Demanda do dia de maior consumo (m³/dia)	Volume de reservação necessário (m³)	Superávit / Déficit com redução de perdas (m³)	Demanda do dia de maior consumo (m³/dia)	Volume de reservação necessário (m³)	Superávit / Déficit Per capita Funasa (m³)	
DIAGN.	2015	450	5.154,34	1.718	-1.268	5.154,34	1.718	-1.268	1.789,66	597	-147	
DIAGN.	2016	450	5.154,34	1.718	-1.268	5.154,34	1.718	-1.268	1.799,08	600	-150	
	2017	450	5.168,78	1.723	-1.273	4.806,97	1.602	-1.152	1.804,11	602	-152	
IMED.	2018	450	5.182,75	1.728	-1.278	4.482,56	1.494	-1.044	1.808,99	603	-153	
	2019	450	5.196,26	1.732	-1.282	4.179,66	1.393	-943	1.813,70	605	-155	
	2020	450	5.209,30	1.736	-1.286	3.938,74	1.313	-863	1.818,25	607	-157	
Q	2021	450	5.221,87	1.741	-1.291	3.711,35	1.237	-787	1.822,64	608	-158	
CURTO	2022	450	5.233,99	1.745	-1.295	3.496,76	1.166	-716	1.826,87	609	-159	
び	2023	450	5.245,64	1.749	-1.299	3.294,28	1.098	-648	1.830,94	611	-161	
	2024	450	5.256,82	1.752	-1.302	3.103,21	1.034	-584	1.834,84	612	-162	
	2025	450	5.267,51	1.756	-1.306	2.954,05	985	-535	1.838,57	613	-163	
MÉDIO	2026	450	5.277,72	1.759	-1.309	2.811,79	937	-487	1.842,13	615	-165	
É	2027	450	5.287,43	1.762	-1.312	2.676,11	892	-442	1.845,52	616	-166	
	2028	450	5.296,64	1.766	-1.316	2.546,74	849	-399	1.848,74	617	-167	
	2029	450	5.305,34	1.768	-1.318	2.448,88	816	-366	1.851,78	618	-168	
	2030	450	5.313,52	1.771	-1.321	2.354,56	785	-335	1.854,63	619	-169	
\circ	2031	450	5.321,17	1.774	-1.324	2.263,62	755	-305	1.857,30	620	-170	
CONGO	2032	450	5.328,28	1.776	-1.326	2.175,98	725	-275	1.859,78	620	-170	
Q	2033	450	5.334,84	1.778	-1.328	2.091,52	697	-247	1.862,07	621	-171	
I	2034	450	5.340,83	1.780	-1.330	2.010,11	670	-220	1.864,16	622	-172	
	2035	450	5.346,26	1.782	-1.332	1.931,66	644	-194	1.866,06	623	-173	
	2036	450	5.351,69	1.784	-1.334	1.856,28	619	-169	1.867,95	623	-173	





Tabela 15. Correlação entre o crescimento populacional, quantidade de ligações e extensão de rede de abastecimento de água

Período do Plano	Ano	População urbana (hab.)	População	Percentual de atendimento com abastecimento	Percentual de atendimento	Extensão da rede estimada (km)	Déficit (-) da rede de abastecimento (km)	Extensão da Rede atendida - proposto- (Km)	Déficit (-) da rede de abastecimento (m/ano) - Proposto	N° de Ligações estimadas (un)	Déficit (-) de ligações (un)	Déficit (-) de ligações (un) - Proposto
DIAGN.	2015	9.321	9.321	100,00%	100,00%	50,58	0,00	50,58	0,00	3.413	0	0
DIAGN.	2016	9.370	9.370	100,00%	100,00%	50,58	0,00	50,58	0,00	3.413	0	0
	2017	9.396	9.370	99,72%	100,00%	50,73	-0,15	50,73	148,21	3.423	-10	10
IMED.	2018	9.422	9.370	99,45%	100,00%	50,86	-0,28	50,86	133,39	3.432	-19	9
	2019	9.446	9.370	99,19%	100,00%	51,00	-0,41	51,00	133,39	3.441	-28	9
	2	9.470	9.370	98,95%	100,00%	51,13	-0,55	51,13	133,39	3.450	-37	9
2	2	9.493	9.370	98,71%	100,00%	51,25	-0,67	51,25	118,57	3.458	-45	8
CURTO	2	9.515	9.370	98,48%	100,00%	51,37	-0,79	51,37	118,57	3.466	-53	8
じ	2	9.536	9.370	98,26%	100,00%	51,49	-0,90	51,49	118,57	3.474	-61	8
	2	9.556	9.370	98,05%	100,00%	51,59	-1,01	51,59	103,74	3.481	-68	7
	2	9.576	9.370	97,85%	100,00%	51,69	-1,11	51,69	103,74	3.488	-75	7
MÉDIO	2	9.594	9.370	97,66%	100,00%	51,80	-1,22	51,80	103,74	3.495	-82	7
Ę,	2	9.612	9.370	97,48%	100,00%	51,89	-1,30	51,89	88,92	3.501	-88	6
_	2028	9.629	9.370	97,31%	100,00%	51,98	-1,39	51,98	88,92	3.507	-94	6
	2029	9.645	9.370	97,15%	100,00%	52,07	-1,48	52,07	88,92	3.513	-100	6
	2030	9.660	9.370	97,00%	100,00%	52,14	-1,56	52,14	74,10	3.518	-105	5
\circ	2031	9.673	9.370	96,87%	100,00%	52,21	-1,63	52,21	74,10	3.523	-110	5
196	2032	9.686	9.370	96,74%	100,00%	52,29	-1,70	52,29	74,10	3.528	-115	5
LONGO	2033	9.698	9.370	96,62%	100,00%	52,35	-1,76	52,35	59,28	3.532	-119	4
J	2034	9.709	9.370	96,51%	100,00%	52,41	-1,82	52,41	59,28	3.536	-123	4
	2035	9.719	9.370	96,41%	100,00%	52,47	-1,88	52,47	59,28	3.540	-127	4
	2036	9.729	9.370	96,31%	100,00%	52,52	-1,94	52,52	59,28	3.544	-131	4





Quando se analisa a simulação da Tabela 11, estudo comparativo de demandas, verificase que o SAA estará em déficit, sendo necessário que a concessionária realize as ações para ampliar a demanda em aproximadamente 298 m³/dia, ou seja, ampliar a capacidade de captação e tratamento do SAA.

Por outro lado, com a implantação do programa de redução de perdas previsto no Plano, verifica-se que o déficit nas demandas seria inexistente, o SAA estaria em 2036 com superávit de aproximadamente 3.197 m³/dia, otimizando o sistema e consequentemente mantendo a universalização.

Os resultados obtidos na Tabela 12 mostram que, hoje, o sistema tem seu tempo de funcionamento em aproximadamente 17 horas, utilizando o *per capita* produzido de 458,40 L.hab/dia, resulta a demanda média diária de 4.295,28 m³/dia. Nota-se, que ao instalar o programa de redução de perdas o *per capita* produzido para final de plano será de 159,00 L.hab/dia, operando com um tempo de funcionamento de aproximadamente 6,0 horas para a demanda média de 1.547 m³/dia, possibilitando o atendimento até mesmo para a demanda dos dias de maior consumo de 1.856,0 m³/dia.

Na Tabela 13, verifica-se que o *per capita* produzido, em 2016, é de 458,40 L/hab.dia e o *per capita* efetivo de 152,63 L/hab.dia, com índice de perdas de 66,70%, acima do limite estabelecido pelo Plansab. Dessa forma, foi aplicado o programa de redução de perdas ao longo do horizonte do plano de 6,87% - imediato, 11,88% - curto, 9,33 % - médio e 19,06% - longo prazo. Com as taxas implantadas, verifica-se que a meta de atender o limite estabelecido pelo Plansab no índice de perdas ocorrerá somente a longo prazo em 2032. Nota-se que ao final de plano o *per capita* produzido em 2036 é de 159,0 L/hab.dia, e o *per capita* efetivo de 127,89 L/hab.dia, alcançando o índice de perdas de 19,56%.

Verifica-se na Tabela 14 que a capacidade atual de reservação está deficitária em 1.268 m³, alcançando para o ano de 2.036 um déficit de 1.344 m³, ou seja, por mais que haja a redução das perdas na distribuição, o sistema de reservação ainda assim será ineficiente, havendo a necessidade de implantação de novo reservatório. Dessa forma, propõe-se a reativação do reservatório existente RAP-01 de 500 m³ localizado na sede da concessionária.

A necessidade de ampliação de rede de distribuição e ligações prediais deve atender à demanda caso a evolução populacional seja em loteamentos ou em novas ruas, como mostra o déficit na rede e ligações na Tabela 15.





5.4.2 Projeção da demanda de água nas Áreas Rurais

A seguir são apresentadas, nas Tabela 16 a Tabela 19, a projeção da população rural de Arenápolis, bem como as vazões mínimas, médias e máximas para atender o horizonte do projeto. Ressalta-se que o consumo médio "*per capita*" utilizado para a área rural foi de 120 L/hab.dia, conforme preconiza a Funasa.

Tabela 16. Estudo da projeção da população e as vazões necessárias para o horizonte do plano das áreas rurais dispersas

Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)					
2015	378	0,94	1,42	0,79					
2016	380	0,95	1,42	0,79					
2017	403	1,01	1,51	0,84					
2019	471	1,18	1,77	0,98					
2024	572	1,43	2,14	1,19					
2029	642	1,61	2,41	1,34					
2036	741	1,85	2,78	1,54					

Fonte: PMSB-MT,106

Tabela 17. Estudo da projeção da população e as vazões necessárias para o horizonte do plano, Assentamento Imaculado Coração de Maria

		1330mamento macarado (ooração de iviaria	
Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)
2015	236	0,59	0,88	0,49
2016	237	0,59	0,89	0,49
2017	252	0,63	0,94	0,52
2019	294	0,73	1,10	0,61
2024	357	0,89	1,34	0,74
2029	401	1,00	1,50	0,83
2036	6 462	1,16	1,73	0,96

Fonte: PMSB-MT,106

Tabela 18. Estudo da projeção da população e as vazões necessárias para o horizonte do plano, Assentamento Nossa Senhora Aparecida

Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)
2015	24	0,06	0,09	0,05
2016	24	0,06	0,09	0,05
2017	25	0,06	0,10	0,05
2019	30	0,07	0,11	0,06
2024	36	0,09	0,14	0,08
2029	41	0,10	0,15	0,08
2036	47	0,12	0,18	0,10





Tabela 19. Estudo da projeção da população e as vazões necessárias para o horizonte do plano, Assentamento Castelo Itaniranuã I e II

Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)
2015	116	0,29	0,44	0,24
2016	117	0,29	0,44	0,24
2017	124	0,31	0,47	0,26
2019	145	0,36	0,54	0,30
2024	176	0,44	0,66	0,37
2029	198	0,49	0,74	0,41
2036	228	0,57	0,86	0,48

Fonte: PMSB-MT,106

Verifica-se nas projeções acima que a vazão média para atender à população da área rural é de cerca de 1,5 L/s. Nos assentamentos Nossa Senhora Aparecida e Castelo Itapirapuã I e II, a vazão média não ultrapassa de 0,5 L/s para o final de plano. Já o assentamento Imaculado Coração de Maria onde se tem um número maior de pessoas a vazão necessária será de aproximadamente de 1 L/s.

Verifica-se a dificuldade de implantar um sistema de captação e tratamento de água para as áreas com pouca densidade populacional, bem como garantir o acesso à água de qualidade, conforme previsto na portaria MS n° 2.914/2011 –, considerou-se algumas ações para que toda população tenha à disposição água para consumo dentro dos parâmetros de potabilidade.

Para a garantia da qualidade da água para a população que utiliza poços ou nascentes e córregos sugere-se algumas ações, como:

- Cadastro de todos os poços de captação individual;
- Análise periódica da qualidade da água segundo os parâmetros da portaria MS n°2.914/2011;
- Doação de produtos químicos, como cloro em pastilhas, para garantia da qualidade e descontaminação da água;
- Projetos de Educação Ambiental direcionados para a importância da utilização dos produtos químicos doados.
- Incentivo e apoio técnico e financeiro para a utilização de cisternas com o objetivo de armazenar água da chuva (decreto nº 7217/2010, Art. 68);
- Dispor de sistema de assistência à população rural que utiliza soluções individuais para abastecimento de água na adoção de orientações técnicas quanto à construção de poços e medidas de proteção sanitária;
- Instruir a população sobre as alternativas para desinfecção da água para beber.





5.5 INFRAESTRUTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

5.5.1 Projeção da vazão anual de esgotos ao longo dos 20 anos para toda a área de planejamento

De acordo com Von Sperling (1996), para estimar o volume de esgoto sanitário gerado baseia-se na fração de água que entra na rede coletora na forma de esgoto, sendo denominada tecnicamente de coeficiente de retorno água/esgoto, sendo adotados para os cálculos "C" = 0,80 (valor recomendado pela norma NBR 9649/1986).

Para identificação das necessidades futuras de implantação dos componentes do sistema de esgotamento sanitário de Arenápolis serão utilizados dados referentes ao levantamento e diagnóstico da situação atual, das evoluções populacionais previstas ao longo do período de planejamento, das metas de cobertura fixada, sendo necessário, ainda, definir parâmetros normatizados e parâmetros de projeção do número de ligações, economias e de extensão de rede.

A Tabela 20 apresenta a estimativa das vazões de contribuições para o sistema de esgotamento sanitário ao longo do horizonte de projeto.

A Tabela 21 mostra a projeção da extensão da rede coletora de esgoto, déficit da rede e déficit de ligação para o horizonte temporal do projeto.





Tabela 20. Estimativa das vazões de esgoto para a população urbana de Arenápolis

Período do Plano	Ano	População urbana abastecida SAA(hab.)	População urbana atendida com coleta e tratamento (hab.)	Percentual de atendimento com coleta e tratamento	Per capita de esgoto (L.hab/dia) coef. Retorno 0,8	Vazão máxima diária sem sistema público (L/s)	Vazão máxima diária com coleta e tratamento (L/s)	Vazão máxima diária com coleta e tratamento + taxa de infiltração (L/s)	Vazão média sem sistema publico (L/s)	Vazão média c/ sistema público (L/s)
DIAGN.	2015	9.321	0	0,00%	122,74	15,89	0,00	0,00	13,24	0,00
DIAGN.	2016	9.370	0	0,00%	122,10	15,89	0,00	0,00	13,24	0,00
	2017	9.396	0	0,00%	120,88	15,78	0,00	0,00	13,15	0,00
IMED.	2018	9.422	0	0,00%	119,67	15,66	0,00	0,00	13,05	0,00
	2019	9.446	0	0,00%	118,47	15,54	0,00	0,00	12,95	0,00
	2020	9.470	606	6,40%	117,29	14,44	0,99	1,31	12,03	0,82
<u>o</u>	2021	9.493	1.211	12,76%	116,12	13,36	1,95	2,61	11,13	1,63
URT	2022	9.515	1.819	19,12%	114,96	12,29	2,90	3,89	10,24	2,42
ū	2023	9.536	2.430	25,48%	113,81	11,23	3,84	5,15	9,36	3,20
S	2024	9.556	3.043	31,84%	112,67	10,19	4,76	6,40	8,49	3,97
	2025	9.576	3.658	38,20%	111,54	9,17	5,67	7,64	7,64	4,72
MÉDIO	2026	9.594	4.275	44,56%	110,43	8,16	6,56	8,87	6,80	5,46
MÉ	2027	9.612	4.894	50,92%	109,32	7,16	7,43	10,07	5,97	6,19
	2028	9.629	5.515	57,28%	108,23	6,18	8,29	11,27	5,15	6,91
	2029	9.645	6.138	63,64%	107,47	5,23	9,16	12,48	4,36	7,63
	2030	9.660	6.762	70,00%	106,72	4,30	10,02	13,67	3,58	8,35
	2031	9.673	6.965	72,00%	105,97	3,99	10,25	14,01	3,32	8,54
ZGC	2032	9.686	7.168	74,00%	105,23	3,68	10,48	14,35	3,07	8,73
TONGO	2033	9.698	7.371	76,00%	104,49	3,38	10,70	14,68	2,82	8,91
	2034	9.709	7.573	78,00%	103,76	3,08	10,91	15,00	2,57	9,09
	2035	9.719	7.775	80,00%	103,04	2,78	11,13	15,32	2,32	9,27
	2036	9.729	7.978	82,00%	102,31	2,49	11,34	15,64	2,07	9,45





Tabela 21. Estudo da projeção da extensão da rede coletora de esgoto

Período do Plano	Ano	População urbana abastecida SAA(hab.)	População urbana atendida com coleta e tratamento	Percentual de atendimento com coleta e tratamento	População urbana atendida com coleta e tratamento	Percentual de atendimento com coleta e tratamento anual	Extensão da rede coletora necessária	Extensão da rede coletora a ser instalada	Déficit (-) da rede coletora (km) -	N° de ligações estimadas (un)	Déficit (-) de ligação (un)	N° de ligações a ser instaladas - proposta
		SAA(nab.)	(hab.)	acumulado	(hab.) - Proposto	proposto	(km)	(m/ano)	Proposto	, , ,	` ′	(un/ano)
DIAGN.	2015	9.321	0	0,00%	0	0,00%	45,52	0,00	-45,52	3.413	-3.413	0
—————	2016	9.370	0	0,00%	0	0,00%	45,52	0,00	-45,52	3.413	-3.413	0
	2017	9.396	0	0,00%	0	0,00%	45,66	1.871,98	-43,79	3.423	-3.423	0
IMED.	2018	9.422	0	0,00%	0	0,00%	45,78	1.881,96	-42,02	3.432	-3.432	0
	2019	9.446	0	0,00%	0	0,00%	45,90	1.891,61	-40,25	3.441	-3.441	0
	2020	9.470	0	0,00%	606	6,40%	46,02	1.900,91	-38,47	3.450	-3.450	221
2	2021	9.493	0	0,00%	1.211	12,76%	46,12	1.909,34	-36,67	3.458	-3.458	220
CURTO	2022	9.515	0	0,00%	1.819	19,12%	46,23	1.917,44	-34,86	3.466	-3.466	221
5	2023	9.536	0	0,00%	2.430	25,48%	46,34	1.925,19	-33,04	3.474	-3.474	222
	2024	9.556	0	0,00%	3.043	31,84%	46,43	1.932,04	-31,20	3.481	-3.481	223
	2025	9.576	0	0,00%	3.658	38,20%	46,53	1.938,51	-29,36	3.488	-3.488	224
DIO	2026	9.594	0	0,00%	4.275	44,56%	46,62	1.944,62	-27,50	3.495	-3.495	225
MÉDIO	2027	9.612	0	0,00%	4.894	50,92%	46,70	1.949,81	-25,64	3.501	-3.501	226
	2028	9.629	0	0,00%	5.515	57,28%	46,78	1.954,60	-23,76	3.507	-3.507	226
	2029	9.645	0	0,00%	6.138	63,64%	46,86	1.959,01	-21,88	3.513	-3.513	227
	2030	9.660	0	0,00%	6.762	70,00%	46,93	1.962,44	-19,99	3.518	-3.518	227
	2031	9.673	0	0,00%	6.965	72,00%	46,99	1.965,45	-18,09	3.523	-3.523	74
QQ	2032	9.686	0	0,00%	7.168	74,00%	47,06	1.968,02	-16,19	3.528	-3.528	74
LONGO	2033	9.698	0	0,00%	7.371	76,00%	47,11	1.969,58	-14,27	3.532	-3.532	74
	2034	9.709	0	0,00%	7.573	78,00%	47,17	1.970,69	-12,36	3.536	-3.536	74
	2035	9.719	0	0,00%	7.775	80,00%	47,22	1.971,34	-10,44	3.540	-3.540	74
	2036	9.729	0	0,00%	7.978	82,00%	47,27	1.975,50	-8,51	3.544	-3.544	74





Como já informado o município de Arenápolis, hoje, não dispõe da cobertura dos serviços públicos de coleta e tratamento de esgoto, os efluentes recebem tratamento individual como fossa séptica e sumidouro ou somente fossa negra. Sendo assim, no primeiro ano de planejamento foi considerado o percentual de atendimento com coleta e tratamento como 0%. Para os cálculos do prognóstico, adotou-se o ano de 2020 para início do funcionamento do sistema de esgotamento sanitário no município. Estima-se que até 2024 (final da meta de curto prazo) já esteja em implantação o sistema público coletando a vazão de 3,97 L/s.

Em ambos os cenários o índice de cobertura e tratamento de esgoto terá uma evolução acentuada atingido o índice de cobertura de 70% da população urbana até 2030, cumprindo apenas as metas contratuais, porém até o final de plano o índice de cobertura do esgoto centralizado alcançará o índice de 82%, acima da meta do Plansab para a região Centro Oeste. Ressalta-se que os demais 18% que faltam para a universalização está sendo alcançado com a utilização de sistemas individuais (fossa, filtro e sumidouro) proposto para locais onde as residências não possam ser atendidas com sistema público de esgotamento sanitário.

A previsão é que a rede coletora na sede urbana comece a ser executada em 2020, chegando em 2036 com 82% de cobertura, o que corresponde a aproximadamente 47 km de rede coletora e 3.544 ligações domiciliares.

5.5.2 Projeção das demandas de esgoto na área rural

Segundo o Plansab, até o ano de 2033, deve ser assistido cerca de 74% dos domicílios rurais servidos de forma adequada a coleta e tratamento do esgoto para a região Centro Oeste. O conceito de atendimento adequado é definido como:

- Coleta de esgotos, seguida de tratamento;
- Uso de fossa séptica. Por "fossa séptica" pressupõe-se a fossa séptica sucedida por póstratamento ou unidade de disposição final, adequadamente projetados e construídos.

Deste modo, para a zona rural, não há viabilidade de se prover os serviços por meio de soluções coletivas, em função de se tratar de população difusa, cujo nível de dispersão geográfica inviabiliza a instalação de sistemas públicos de saneamento básico. Assim, a universalização no meio rural será realizada através de soluções individuais sanitariamente corretas.

A Tabela 22 apresenta a estimativa das vazões de contribuições para o sistema de esgotamento sanitário ao longo do horizonte de projeto na área rural, enquanto que as Tabela





23 a Tabela 25 apresentam a estimativa das vazões de esgoto para cada assentamento de Arenápolis adotando o *per capita* de 120 L/hab.dia, conforme preconiza o Manual de Saneamento da Funasa (2015).

Tabela 22. Estimativa das vazões de esgoto para a área rural do município de Arenápolis

Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)
2015	378	0,76	1,13	0,63
2016	380	0,76	1,14	0,63
2017	403	0,81	1,21	0,67
2019	449	0,90	1,35	0,75
2024	553	1,11	1,66	0,92
2029	642	1,28	1,93	1,07
2036	741	1,48	2,22	1,24

Fonte: PMSB-MT,106

Tabela 23. Estimativa das vazões de esgoto para o assentamento Imaculado Coração de Maria, no município de Arenápolis

Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)
2015	236	0,47	0,71	0,39
2016	237	0,47	0,71	0,40
2017	252	0,50	0,76	0,42
2019	280	0,56	0,84	0,47
2024	345	0,69	1,03	0,57
2029	401	0,80	1,20	0,67
2036	462	0,92	1,39	0,77

Fonte: PMSB-MT,106

Tabela 24. Estimativa das vazões de esgoto para o assentamento Nossa Senhora Aparecida, no município de Arenápolis

Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)
2015	24	0,05	0,07	0,04
2016	24	0,05	0,07	0,04
2017	25	0,05	0,08	0,04
2019	28	0,06	0,09	0,05
2024	35	0,07	0,10	0,06
2029	41	0,08	0,12	0,07
2036	47	0,09	0,14	0,08





Tabela 25. Estimativa das vazões de esgoto para o assentamento Castelo Itapirapuã I e II, no município de Arenápolis

Ano	População (rural hab.)	Vazão máxima diária (L/s)	Vazão máxima horária (L/s)	Vazão média (L/s)
2015	116	0,23	0,35	0,19
2016	117	0,23	0,35	0,20
2017	124	0,25	0,37	0,21
2019	138	0,28	0,41	0,23
2024	170	0,34	0,51	0,28
2029	198	0,40	0,59	0,33
2036	228	0,46	0,68	0,38

Fonte: PMSB-MT,106

Analisando-se as tabelas quanto as vazões de esgoto para a área rural, constata-se que a produção da vazão média é muito pequena, inferior a 1,25 L/s para o final de plano.

Diante do cenário atual e da dificuldade de implantar um sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários centralizado em áreas com pouca densidade populacional, sugere-se que seja adotado, o sistema individualizado.

O cenário moderado propõe que toda a área rural atinja a cobertura de 74% a longo prazo. Portanto, para a adequação do esgotamento sanitário na zona rural, propõe-se as seguintes medidas para o plano de saneamento básico:

- Estudo de um padrão ideal de fossas sépticas para o município, seguindo as normas técnicas vigentes;
- Auxilio técnico e financeiro para a instalação de fossas sépticas que atendam os padrões especificados;
- Criação de ETE especifica para tratamento dos lodos de fossas sépticas;
- Limpeza/esgotamento periódico das fossas implantadas com caminhões limpa-fossa.

Contudo, para o atendimento da população rural, o poder público, concessionária e/ou autarquia deverá instruir e promover a assistência técnica para adoção de sistemas individuais adequados que minimizem os impactos ao meio ambiente e que assegurem a manutenção da saúde pública, pela população. Para isto deverá disponibilizar projetos padrão e assessoria para seus munícipes, visando a correta implantação das alternativas individuais de tratamento de esgoto (fossa séptica e sumidouros, fossas de bananeiras, entre outros).





5.5.3 Previsão de estimativas de carga e concentração de DBO e Coliformes termotolerantes

A previsão de carga orgânica diária para o município de Arenápolis foi estimada conforme a projeção populacional, considerando a inexistência do sistema de tratamento, estimou-se também a DBO diária sem e com tratamento (de acordo com a porcentagem de eficiência do tratamento) – Tabela 26 e 27.





Tabela 26. Previsão da carga orgânica de DBO, coliformes totais e características do efluente final para os diversos tipos tipo de tratamento

Período do	Ano	População urbana abastecida SAA(hab.)	urbana ur atendida com coleta e so tratamento ind	População urbana com	Vazão de Esgoto	Sem tratam	Tratamen	to Primário vidual)	Trata	Tratamento Preliminar	
Plano	11110			solução individual (hab.)	(m³/dia)	Carga Diária DBO (Kg/dia)	Coliformes Totais (org/dia)	DBO (Kg/dia)	Coliformes (org/dia)	DBO (Kg/dia)	Coliformes (org/dia)
DIAGN.	2015	9.321	0	9.321	0,00	4,66E+02	9,32E+10	3,03E+02	6,06E+10	0,00E+00	0,00E+00
<i>DITION</i> .	2016	9.370	0	9.370	0,00	4,69E+02	9,37E+10	3,05E+02	6,09E+10	0,00E+00	0,00E+00
	2017	9.396	0	9.396	0,00	4,70E+02	9,40E+10	3,05E+02	6,11E+10	0,00E+00	0,00E+00
IMED.	2018	9.422	0	9.422	0,00	4,71E+02	9,42E+10	3,06E+02	6,12E+10	0,00E+00	0,00E+00
	2019	9.446	0	9.446	0,00	4,72E+02	9,45E+10	3,07E+02	6,14E+10	0,00E+00	0,00E+00
	2020	9.470	606	8.864	113,58	4,43E+02	8,86E+10	2,88E+02	5,76E+10	2,88E+01	6,06E+09
0	2021	9.493	1.211	8.282	225,28	4,14E+02	8,28E+10	2,69E+02	5,38E+10	5,75E+01	1,21E+10
CURTO	2022	9.515	1.819	7.696	335,82	3,85E+02	7,70E+10	2,50E+02	5,00E+10	8,64E+01	1,82E+10
ū	2023	9.536	2.430	7.106	445,18	3,55E+02	7,11E+10	2,31E+02	4,62E+10	1,15E+02	2,43E+10
	2024	9.556	3.043	6.514	553,31	3,26E+02	6,51E+10	2,12E+02	4,23E+10	1,45E+02	3,04E+10
	2025	9.576	3.658	5.918	660,24	2,96E+02	5,92E+10	1,92E+02	3,85E+10	1,74E+02	3,66E+10
DIO	2026	9.594	4.275	5.319	765,95	2,66E+02	5,32E+10	1,73E+02	3,46E+10	2,03E+02	4,28E+10
MÉDIO	2027	9.612	4.894	4.718	870,37	2,36E+02	4,72E+10	1,53E+02	3,07E+10	2,32E+02	4,89E+10
	2028	9.629	5.515	4.113	973,54	2,06E+02	4,11E+10	1,34E+02	2,67E+10	2,62E+02	5,52E+10
	2029	9.645	6.138	3.507	1.077,85	1,75E+02	3,51E+10	1,14E+02	2,28E+10	2,92E+02	6,14E+10
	2030	9.660	6.762	2.898	1.181,25	1,45E+02	2,90E+10	9,42E+01	1,88E+10	3,21E+02	6,76E+10
_	2031	9.673	6.965	2.709	1.210,50	1,35E+02	2,71E+10	8,80E+01	1,76E+10	3,31E+02	6,96E+10
AGC	2032	9.686	7.168	2.518	1.239,44	1,26E+02	2,52E+10	8,18E+01	1,64E+10	3,40E+02	7,17E+10
TONGO	2033	9.698	7.371	2.328	1.267,95	1,16E+02	2,33E+10	7,56E+01	1,51E+10	3,50E+02	7,37E+10
	2034	9.709	7.573	2.136	1.296,14	1,07E+02	2,14E+10	6,94E+01	1,39E+10	3,60E+02	7,57E+10
	2035	9.719	7.775	1.944	1.323,99	9,72E+01	1,94E+10	6,32E+01	1,26E+10	3,69E+02	7,78E+10
	2036	9.729	7.978	1.751	1.351,61	8,76E+01	1,75E+10	5,69E+01	1,14E+10	3,79E+02	7,98E+10





Continuação da Tabela 26. Previsão da carga orgânica de DBO, coliformes totais e características do efluente final para os diversos tipos tipo de tratamento

Lagoa anaeról		C	itivado		Biológico	UASB		UASB SEG. LAGO	
DBO (Kg/dia)	Coliformes (org/dia)	DBO (Kg/dia)	Coliformes (org/dia)	DBO (Kg/dia)	Coliformes (org/dia)	DBO (Kg/dia)	Coliformes (org/dia)	DBO (Kg/dia)	Coliformes (org/dia)
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00
5,76E+00	6,06E+07	2,88E+00	1,21E+09	1,15E+01	2,42E+09	1,15E+01	2,42E+09	5,76E+00	6,06E+07
1,15E+01	1,21E+08	5,75E+00	2,42E+09	2,30E+01	4,85E+09	2,30E+01	4,85E+09	1,15E+01	1,21E+08
1,73E+01	1,82E+08	8,64E+00	3,64E+09	3,46E+01	7,28E+09	3,46E+01	7,28E+09	1,73E+01	1,82E+08
2,31E+01	2,43E+08	1,15E+01	4,86E+09	4,62E+01	9,72E+09	4,62E+01	9,72E+09	2,31E+01	2,43E+08
2,89E+01	3,04E+08	1,45E+01	6,09E+09	5,78E+01	1,22E+10	5,78E+01	1,22E+10	2,89E+01	3,04E+08
3,48E+01	3,66E+08	1,74E+01	7,32E+09	6,95E+01	1,46E+10	6,95E+01	1,46E+10	3,48E+01	3,66E+08
4,06E+01	4,28E+08	2,03E+01	8,55E+09	8,12E+01	1,71E+10	8,12E+01	1,71E+10	4,06E+01	4,28E+08
4,65E+01	4,89E+08	2,32E+01	9,79E+09	9,30E+01	1,96E+10	9,30E+01	1,96E+10	4,65E+01	4,89E+08
5,24E+01	5,52E+08	2,62E+01	1,10E+10	1,05E+02	2,21E+10	1,05E+02	2,21E+10	5,24E+01	5,52E+08
5,83E+01	6,14E+08	2,92E+01	1,23E+10	1,17E+02	2,46E+10	1,17E+02	2,46E+10	5,83E+01	6,14E+08
6,42E+01	6,76E+08	3,21E+01	1,35E+10	1,28E+02	2,70E+10	1,28E+02	2,70E+10	6,42E+01	6,76E+08
6,62E+01	6,96E+08	3,31E+01	1,39E+10	1,32E+02	2,79E+10	1,32E+02	2,79E+10	6,62E+01	6,96E+08
6,81E+01	7,17E+08	3,40E+01	1,43E+10	1,36E+02	2,87E+10	1,36E+02	2,87E+10	6,81E+01	7,17E+08
7,00E+01	7,37E+08	3,50E+01	1,47E+10	1,40E+02	2,95E+10	1,40E+02	2,95E+10	7,00E+01	7,37E+08
7,19E+01	7,57E+08	3,60E+01	1,51E+10	1,44E+02	3,03E+10	1,44E+02	3,03E+10	7,19E+01	7,57E+08
7,39E+01	7,78E+08	3,69E+01	1,56E+10	1,48E+02	3,11E+10	1,48E+02	3,11E+10	7,39E+01	7,78E+08
7,58E+01	7,98E+08	3,79E+01	1,60E+10	1,52E+02	3,19E+10	1,52E+02	3,19E+10	7,58E+01	7,98E+08

Fonte: PMSB – MT, 2016





Tabela 27. Concentração de DBO, coliformes totais e a característica do efluente final para os diversos tipos de tratamento na área urbana

Período do	Ano	População urbana abastecida SAA(hab.)	População urbana atendida com coleta e tratamento (hab.)	População urbana com solução	Vazão de Esgoto	Sem tratamento (Concentração)		Tratamen	to Primário vidual)	Efluente do tratamento Preliminar	
Plano				individual (hab.)	(m³/dia)	DBO (mg/L)	Coliformes (org/ml)	DBO (mg/L)	Coliformes (org/ml)	DBO (mg/L)	Coliformes (org/ml)
DIAGN.	2.015	9.321	0	9.321	0,00	3,39E+02	6,79E+07	2,65E+02	5,30E+07	0,00E+00	0,00E+00
DIAGN.	2.016	9.370	0	9.370	0,00	3,41E+02	6,82E+07	2,66E+02	5,32E+07	0,00E+00	0,00E+00
	2.017	9.396	0	9.396	0,00	3,45E+02	6,89E+07	2,69E+02	5,38E+07	0,00E+00	0,00E+00
IMED.	2.018	9.422	0	9.422	0,00	3,48E+02	6,96E+07	2,72E+02	5,43E+07	0,00E+00	0,00E+00
	2.019	9.446	0	9.446	0,00	3,52E+02	7,03E+07	2,74E+02	5,49E+07	0,00E+00	0,00E+00
	2.020	9.470	606	8.864	113,58	3,55E+02	7,10E+07	2,77E+02	5,54E+07	2,53E+02	5,34E+07
0	2.021	9.493	1.211	8.282	225,28	3,59E+02	7,18E+07	2,80E+02	5,60E+07	2,55E+02	5,38E+07
CURTO	2.022	9.515	1.819	7.696	335,82	3,62E+02	7,25E+07	2,83E+02	5,65E+07	2,57E+02	5,42E+07
5	2.023	9.536	2.430	7.106	445,18	3,66E+02	7,32E+07	2,86E+02	5,71E+07	2,59E+02	5,46E+07
	2.024	9.556	3.043	6.514	553,31	3,70E+02	7,40E+07	2,88E+02	5,77E+07	2,61E+02	5,50E+07
	2.025	9.576	3.658	5.918	660,24	3,74E+02	7,47E+07	2,91E+02	5,83E+07	2,63E+02	5,54E+07
MÉDIO	2.026	9.594	4.275	5.319	765,95	3,77E+02	7,55E+07	2,94E+02	5,89E+07	2,65E+02	5,58E+07
MÉ	2.027	9.612	4.894	4.718	870,37	3,81E+02	7,62E+07	2,97E+02	5,95E+07	2,67E+02	5,62E+07
	2.028	9.629	5.515	4.113	973,54	3,85E+02	7,70E+07	3,00E+02	6,01E+07	2,69E+02	5,67E+07
	2.029	9.645	6.138	3.507	1.077,85	3,88E+02	7,75E+07	3,02E+02	6,05E+07	2,70E+02	5,69E+07
	2.030	9.660	6.762	2.898	1.181,25	3,90E+02	7,81E+07	3,05E+02	6,09E+07	2,72E+02	5,72E+07
_	2.031	9.673	6.965	2.709	1.210,50	3,93E+02	7,86E+07	3,07E+02	6,13E+07	2,73E+02	5,75E+07
TONGO	2.032	9.686	7.168	2.518	1.239,44	3,96E+02	7,92E+07	3,09E+02	6,18E+07	2,75E+02	5,78E+07
TOJ	2.033	9.698	7.371	2.328	1.267,95	3,99E+02	7,98E+07	3,11E+02	6,22E+07	2,76E+02	5,81E+07
	2.034	9.709	7.573	2.136	1.296,14	4,02E+02	8,03E+07	3,13E+02	6,26E+07	2,78E+02	5,84E+07
	2.035	9.719	7.775	1.944	1.323,99	4,04E+02	8,09E+07	3,15E+02	6,31E+07	2,79E+02	5,87E+07
	2.036	9.729	7.978	1.751	1.351,61	4,07E+02	8,14E+07	3,18E+02	6,35E+07	2,80E+02	5,90E+07





Continuação da Tabela 27. Concentração de DBO, coliformes totais e a característica do efluente final para os diversos tipos de tratamento na área urbana

area aroana										
Lagoa anaeróbia facultativa		Lodo ativado		Filtro Biológico		UASB		UASB seg. Lagoa		
DBO	Coliformes	DBO Coliformes		DBO Coliformes		DBO Coliformes		DBO	Coliformes	
(Kg/dia)	(org/dia)	(Kg/dia)	(org/dia)	(Kg/dia)	(org/dia)	(Kg/dia)	(org/dia)	(Kg/dia)	(org/dia)	
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	
0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	0,00E+00	
5,07E+01	5,34E+05	2,53E+01	1,07E+07	1,01E+02	2,13E+07	1,01E+02	2,13E+07	5,07E+01	5,34E+05	
5,11E+01	5,38E+05	2,55E+01	1,08E+07	1,02E+02	2,15E+07	1,02E+02	2,15E+07	5,11E+01	5,38E+05	
5,15E+01	5,42E+05	2,57E+01	1,08E+07	1,03E+02	2,17E+07	1,03E+02	2,17E+07	5,15E+01	5,42E+05	
5,19E+01	5,46E+05	2,59E+01	1,09E+07	1,04E+02	2,18E+07	1,04E+02	2,18E+07	5,19E+01	5,46E+05	
5,22E+01	5,50E+05	2,61E+01	1,10E+07	1,04E+02	2,20E+07	1,04E+02	2,20E+07	5,22E+01	5,50E+05	
5,26E+01	5,54E+05	2,63E+01	1,11E+07	1,05E+02	2,22E+07	1,05E+02	2,22E+07	5,26E+01	5,54E+05	
5,30E+01	5,58E+05	2,65E+01	1,12E+07	1,06E+02	2,23E+07	1,06E+02	2,23E+07	5,30E+01	5,58E+05	
5,34E+01	5,62E+05	2,67E+01	1,12E+07	1,07E+02	2,25E+07	1,07E+02	2,25E+07	5,34E+01	5,62E+05	
5,38E+01	5,67E+05	2,69E+01	1,13E+07	1,08E+02	2,27E+07	1,08E+02	2,27E+07	5,38E+01	5,67E+05	
5,41E+01	5,69E+05	2,70E+01	1,14E+07	1,08E+02	2,28E+07	1,08E+02	2,28E+07	5,41E+01	5,69E+05	
5,44E+01	5,72E+05	2,72E+01	1,14E+07	1,09E+02	2,29E+07	1,09E+02	2,29E+07	5,44E+01	5,72E+05	
5,47E+01	5,75E+05	2,73E+01	1,15E+07	1,09E+02	2,30E+07	1,09E+02	2,30E+07	5,47E+01	5,75E+05	
5,49E+01	5,78E+05	2,75E+01	1,16E+07	1,10E+02	2,31E+07	1,10E+02	2,31E+07	5,49E+01	5,78E+05	
5,52E+01	5,81E+05	2,76E+01	1,16E+07	1,10E+02	2,33E+07	1,10E+02	2,33E+07	5,52E+01	5,81E+05	
5,55E+01	5,84E+05	2,78E+01	1,17E+07	1,11E+02	2,34E+07	1,11E+02	2,34E+07	5,55E+01	5,84E+05	
5,58E+01	5,87E+05	2,79E+01	1,17E+07	1,12E+02	2,35E+07	1,12E+02	2,35E+07	5,58E+01	5,87E+05	

Fonte: PMSB – MT, 2016





Sugere-se que o município contrate um profissional habilitado para elaboração do projeto executivo onde deverá tomar como base os estudos realizados acima e apontar a melhor alternativa técnica, econômica e financeira conforme a realidade do município.

Para fins de cálculo das estimativas de carga e concentração de DBO e coliformes fecais, utilizou-se eficiências médias típicas de remoção e parâmetros bibliográficos, como a concentração de organismos em esgotos (Tabela 28). Ressalta-se que na situação em que se estiver investigando o lançamento de um efluente tratado, deve-se considerar a redução da DBO proporcionada pela eficiência do tratamento. Para tanto, foram levadas em consideração as alternativas do lançamento de esgotos sem tratamento e com tratamento, tanto para a área urbana quanto rural.

Tabela 28. Parâmetro de eficiência adotado no PMSB

Tratamento	Eficiência Remoção DBO	Eficiência Remoção Coliformes		
Preliminar	5%	0%		
Primário	35%	35%		
Lagoa Anaeróbia facultativa	80%	99%		
Lodo Ativado	90%	80%		
Reator Biológico	60%	60%		
UASB seguido de Lagoa	80%	99%		
UASB	60%	60%		

Fonte: PMSB-MT, 2016

5.6 DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

O sistema de manejo de água pluviais no município de Arenápolis tem como responsável a Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de obras.

A região urbana de Arenápolis é cortada pelo corpo hídrico ribeirão Areias. O sistema de macrodrenagem no núcleo urbano de Arenápolis é composto por um canal construído em concreto armado, seção retangular, com 454 metros de extensão e 15 de largura, localizado Rua Osvaldo Cruz e a Rua João Pessoa. Todo escoamento das águas pluviais coletadas pelo dispositivo macrodrenagem e microdrenagem é direcionado ao ribeirão Areias.

Quanto ao dispositivo de microdrenagem, na área urbana de Arenápolis existem aproximadamente 84 km deruas abertas (pavimentadas ou não), com 40 Km quilômetros de vias pavimentadas e 44 km de vias não pavimentadas. Os dispositivos, em sua maioria, encontram-se em bom estado de conservação, observando somente em alguns casos a presença de lixo obstruindo as bocas de lobo e sarjetas.





Verifica-se a ocorrência de pontos críticos de alagamentos, enxurrada e erosão que surge em certos locais por ausência do sistema de microdrenagem, assim como também pela inexistência da prática sistemática de ações de manutenção do sistema.

5.6.1 Projeção da demanda de drenagem urbana e manejo de águas pluviais

A projeção do sistema de drenagem de águas pluviais foi elaborada com embasamento na estimativa de área ocupada pela população urbana, que se relaciona diretamente com a taxa de impermeabilização do solo. A partir do levantamento topográfico da malha urbana de Arenápolis e de imagens aéreas, estimou-se como área ocupada o valor de 4,75 km².

A Tabela 29 apresenta a estimativa da taxa de ocupação de solo por habitante urbano e a Tabela 30 mostra a projeção populacional e a área urbana no horizonte temporal do Plano, adotando-se a taxa de ocupação urbana de 509,06 m²/hab.

Tabela 29. Valores utilizados para estimativa de ocupação do solo

Dados de Urbanização							
Percentual de população urbana – 2010	94,51	%					
População total estimada -2015	9.699	habitantes					
População urbana estimada - 2015	9.321	habitantes					
Área Urbana com ocupação - 2015	4,75	Km ²					
Taxa de ocupação urbana - 2015	509,06	m² /hab					

Fonte: PMSB-MT, 2016

Tabela 30. Projeção da ocupação urbana de município de Arenápolis

Período	Ano	População total (hab)	População Urbana (hab)	Área Urbana (km²)
Diagnóstico	2015	9.699	9.321	4,75
	2016	9.750	9.370	4,77
Imediato	2017	9.800	9.396	4,78
Curto	2020	9.941	9.470	4,82
Médio	2025	10.148	9.576	4,87
Longo	2036	10.470	9.729	4,95

Fonte: PMSB-MT, 2016

De acordo com as estimativas realizadas, verifica-se que no ano de 2036 haverá um acréscimo de cerca de 3,69% na área urbana do município, equivalente a 0,18 km², que ocasionará leve aumento da área impermeabilizada e, consequentemente, aumento do coeficiente de escoamento e das vazões de pico das precipitações.

Para que os efeitos do aumento da área urbana sejam minimizados, é necessário adotar planejamentos e critérios de uso e ocupação do solo que amenizem a impermeabilização.





De acordo com o diagnóstico do sistema de drenagem urbana, o atual serviço de manejo das águas pluviais no município apresenta alguns problemas que dificultam o atendimento da demanda atual pelo serviço, tais como: ausência de plano de manutenção e ampliação das redes pluviais, o que se faz necessário para o correto e eficiente manejo das águas da chuva.

Outro problema é o asfaltamento das vias que é uma solução rápida e que proporciona conforto aos usuários, mas quanto a permeabilidade o asfalto se torna um problema para a drenagem urbana, pois capta toda a água na sua área de abrangência e direciona para as redes pluviais, sobrecarregando o sistema inteiro ou de determinada região da cidade.

A inexistência do sistema de coleta de esgoto sanitário no município também é um problema, uma vez que, influencia as demandas atuais e futuras do sistema de drenagem urbana. A falta de rede coletora de esgoto acaba direcionando a população a fazer ligações clandestinas de efluentes domésticos na rede de drenagem de águas pluviais, ocasionando aumento da vazão e mau cheiro nos dispositivos de coleta e transporte das águas pluviais.

Dessa forma, devem ser previstas melhorias como a implantação do sistema de esgotamento sanitário quanto à ampliação do sistema de drenagem urbana, visando evitar problemas de ligações clandestinas em ambas as redes coletoras.

Ainda de acordo com o diagnóstico do sistema de drenagem da sede urbana, o atual serviço de manejo das águas pluviais no município apresenta alguns problemas que dificultam o atendimento da demanda atual pelo serviço, tais como:

- Ausência de plano de manutenção preventiva e de ampliação da rede de drenagem, o
 que se faz necessário para o correto e eficiente manejo das águas da chuva no município;
- Processos erosivos nos cursos d'água;
- Ocupação irregular das margens dos corpos d'água;
- Falta de proteção e dissipador de energia nas descargas existentes;
- Sarjetas e pavimentos danificados devido ao escoamento superficial de águas pluviais;
- Abertura na guia e tampa de caixas coletoras danificadas;
- Algumas bocas de lobo danificadas e/ou obstruídas.
- Estradas vicinais em regulares estado de conservação;
- Existência de diversos pontos em estradas vicinais com processos erosivos por falta de manutenção preventiva, aberturas laterais nas margens de estradas, bacias de contenção, bueiros e lombadas transversais;
- Existência de assoreamentos em pontos baixos nas estradas vicinais;
- Ausência de curvas de níveis em áreas abertas e desprotegidas de pastagens e lavouras.





5.6.2 Proposta de medidas mitigadoras para os principais impactos identificados

A seguir serão apresentadas algumas medidas estruturais e não-estruturais de controle do assoreamento e da gestão dos resíduos sólidos que contribuem para evitar as inundações e que podem ser utilizadas no município.

Os dispositivos técnicos para reduzir o escoamento superficial das águas da chuva no ambiente urbanizado, são: implantar calçadas e sarjetas drenantes (permeáveis), implantar pátios e estacionamentos drenantes (permeáveis); implantar valetas, trincheiras e poços drenantes; uso de "telhados verdes" ou "telhados jardins"; utilizar-se de reservatórios para acumulação e infiltração de águas de chuva em prédios, empreendimentos comerciais, industriais, esportivos, de lazer; multiplicar áreas reflorestadas (áreas verdes, canteiros verdes, parques lineares etc.) ocupando com eles todos os espaços públicos e privados livres da cidade; bacias de detenção.

Podem ser adotadas para prevenir os impactos negativos e/ou reduzir a magnitude do assoreamento em cursos d'água: dissipadores de energia, bacia de retenção, bacia de retenção e infiltração, recuperação e preservação da mata ciliar, multa e desligamento de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais, implantar equipe de fiscalização e manutenção preventiva e periódica.

Alguns dispositivos de retenção de resíduos sólidos podem ser implantados nos sistemas de micro drenagem a fim de proteger o sistema são cestas acopladas às bocas de lobo e gradeamento.

O "tratamento" das áreas de fundo de vale deve ser visto como o estabelecimento de serviços, manutenções ou ainda preservação e manejo do ecossistema existente nessas áreas de modo a inseri-las no ambiente urbano, entretanto, o que se vê na prática é o abandono dessas áreas em virtude da situação de degradação e poluição em que se encontram. Podem ser listadas como medidas para tratamento de fundo de vale:

- Remoção e reassentamento de famílias que moram em áreas ribeirinhas irregularmente e desapropriação de áreas e imóveis particulares em áreas sujeitas à inundação;
- Limpeza dos cursos d'água e fundos de vale;
- Recuperação e revitalização de áreas ribeiras e das matas ciliares ao longo de cursos d'água naturais;
- Na impossibilidade da recuperação das matas ciliares, adotar adequados materiais de revestimento e estabilização de leito e margens, reduzindo os processos erosivos de modo a influenciar o mínimo possível no regime hidráulico e hidrológico original;





- Identificação de áreas de restrição de ocupação em fundos de vale, com vistas à proteção de ecossistemas, redução dos riscos causados por inundações;
- Construção de bacias de detenção integradas ao projeto urbanístico, por meio da criação de áreas de lazer e uso social, tais como praças e parques lineares, recuperando o valor social, natural e econômico;
- Desenvolvimento de instrumentos legais para regulamentação de soluções em drenagem pluvial

Dentre as medidas utilizadas para tratamento de fundo de vale, as que mais se destacam são: Faixa Marginal de Proteção (FMP) e parques lineares.

5.7 INFRAESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

5.7.1 Estimativas de resíduos sólidos urbanos

Apesar de no Diagnóstico Técnico ter apresentado o *per capita* dos resíduos do município, verificou-se que existia vários parâmetros apresentados pela prefeitura que poderiam indicar um valor não condizentes com a realidade do local.

Dessa forma, para estimar a produção total diária, mensal e anual de RSU, adotou-se o índice *per capita* obtido por meio da metodologia do PMSB-MT. Logo, tem-se 1,16 kg/hab.dia, para a área urbana e 0,70 kg/hab.dia para área rural

Como o município não possui PGIRS, e composição gravimétrica dos seus resíduos, foi adotado valores médios de percentuais de gravimetria de: 55% de resíduos orgânicos putrescíveis, 28% de recicláveis inertes e 17% de rejeitos, conforme dados apresentados no Diagnóstico Técnico. Destaca-se que no percentual de resíduos orgânicos estão inclusos os materiais de podas.

A Tabela 31 apresenta a geração anual de resíduos sólidos e a massa total a serem destinados ao "Lixão", oriundos da sede urbana, para um horizonte de 20 anos, nas condições normais e atuais de prestação dos serviços, considerando a projeção de crescimento populacional e a taxa de consumo *per capita* adotada.





Tabela 31. Estimativa de geração anual de resíduos sólidos urbanos ao longo de 20 anos e massa total a ser aterrada - população urbana e rural

Período	Ano	Estimativa Populacional			Prod per capita	Prod per capita	Geração Urbana	Geração Rural (T/ano)	
do plano		Total	Urbana	Rural	urbano (kg/hab.dia)	rural (kg/hab.dia)	(T/ano)	Geração Kurai (1/alio)	
DIAGN.	2015	9.699	9.321	378	1,16	0,70	3.946,56	96,00	
DIAGN.	2016	9.750	9.370	380	1,16	0,70	3.967,35	96,50	
	2017	9.800	9.396	403	1,17	0,70	4.018,23	103,51	
IMED.	2018	9.848	9.422	426	1,18	0,71	4.069,38	110,51	
	2019	9.895	9.446	449	1,20	0,72	4.120,79	117,49	
	2020	9.941	9.470	471	1,21	0,72	4.172,44	124,45	
o [2021	9.985	9.493	492	1,22	0,73	4.224,33	131,39	
CURTO	2022	10.028	9.515	513	1,23	0,74	4.276,48	138,31	
C	2023	10.069	9.536	533	1,24	0,75	4.328,86	145,20	
	2024	10.109	9.556	553	1,26	0,75	4.381,46	152,06	
	2025	10.148	9.576	572	1,27	0,76	4.434,28	158,87	
MÉDIO	2026	10.185	9.594	590	1,28	0,77	4.487,30	165,64	
MÉ	2027	10.220	9.612	608	1,29	0,78	4.540,51	172,37	
	2028	10.254	9.629	625	1,31	0,78	4.593,90	179,03	
	2029	10.287	9.645	642	1,32	0,79	4.647,46	185,64	
	2030	10.318	9.660	658	1,33	0,80	4.701,17	192,17	
_	2031	10.347	9.673	673	1,35	0,81	4.755,02	198,63	
LONGO	2032	10.375	9.686	688	1,36	0,82	4.808,99	205,01	
Š [2033	10.401	9.698	702	1,37	0,82	4.863,06	211,29	
	2034	10.425	9.709	716	1,39	0,83	4.917,21	217,46	
	2035	10.447	9.719	728	1,40	0,84	4.971,43	223,53	
	2036	10.470	9.729	741	1,42	0,85	5.026,24	229,70	
					Ma	ssa total parcial (T)	94.305,87	3.458,77	
					Massa	Total Produzida (T)	97.7	64,65	





Em Arenápolis, assim como na maioria dos municípios brasileiros, a geração de resíduos está diretamente relacionada a fatores referentes ao estilo de vida e ao poder aquisitivo da população (diminuindo a renda *per capita* diminui a geração de resíduos sólidos no município), questões culturais, e ainda a questões relacionadas à abrangência da coleta e à existência de uma política de gestão de resíduos sólidos.

Estima-se que atualmente sejam geradas cerca de 97.765 toneladas de RSU, cuja média *per capita* de produção de resíduos é de 1,16 kg/hab.dia (referente a 2015). Esse per capita é superior ao *per capita* de produção de resíduos no Estado de Mato Grosso, que é de 1,06 kg/hab.dia. O município não conta ainda com um serviço público de coleta seletiva de RSU, entretanto esse serviço deve ser prestado de forma regular com vista a atender à PNSR, Lei n° 12.305/10 (BRASIL, 2010).

Este plano deve incentivar e incrementar a coleta seletiva com programas de educação ambiental, equipamentos para a coleta, roteiros que atinjam toda a população, conforme estabelecido no cenário moderado, ampliando o aproveitamento dos materiais potencialmente recicláveis coletados no município, e instalação de locais adequados para transbordo desses materiais e transportados para uma unidade de triagem e compostagem - UTC.

A Tabela 32 apresenta para a área urbana as projeções da produção de resíduos, diária, mensal e anual, bem como a quantidade de resíduos úmidos, secos e rejeitos a ser produzidos num cenário de 20 anos.





Tabela 32. Estimativa de geração de resíduos sólidos urbanos ao longo de 20 anos - área urbana do município

Período do plano	Ano	População urbana (hab.)	Índice per capita	Prod diária (ton/dia)	Prod mensal (ton/mes)	Prod anual (ton/ano)	Resíduos úmidos (ton/dia)	Resíduos Secos (ton/dia)	Rejeito (ton/dia)
DIAGN.	2015	9.321	1,16	10,81	324	3.946,56	5,94	3,01	1,86
DIAGN.	2016	9.370	1,16	10,87	326	3.967,35	5,97	3,02	1,87
	2017	9.396	1,17	11,01	330	4.018,23	6,05	3,06	1,90
IMED.	2018	9.422	1,18	11,15	334	4.069,38	6,13	3,10	1,92
	2019	9.446	1,20	11,29	339	4.120,79	6,20	3,14	1,95
	2020	9.470	1,21	11,43	343	4.172,44	6,28	3,18	1,97
0	2021	9.493	1,22	11,57	347	4.224,33	6,36	3,22	1,99
CURTO	2022	9.515	1,23	11,72	351	4.276,48	6,44	3,26	2,02
C	2023	9.536	1,24	11,86	356	4.328,86	6,52	3,30	2,04
	2024	9.556	1,26	12,00	360	4.381,46	6,60	3,34	2,07
	2025	9.576	1,27	12,15	364	4.434,28	6,68	3,38	2,09
MÉDIO	2026	9.594	1,28	12,29	369	4.487,30	6,76	3,42	2,12
MÉ	2027	9.612	1,29	12,44	373	4.540,51	6,84	3,46	2,14
	2028	9.629	1,31	12,59	378	4.593,90	6,92	3,50	2,17
	2029	9.645	1,32	12,73	382	4.647,46	7,00	3,54	2,19
	2030	9.660	1,33	12,88	386	4.701,17	7,08	3,58	2,22
	2031	9.673	1,35	13,03	391	4.755,02	7,16	3,62	2,24
LONGO	2032	9.686	1,36	13,18	395	4.808,99	7,24	3,66	2,27
	2033	9.698	1,37	13,32	400	4.863,06	7,32	3,71	2,30
	2034	9.709	1,39	13,47	404	4.917,21	7,40	3,75	2,32
	2035	9.719	1,40	13,62	409	4.971,43	7,49	3,79	2,35
	2036	9.729	1,42	13,77	413	5.026,24	7,57	3,83	2,37





A partir da análise da Tabela 32, é possível observar que a projeção da geração de resíduos sólidos estimada para o início de plano é de aproximadamente 3.967 toneladas por ano. Ao longo do horizonte do Plano a projeção de resíduos implicaria na geração de aproximadamente 94.306 toneladas de resíduos sólidos. Constata-se um aumento na produção de resíduos para o final de plano, cerca de 27%, caso se mantenha a taxa crescente da produção per capita na área urbana. A Figura 13 ilustra a quantidade de resíduos produzida na área urbana.

Figura 13. Produção de resíduos sólidos ao longo do horizonte de 20 anos 8,00 PRODUÇÃO DE RESÍDUOS (ton) 6,00 5,00 4,00 3,00 2,00 1,00 0,00 2018 2019 2020 2023 2024 2026 2029 2021 2022 2025 2027 2028 2030 2031 2032 HORIZONTEM TEMPORAL (ano) ■ Resíduos úmidos (ton/dia) Resíduos Secos (ton/dia) ■ Rejeito (ton/dia)

Fonte: PMSB-MT,2016

A disposição final dos rejeitos dos RSU de Arenápolis é realizada em um lixão. Esta área atende somente a sede do município. O lixão não atende às premissas da PNRS, motivo pela qual o poder público deve, em caráter de urgência, disponibilizar recursos financeiros para avaliar áreas e adquirir aquela que for a mais adequada, sob o ponto de vista ambiental e de engenharia, para implantar um aterro sanitário e uma UTC para exclusivamente aterrar os rejeitos.

As estimativas de volumes gerados anualmente – entre estes a geração total, o potencial para a reciclagem, o volume passível de ser compostado e o volume destinado para o aterro sanitário (aqui considerado rejeito) durante o horizonte temporal do PMSB, isto é, de 2016 a 2036 – estão descritas na Tabela 33. Utilizou-se as metas de reciclagem tendo como premissa os dados apresentados anteriormente, uma vez que, não se tem a composição gravimétrica dos





resíduos do município. Dessa forma os dados utilizados foram: recicláveis inertes (t) -28%; material orgânico putrescível (t) -55%; rejeitos (t) -17%.

Considerando as metas de reciclagem propostas no cenário moderado, tem-se no final do período de planejamento uma redução de resíduos enviados para aterro sanitário, mesmo com o crescimento da população e do *per capita*.

.





Tabela 33. Evolução da quantidade e composição de resíduos gerados

		D J	Eficiência da	Evolução da quant	· · ·	luos - Composiçã	T-4-1	D 41	
Período	Ano	Produção Urbana	Coleta	Eficiência Compostagem	Recicláveis (t)	Orgânicos (t)	Rejeitos (t)	Total Valorizado	Resíduo a depositar em
do Plano	71110	Anual (t)	Seletiva (%)	(%)	28%	55%	17%	(t)	aterro (t)
DIAGN.	2015	3.946,56	0%	0%	1.097,54	2.169,03	679,99	0,00	3.946,56
DIAGN.	2016	3.967,35	0%	0%	1.103,32	2.180,45	683,57	0,00	3.967,35
	2017	4.018,23	0%	0%	1.117,47	2.208,42	692,34	0,00	4.018,23
IMED.	2018	4.069,38	0%	0%	1.131,69	2.236,53	701,15	0,00	4.069,38
	2019	4.120,79	0%	0%	1.145,99	2.264,78	710,01	0,00	4.120,79
	2020	4.172,44	5%	0%	1.160,36	2.293,17	718,91	58,02	4.114,42
0	2021	4.224,33	10%	5%	1.174,79	2.321,69	727,85	233,56	3.990,77
CURTO	2022	4.276,48	15%	10%	1.189,29	2.350,35	736,84	413,43	3.863,05
บิ	2023	4.328,86	20%	12%	1.203,85	2.379,14	745,86	526,27	3.802,59
	2024	4.381,46	25%	15%	1.218,48	2.408,05	754,93	665,83	3.715,63
	2025	4.434,28	29%	17%	1.233,17	2.437,08	764,03	765,76	3.668,52
MÉDIO	2026	4.487,30	32%	18%	1.247,92	2.466,22	773,16	843,25	3.644,04
MÉJ	2027	4.540,51	36%	19%	1.262,72	2.495,46	782,33	922,40	3.618,11
	2028	4.593,90	39%	20%	1.277,56	2.524,81	791,53	1.003,21	3.590,69
	2029	4.647,46	42%	22%	1.292,46	2.554,25	800,76	1.085,53	3.561,93
	2030	4.701,17	44%	23%	1.307,40	2.583,77	810,01	1.169,52	3.531,65
_	2031	4.755,02	47%	25%	1.322,37	2.613,36	819,29	1.255,18	3.499,85
IGO	2032	4.808,99	49%	26%	1.337,38	2.643,02	828,59	1.342,50	3.466,49
LONGO	2033	4.863,06	52%	28%	1.352,42	2.672,74	837,90	1.431,50	3.431,56
	2034	4.917,21	54%	29%	1.367,48	2.702,50	847,24	1.522,16	3.395,05
	2035	4.971,43	57%	30%	1.382,55	2.732,30	856,58	1.587,17	3.384,26
	2036	5.026,24	60%	30%	1.397,80	2.762,42	866,02	1.660,42	3.365,82





Como o município não tem coleta seletiva, estima-se que a massa de resíduos a ser aterrada ao longo do período do projeto deve alcançar cerca de 94.306 toneladas. Caso o município implante a coleta seletiva e compostagem, conforme proposto no Cenário Moderado, em muito reduzirá a quantidade a ser aterrada. Neste caso somente os rejeitos, como fraldas descartáveis, absorventes, papeis higiênicos, couros, ossos, fragmentos de madeira e materiais sem aceitação pelo mercado reciclador seriam aterrados, ou seja, haverá a valorização de aproximadamente 16.486 toneladas de resíduos.

O cenário atual apresenta-se a evolução ao longo do horizonte de planejamento com envio significativo de resíduos ao "Lixão". Já o moderado, vê se uma considerável queda e manutenção de quantitativos a serem destinados a essas áreas, indicando o reaproveitamento de resíduos em outras atividades e outros fins evitando sua destinação final de forma inadequada.

Destaca-se que foi proposto como meta no cenário moderado, para a área urbana da sede do município, o percentual de 60% da população atendida pela coleta seletiva, conferindo a Arenápolis estar em conformidade com a Lei 12.305/2010 da PNRS a qual destaca que municípios que tenham e realizam a coleta seletiva terão prioridades de crédito junto ao governo federal.

O estudo comparativo utilizando-se a reciclagem e a compostagem para o reaproveitamento dos resíduos para Arenápolis é visto na Figura 14.

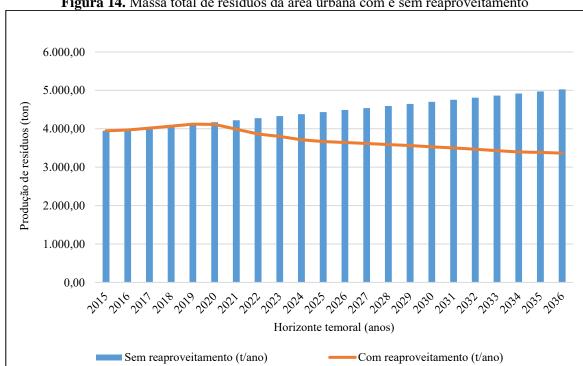


Figura 14. Massa total de resíduos da área urbana com e sem reaproveitamento





Ao implantar a reciclagem e compostagem na área urbana do município, verifica-se que valorização dos resíduos reduzirá o quantitativo de resíduos a serem destinados ao aterro sanitário ao longo do plano, em aproximadamente 77.820 toneladas de resíduos.

Contudo, para que essa projeção se concretize é imprescindível que o processo de educação para a geração de resíduos seja feito de forma paralela e tão avançado quanto os dados acima apresentados. A orientação, através de ações e projetos educativos, bem como a adequada fiscalização do órgão ambiental para as atividades potencialmente poluidoras e grandes geradores deve ter como premissa básica a modificação dos costumes e o desenvolvimento de senso de responsabilidade de cada ator envolvido na geração dos resíduos, o que já está previsto na PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010 – que instituiu a PNRS).

5.7.1.1 Estimativas de resíduos sólidos urbanos nos Distritos, Quilombolas, Assentamentos e Comunidades dispersas

As projeções da produção de resíduos, diária, mensal e anual, bem como a quantidade de resíduos secos e rejeitos a ser produzidos num cenário de 20 anos, para as áreas rurais dispersas, são apresentadas na Tabela 34.

Não foi efetuado o cálculo dos resíduos úmidos, uma vez que, na zona rural eles são utilizados para alimentação de animais e aves, bem como para produção de adubo orgânico em fundos de quintal.





Tabela 34. Estimativa de geração de resíduos sólidos urbanos ao longo de 20 anos - área rural do município

Período		População Rural	Índice per	Prod diária	Prod mensal	de 20 anos - area furar de	Resíduos Secos	Rejeito
de plano	Ano	(hab.)	capita	(ton/dia)	(ton/mes)	Prod anual (ton/ano)	(ton/dia)	(ton/dia)
DIAGN.	2015	378	0,70	0,26	7,89	96,00	0,07	0,05
DIAGN.	2016	380	0,70	0,26	7,93	96,50	0,07	0,05
	2017	403	0,70	0,28	8,51	103,51	0,13	0,08
IMED.	2018	426	0,71	0,30	9,08	110,51	0,14	0,09
	2019	449	0,72	0,32	9,66	117,49	0,15	0,09
	2020	471	0,72	0,34	10,23	124,45	0,16	0,10
o O	2021	492	0,73	0,36	10,80	131,39	0,17	0,10
CURTO	2022	513	0,74	0,38	11,37	138,31	0,18	0,11
77	2023	533	0,75	0,40	11,93	145,20	0,18	0,11
	2024	553	0,75	0,42	12,50	152,06	0,19	0,12
	2025	572	0,76	0,44	13,06	158,87	0,20	0,12
DIO	2026	590	0,77	0,45	13,61	165,64	0,21	0,13
MÉDIO	2027	608	0,78	0,47	14,17	172,37	0,22	0,14
	2028	625	0,78	0,49	14,72	179,03	0,23	0,14
	2029	642	0,79	0,51	15,26	185,64	0,24	0,15
	2030	658	0,80	0,53	15,80	192,17	0,24	0,15
_	2031	673	0,81	0,54	16,33	198,63	0,25	0,16
2GC	2032	688	0,82	0,56	16,85	205,01	0,26	0,16
LONGO	2033	702	0,82	0,58	17,37	211,29	0,27	0,17
1	2034	716	0,83	0,60	17,87	217,46	0,28	0,17
	2035	728	0,84	0,61	18,37	223,53	0,28	0,18
	2036	741	0,85	0,63	18,88	229,70	0,29	0,18





Estima-se que seja gerado cerca de 97 ton/ano cuja média *per capita* de produção de resíduos é de 0,70 Kg/hab.dia para o início de plano e 230 ton/ano para o final de plano com *per capita* médio de produção de 0,85 Kg/hab.dia, totalizando cerca de 3.459 toneladas ao longo do PMSB.

Verifica-se que a produção de resíduos é baixa, e quando se avalia a quantidade de resíduos secos e rejeitos produzidos tem-se 0,29 t/ano e 0,18 t/ano respectivamente para o final do plano. Sabe-se que os resíduos úmidos já são reutilizados no dia a dia da vida diária rural seja para alimentação dos animais ou na compostagem.

Dessa forma, propõe-se que sejam instalados pontos estratégicos para a coleta dos resíduos secos produzidos nestas áreas dispersas e que a coleta seja mensal, feita pela ação pública, que a encaminhará para a destinação final respeitando as características dos resíduos – que neste caso se espera que seja para fins de reciclagem.

Para que a atividade de destinação dos resíduos sólidos no meio rural obtenha sucesso, deverá ser realizada campanhas de esclarecimento para a população do meio rural, de modo a possibilitar que a comunidade siga as instruções de apenas destinarem os resíduos secos para este local, pois em função da coleta ser apenas mensal, outros resíduos poderão causar cheiros desagradáveis (orgânicos) e dificultar a potencialidade da reciclagem dos resíduos secos.

Também deverá ser reforçado junto a população do meio rural que a destinação das embalagens de agrotóxicos deverá continuar a ser feita como rege a legislação vigente, e de forma alguma ser destinada aos postos de coleta de resíduos sólidos.

5.7.2 Identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos

Em 26 de fevereiro de 2009 a Lei Municipal nº 521 autorizou o poder executivo a formalizar termo de cooperação, ou termo de parceria entre os municípios circunvizinhos, com vistas à contratação de compra e venda de uma área de terras para a implantação de aterro sanitário comum. Conforme informações do poder público, foi adquirida uma área de 10 alqueires, registrada em nome do Consórcio Municipal do Alto do Rio Paraguai, estando participante da compra os municípios de: São José do Rio Claro, Santo Afonso, Arenápolis, Diamantino, Denise, Nova Olímpia, Alto Paraguai, Nova Marilândia e Nortelândia.

Não há qualquer tipo de projeto referente à construção ou tecnologia adotada para tratamento dos resíduos. E devido à falta de recursos, o consórcio tenta atualmente abrir





licitação para projetos e buscar uma parceria público-privada para construção do empreendimento. A área possui referências nas coordenadas 14° 25' 8.47"S e 56° 53' 43.40".

Os critérios a serem atendidos quando da escolha de um local de implantação do aterro sanitário são definidos pelo órgão ambiental do Estado a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Sema-MT, bem como a legislação aplicável a aterros sanitários, descritos em normas técnicas, resoluções, portarias e normas ministeriais.

Inúmeros estudos indicam que os aspectos fundamentais na escolha de áreas para instalação de aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos são: a proteção dos recursos naturais (água, solo e vegetação); a proteção de comunidade e bens já instalados (núcleo urbano, aeródromo, indústrias, reservas naturais etc.); a racionalização de custos na execução, manutenção, encerramento e monitoramento do empreendimento.

A NBR 13896/97, da ABNT, que fixa as condições mínimas exigíveis para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos, estabelece como critérios para a localização de aterro sanitário as seguintes condições: que o impacto ambiental decorrente da instalação do aterro seja minimizado; a aceitação do empreendimento pela população seja maximizado; esteja de acordo com o zoneamento da região; tenha longo tempo de vida útil e necessite de um mínimo de obras para início da operação. Recomenda-se, ainda, evitar áreas com declividade inferior a 1% ou superior a 30%, vez que a topografia é fator determinante na escolha do método construtivo e nas obras de terraplenagem; o reconhecimento do perfil do solo, subsolo e a capacidade de carga; que a permeabilidade seja inferior a 10-6 cm/s; o nível do lençol freático, em período crítico, não inferior a 1,5 m do fundo da célula do aterro; o aterro deve se localizar a uma distância mínima de 200 m de corpos d'água; que não seja instalado em áreas cuja supressão da vegetação implique na retirada de espécies em risco de extinção etc.

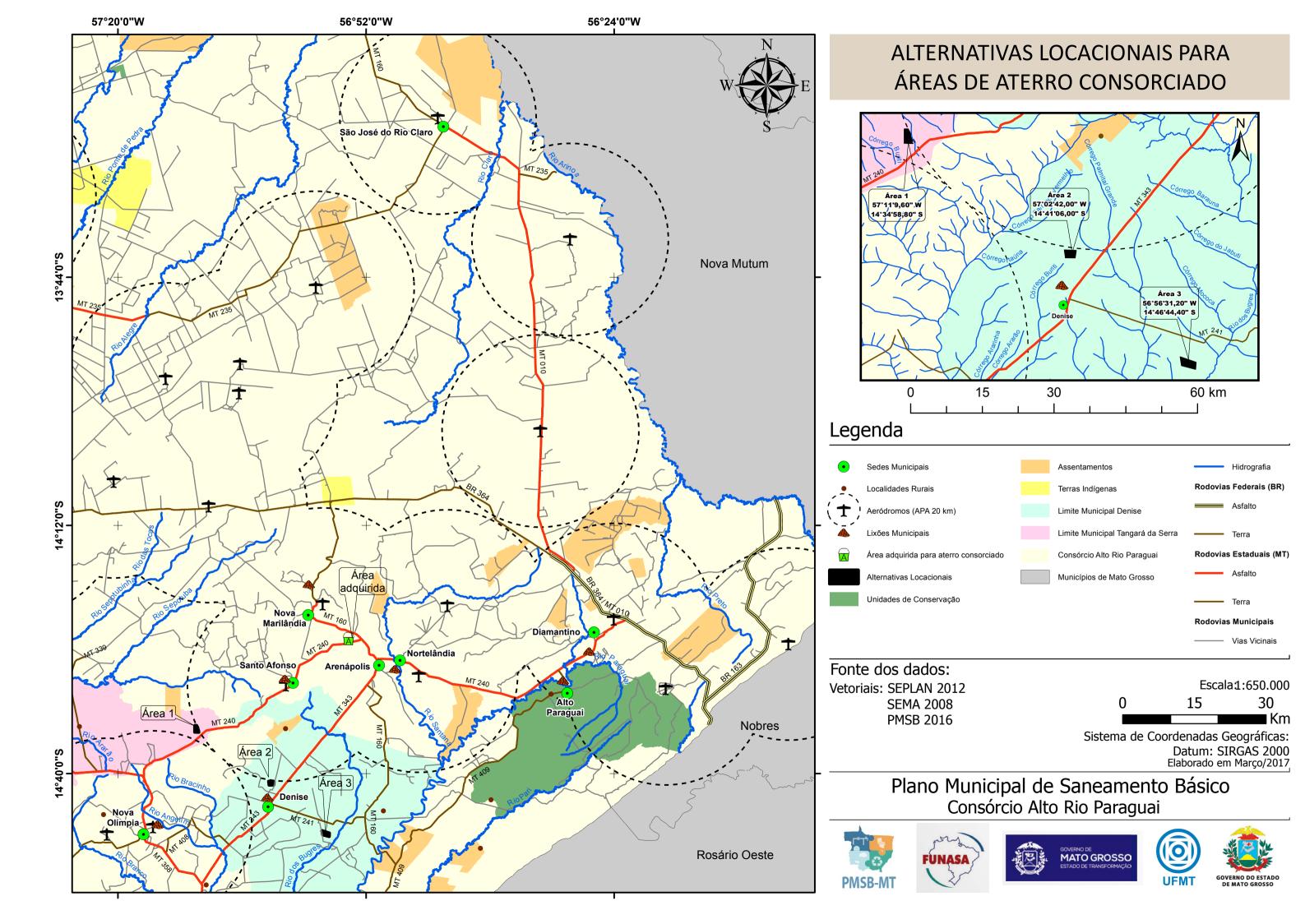
Na escolha das alternativas locacionais de áreas para aterros fez-se uso de método automatizado, com emprego de ferramentas de geoprocessamento, uso de mapas, informações (malha rodoviária, terras indígenas, unidades de conservação etc.) e estabelecimento de restrições, tais como: distância de núcleo urbano, de margens de rodovias, de cursos d'água, de aeródromos, terras indígenas etc., facilitando assim a pré-seleção. Destaca-se que os aterros serão concebidos e operados para atendimento consorciado de municípios, a localização das áreas levou em conta a facilidade de acesso, a densidade populacional e logística.

Importante ressaltar que na pré-seleção das áreas não foram realizados levantamentos de campo de forma a se conhecer algumas das características do meio físico (geologia, geotecnia, hidrogeologia etc.), do meio biótico (vegetação, fauna) e a valoração das áreas.





Na impossibilidade da realização dos levantamentos de campo e como forma de superar tais limitações, foi contatada a Sema - Coordenação de Resíduos Sólidos, e aguarda-se que nos sejam disponibilizados, para consulta, dados de licenciamentos de aterros sanitários dos municípios do estado, em tramitação ou aprovados pelo órgão ambiental. Com o conhecimento da localização e das características físicas e bióticas de áreas já escolhidas, em análise no órgão ambiental, espera-se melhor embasamento e fiabilidade na pré-seleção das áreas, que deverão ser submetidas à análise e aprovação da Sema (alternativas locacionais) para posteriores estudos ambientais, conforme exige o processo de licenciamento de aterro sanitário. O (Mapa 11) apresenta as alternativas locacionais para as áreas de aterro sanitário consorciado para o município de Arenápolis.







5.8 AÇÕES PARA EVENTOS DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

O Plano Municipal de Saneamento Básico prevê os cenários de emergência e as respectivas ações para mitigação. Entretanto, tais ações deverão ser detalhadas de forma a permitir sua efetiva operacionalização, a fim de subsidiar na prática as ações de emergências e contingências.

5.8.1 Planejamento para estruturação operacional das ações de emergências e contingências

- 5.8.1.1 Medidas programadas para a elaboração do Plano de Emergências e Contingências
- Identificação das responsabilidades de organizações e indivíduos que desenvolvem ações específicas ou relacionadas com emergências;
- Identificação de requisitos legais (legislações) aplicáveis às atividades e que possam ter relação com cenários de emergências;
- Descrição das linhas de autoridade e relacionamento entre as partes envolvidas, com a definição de como as ações serão coordenadas;
- Descrição de como as pessoas, o meio ambiente e as propriedades serão protegidas durante emergências;
- Identificação de pessoal, equipamentos, instalações, suprimentos e outros recursos disponíveis para a resposta às emergências, e como serão mobilizados;
- Definição da logística de mobilização para ações a serem implementadas;
- Definição de estratégias de comunicação para os diferentes níveis de ações previstas; e
- Planejamento para a coordenação do Plano.

5.8.1.2 Medidas previstas para validação do Plano de Emergência e Contingência

- Definição de programa de treinamento;
- Desenvolvimento de práticas de simulados;
- Avaliação de simulados e ajustes no Plano de Emergências e Contingências;
- Aprovação do Plano de Emergências e Contingências; e
- Distribuição do Plano de Emergências e Contingências às partes envolvidas.





5.8.1.3 Medidas previstas para atualização do Plano de Emergência e Contingência

- Análise crítica de resultados das ações envolvidas;
- Adequação de procedimentos com base nos resultados da análise crítica;
- Registro de revisões; e
- Atualização e distribuição às partes envolvidas, com substituição da versão anterior.

A partir dessas orientações, a administração municipal por meio de pessoal designado para a finalidade específica de coordenar o Plano de Emergências e Contingências poderá estabelecer um planejamento de forma a consolidar e disponibilizar uma importante ferramenta para auxílio em condições adversas dos serviços de saneamento básico.





6 PRODUTO E PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Os Programas, projetos e ações propostos para o município de Arenápolis visam estabelecer os meios para que os objetivos e metas do seu PMSB possam ser alcançados ao longo de um horizonte de 20 anos.

O planejamento em saneamento visa, basicamente, à otimização na implantação dos serviços, na qualidade e quantidade disponível, bem como dos recursos aportados.

A partir da prospectiva e planejamento estratégico foram verificadas as demandas e necessidades de melhoria dos 4 eixos do saneamento para o município e estabelecidos os objetivos e metas de acordo com os prazos previstos para este PMSB: *Imediato: até 3 anos; Curto: 4 - 8 anos; Médio: 9 - 12 anos e Longo: 13 - 20 anos.*

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Arenápolis apresenta dois programas, com vistas à uma gestão eficiente e à universalização dos serviços, a saber: Programa Organizacional e Gerencial e o Programa de Universalização e Melhorias Operacionais dos Serviços.

Que compreendem a adequação jurídico institucional e administrativo, educação ambiental e mobilização social continuada, formação, capacitação e recursos humanos e fomento de recursos financeiros, preservação de mananciais e bacias hidrográficas, cooperação intermunicipal, implementação de sistema de informações, participação e controle social e diagnóstico operacional.

6.1 SISTEMATIZAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.

No Quadro 13 está presente a sistematização das ações propostas para a gestão organizacional e gerencial dos quatro eixos do saneamento básico para a sede urbana, assentamentos e comunidades rurais dispersas do município de Arenápolis, por ordem de prioridade, no horizonte de 20 anos.

No Quadro 14 será apresentado a sistematização do Programa de universalização e melhoria operacional do SAA da sede urbana, assentamento e as comunidades rurais dispersas, por meio de projetos e ações com a apresentação das prioridades no horizonte de 20 anos. A seguir, no Quadro 15, Quadro 16 e Quadro 17 será apresentada a mesma sistematização para esgoto, drenagem e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, respectivamente.





Quadro 13. Programas, projetos e ações – Programa Organizacional e Gerencial do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	ACÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/ PROJETOS
		1	Elaboração/atualização do estudo tarifário para viabilizar a sustentabilidade econômica financeira do serviço prestados do SAA, SES e resíduos sólidos e limpeza urbana para a área urbana e rural	1
		1	Instituição de ouvidoria e mecanismo de controle social para os serviços de saneamento no município.	1
0,		1	Elaboração de pesquisa de satisfação quanto a prestação dos serviços	1
ament		1	Criação, capacitação dos Procedimentos Operacionais Padrões - POPs - para todos os serviços de saneamento básico	1
nal de Sanc	1. Gestão Organizacional e Gerencial	1	Contratação de um gestor ambiental, preferencialmente engenheiro sanitarista, para ser responsável técnico pelos serviços do saneamento nas áreas de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	1
itucio		1	Elaboração e execução do plano de capacitação técnica continuada dos funcionários do setor de saneamento	
tica - Inst		1	Capacitação para melhoria contínua do gerenciamento, da prestação e da sustentabilidade de serviços, assim como o preenchimento do SNIS e do acompanhamento da execução do PMSB	1
Situação Política - Institucional de Saneamento			1	Implementação do Programa de Educação Ambiental de forma periódica para instituições públicas e privadas voltado para o uso racional e conservação da água enfatizando o reuso de águas cinza, reaproveitamento de água de chuva para destino das atividades que não requerem o uso de águas nobres.
		1	Elaboração e implantação de programas de educação ambiental nos órgãos públicos, focando no consumo consciente, no princípio dos 3R's (reduzir o consumo, reutilizar materiais e reciclar)	1
		1	Elaboração, regulação e implantação da legislação definindo os critérios de regulação dos serviços de saneamento básico, bem como definir a criação ou cooperação da agência regulatória dos serviços delegados	1





Continuação do Quadro 13. Programas, projetos e ações – Programa Organizacional e Gerencial do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	ACÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/ PROJETOS
		1	Institucionalização da Política do Saneamento Básico	1
		1	Revisão da legislação do perímetro urbano para os casos em que este não represente a mancha urbana	2
		1	Elaboração/revisão do Plano Diretor para ordenar a expansão urbana do município	3
to		1	Revisão e instituição da Lei de uso e ocupação do solo	4
eamen		1	Elaboração e instituição da Lei de parcelamento do solo com diretrizes especificas para novos loteamentos	5
San		1	Elaboração/Revisão do Código Ambiental do Município	6
Situação Política - Institucional de Saneamento	1. Gestão Organizacional e Gerencial	1	Criação de uma estrutura organizacional e logística para prestar assistência ao saneamento básico no município, especificamente os serviços de manejo de águas pluviais e resíduos sólidos	7
Instituci		1	Elaboração de um diagnóstico técnico operacional para identificar os problemas de gestão, equipamentos, cadastro, funcionamento e deficiências físicas dos SAA, SES, Drenagem e Resíduos Sólidos (urbano e rural)	8
ítica -		1	Elaboração da Lei de criação da Defesa Civil e do Manual de Emergências e Contingencias e capacitação dos responsáveis	9
ão Pol		1	Criação do Decreto ou Lei regulamentando quanto a limpeza e manutenção de capina/roçagem de lotes urbanos no município	10
Situaç		1	Elaboração de projeto de lei para que os empreendimentos públicos e lotes residenciais realizem o controle e reutilização das águas pluviais na fonte	11
		1	Elaboração de Programa de qualidade da água distribuída nas comunidades rurais	1
		1	Orientação técnica quanto à construção de poços e utilização de nascentes para o abastecimento na área rural, adotando medidas de proteção sanitária	1
		1	Elaboração/atualização do projeto executivo do sistema de abastecimento de água para a área urbana, considerando o crescimento vegetativo	1





Continuação do Quadro 13. Programas, projetos e ações – Programa Organizacional e Gerencial do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	ACÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/ PROJETOS	
		1	Elaboração do Plano de redução de perdas no SAA da sede urbana	1	
		1	Elaboração da licença ambiental e outorga para o SAA	2	
		1	Elaboração de um plano para incentivar o uso da reservação individual	3	
		1	Elaboração/manutenção do plano de gestão de energia e automação dos sistemas	4	
ento		1	Elaboração de PRAD - Plano de recuperação de áreas degradas, no perímetro urbano	1	
)an		1	Aquisição de área para implantação da ETE, na sede urbana	1	
e Sano		1	Elaboração/atualização do projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário para a área urbana, considerando o crescimento vegetativo	2	
onal d	1. Gestão Organizacional e Gerencial	1	Cadastro do sistema individual existente na área urbana e rural para futura substituição e/ou desativação.	3	
tituci		1	Elaboração de projetos alternativos individuais para tratamento do esgoto das residências nas comunidades rurais dispersas		
a - Ins		1	Elaboração de plano e projeto de recuperação das estradas vicinais e de contenção de águas pluviais nas comunidades rurais.	1	
Situação Política - Institucional de Saneamento		1	Elaboração do Plano de manutenção dos sistemas macro e micro drenagem urbana	1	
ação]		1	Levantamento topográfico georreferenciado e cadastramento das infraestruturas existentes	2	
) Situ		1	Elaboração/atualização do projeto executivo de macro e microdrenagem	1	
91		1	Estudo de um programa de captação e armazenamento de água de chuva para consumo não potáveis	2	
		1	Elaboração/ Revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos de Serviços de Saúde e Plano Municipal de Gestão de resíduos de Construção e Demolição PMGRCD	1	





Continuação do Quadro 13. Programas, projetos e ações – Programa Organizacional e Gerencial do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	ACÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/ PROJETOS
		1	Aquisição de áreas para implantação da estação de transbordo e PEV's	2
Institucional de ento		1	Aquisição de área para implantação de aterro sanitário em regime de consórcio ou individual (valor proporcional a população do município em relação ao consórcio).	3
olítica - Instit Saneamento	1. Gestão	1	Elaboração de projeto executivo e licenciamento ambiental para construção de eco ponto e PEV's	4
ica	Organizacional e Gerencial	1	Elaboração de Plano para coleta seletiva no município	5
\mathbf{P}_0	c Gerenciai	1	Elaboração de projeto executivo de aterro sanitário consorciado, inclusive licenciamento ambiental	6
Situação		1	Elaboração de projeto de compostagem dos resíduos na área urbana	7
		1	Elaboração do projeto de remediação/recuperação da área de disposição de resíduos a céu aberto	8





Quadro 14. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de abastecimento de água do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	ACÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/PROJETOS
		2	Aferição e/ou substituição dos hidrômetros com vida útil maior que 5 anos	1
		2	Fiscalização e combate as ligações clandestinas e irregulares existentes no sistema	1
ral		2	Manutenção do programa de distribuição de kit de hipoclorito nas residências de comunidades rurais	1
Ru		2	Manutenção corretiva dos reservatórios existentes	1
ana e		2	Manutenção ou ampliação do número de coleta, e monitoramento de qualidade da água, na área urbana	1
Área Urbana e Rural		2	Realização do serviço de manutenção preventiva anual do poço, na área urbana, com avaliação do nível hidrodinâmico, aferição dos equipamentos submersos, limpeza e desinfecção	1
	2.Universalização e melhorias dos serviços	2	Ampliação e/ou substituição da rede de distribuição de acordo com as necessidades para ampliação do índice de cobertura na área urbana.	1
Z op		2	Execução das atividades para recuperação das áreas degradas nas bacias hidrográficas no perímetro urbano	1
Situação da Infraestrutura do SAA		2	Execução/ampliação do Programa de uso racional de água na sede urbana, através de incentivos ao aproveitamento de água de chuvas para usos não potáveis e de substituição das peças de consumo por outras com regulador de fluxo	2
frae		2	Execução das atividades e ações do Comitê de bacia hidrográfica	3
In I		2	Implantação de reservatórios individuais nas residências de baixa renda (15%)	1
ção da		2	Execução do cadastro técnico de georreferenciamento da rede de distribuição de água	2
tua		2	Aquisição e instalação de hidrantes na sede para prevenção de incêndios	3
Sil		2	Ampliação da rede de abastecimento de água para universalização do SAA na área urbana	1
		2	Substituição de fontes energéticas convencionais por energias renováveis (placas solares)	1





Quadro 15. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de esgotamento sanitário do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	AÇÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/PROJETOS	
		2	Orientação técnica para construção de sistemas individuais adequados nas residências urbanas impossibilitadas de interligação na rede coletora	1	
e Rural		2	Construção de sistema individual de tratamento de esgoto, nas comunidades rurais. Deverá ser estimulada a construção de sistemas alternativos de tratamento (Fossa bananeira, entre outros)	1	
bana		2	Execução do plano de fiscalização permanente das ligações irregulares de aguas pluviais na rede de esgoto	2	
- Área Urbana e Rural		2	Implantação/Ampliação do SES incluindo rede coletora e ligações domiciliares e intradomiciliares, estação elevatória e ETE das residências na sede urbana para atender 31,84%	1	
do SES -	2.Universalização e melhorias dos	2	Realização do monitoramento da qualidade do esgoto bruto e tratado, bem como da agua do corpo receptor a jusante e a montante do lançamento do efluente (mensalmente)	2	
Situação da Infraestrutura do SES	serviços	serviços	2	Implantação/Ampliação do SES incluindo rede coletora e ligações domiciliares e intradomiciliares, estação elevatória e ETE das residências na sede urbana para atender 56,84%	1
nfraes		2	Realização de automação e telemetria do sistema de esgotamento sanitário - SES	2	
ação da I		2	Implantação/Ampliação do SES incluindo rede coletora e ligações domiciliares e intradomiciliares, estação elevatória e ETE das residências na sede urbana para atender 81,84%	1	
Situa		2	Universalização do atendimento ao SES aos munícipes da área urbana em 81,84% e os demais com sistemas individuais de tratamento	2	
		2	Atendimento aos munícipes da área rural com sistemas individuais de tratamento em 74%	3	





Quadro 16. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	AÇÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/PROJETOS
Águas Pluviais e e Rural		2	Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de micro drenagem urbana existentes, incluindo os reparos necessários, limpeza de PV, bocas de lobo, proteção de descarga e dissipador de energia, e reconstrução de sarjeta e pavimento danificado pela ação do escoamento superficial	1
do Manejo de Águas P - Área Urbana e Rural		2	Recuperação de estradas vicinais e vias urbanas não pavimentadas, visando a preservação dos recursos hídricos (patrolamento, encascalhamento, execução de abertura lateral, bacias de contenção e recuperação das áreas degradadas das margens	1
lo Mar Área l	2.Universalização e melhorias dos	2	Execução de sistemas de micro drenagem urbana (galerias, PV, bocas de lobo, proteção de descarga e dissipador de energia)	1
	serviços	2	Execução do Programa de aproveitamento de água de chuvas para usos não potáveis, jardinagens e lavagem de piso.	1
aestr em ur		2	Execução de dissipadores de energia nos desagues das águas pluviais	2
da Infraes Drenagem		2	Execução de plano permanente de fiscalização das ligações irregulares de esgoto em galeria de águas pluviais	3
Situação da Infraestrutura Drenagem urbana		2	Execução do plano de recuperação de áreas degradadas em bacias hidrográficas do perímetro urbano	4
Sit		2	Execução de pavimentação, meio fio e sarjeta das ruas não pavimentadas	2





Quadro 17. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA	PRIORIDADE DO PROGRAMA	AÇÕES/PROJETOS	PRIORIDADE AÇÕES/PROJETOS
los e		2	Coleta e transporte dos RSS	1
		2	Caracterização dos resíduos sólidos (composição gravimétrica)	1
resíduos sólidos a e rural		2	Manutenção/melhorais dos serviços de limpeza urbana (varrição manual, limpeza de logradouros e vias públicos e outros serviços de limpeza urbana)	1
esíc e r		2	Coleta e transporte dos RSD com atendimento de 100% área urbana	1
de r ana		2	Coleta e transporte dos RSD atendimento de 14% área rural	2
manejo área urb	2.Universalização e melhorias dos serviços	2	Implantação e/ou ampliação de eco ponto de resíduos secos, volumosos e passiveis da logística reversa, em pontos estratégicos das áreas urbana	3
ma de na na a		2	Implantação de pontos de entrega voluntária (PEV) de resíduos secos, em pontos estratégicos das áreas rurais	4
sistema urbana		2	Coleta e transporte dos RSD atendimento de 100% área urbana	1
do za 1	2	2	Coleta e transporte dos RSD atendimento de 34% área rural	2
rutura do limpeza		2	Implantação/Ampliação da coleta seletiva com atendimento de 18% na área urbana (sede)	3
Infraestrutura limpe		2	Operação de sistema de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos - aterro sanitário individual e/ou consorciado	1
		2	Coleta e transporte dos RSD atendimento de 100% área urbana	1
		2	Coleta e transporte dos RSD atendimento de 54% área rural	2





Continuação do Quadro 17. Programas, projetos e ações – Infraestrutura do sistema de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana do município de Arenápolis

ITEM	PROGRAMA PRIORIDADE DO AÇÕES/PROJETOS		PRIORIDADE AÇÕES/PROJETOS	
de		2	Implantação e/ou adequação de estação de transbordo	3
e manejo d urbana na al		2	Implantação de sistema de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos - aterro sanitário individual e/ou consorciado	4
de za u ura		2	Implantação/Ampliação da coleta seletiva com atendimento de 32% na área urbana	5
e É E	2.Universalização	2	Coleta e transporte dos RSD atendimento de 100% área urbana	1
S 9 8	e melhorias dos	2	Coleta e transporte dos RSD atendimento de 74% área rural	2
	serviços	2	Implantação/Ampliação da coleta seletiva com atendimento de 60% na área urbana	3
Infraestrutura resíduos sólid área		2	Remediação das áreas de disposição de resíduos a céu aberto "lixão"	4





7 PRODUTO F - PLANO DE EXECUÇÃO

Apresentam-se neste item os investimentos necessários para a realização dos programas propostos para o Plano Municipal de Saneamento Básico de Arenápolis, buscando, dessa forma, universalizar os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública, manejo de resíduos e drenagem urbana.

O referencial para o atendimento pelos serviços de saneamento básico para o horizonte de 20 anos deste PMSB é dado pelas metas estabelecidas neste relatório, apresentadas no decorrer deste documento.

O alcance das metas pressupõe a efetivação de investimentos provenientes das diversas esferas do poder público, além de investimento por parte de prestadores e agentes externos. Os investimentos apresentados neste estudo seguem a lógica dos quatro eixos principais dos programas previstos, pré-estabelecidos no produto E, anteriormente. Ou seja:

- Investimentos no sistema de abastecimento de água;
- Investimentos no sistema de esgotamento sanitário;
- Investimentos na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Investimentos na drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

Os investimentos necessários para os programas propostos foram traduzidos em um cronograma financeiro ao longo dos 20 anos de vigência do PMSB.

7.1 CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DO PMSB

A Tabela 35 apresenta o custo total estimado para as ações do programa gerencial e organizacional (Gestão do saneamento) e do programa de universalização e melhoria dos serviços para os quatro eixos do saneamento, mostrando também o peso que cada setor representa para realização do plano ao longo do horizonte temporal, quanto o plano irá custar para cada habitante do município, bem como o impacto financeiro da pavimentação e recuperação de estradas vicinais, no custo global do eixo drenagem de águas pluviais.





Tabela 35. Custos totais estimados para execução do PMSB

Custo Estimado Tota	Custo Unitário (R\$/habitante)			
1 - Gestão Organizacional	R\$ 5.4	70.239,49	522,47	6,77%
2 - Abastecimento de Água	R\$ 6.7	65.582,61	646,19	8,37%
3 - Esgotamento Sanitário	R\$ 19.8	398.645,54	1.900,55	24,62%
4 - Drenagem de águas pluviais	Manutenção preventiva, micro e macrodrenagem	R\$ 15.581.807,50	3.723,52	48,24%
	Pavimentação	R\$ 19.947.200,00		
	Recuperação de estradas vicinais R\$ 3.456.000			
5 - Resíduos sólidos	R\$ 9.696.643,81		926,14	12,00%
TOTAL	R\$ 80.816.118,95		7.718,87	100%

Fonte: PMSB-MT, 2016

Analisando o resultado dos valores estimados pode se afirmar que:

- Trata-se de um investimento que irá atender 100% da população do município, que prevê para o final de Plano, uma população de 10.470 habitantes e um custo unitário total para se atingir a universalização, de aproximadamente R\$ 7.718,87 por habitante, sendo R\$ 385,94/habitante ano, ou R\$ 32,16/habitantes mês;
- O peso representado pelos custos para implantação do SES é alto porque se trata de implantação de um sistema convencional completo para atender 82% da população urbana com sistema coletivo de esgotamento sanitário;
- O peso representado pelos serviços de drenagem de águas pluviais se deve à inclusão das obras de pavimentação asfáltica das ruas não pavimentadas e da recuperação de estradas vicinais e de ruas não pavimentadas, que são partes integrantes de um sistema de drenagem. Ressalta-se que na recuperação de estradas vicinais estão inclusos a construção de bacias de contenção nas margens de estradas, e a construção de bueiros e pontes, obras importantes para preservação dos recursos hídricos no município. Se considerar apenas o valor estimado para drenagem de águas pluviais o percentual do seu peso em relação ao valor global fica equivalente aos outros eixos do saneamento;
- O valor referente aos custos estimados para limpeza urbana e manejo de resíduos ficou alto porque na implantação e operação do aterro sanitário foi considerado a forma de consórcio intermunicipal.





7.2 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

No total, o montante de recursos estimados para a universalização do saneamento básico na área urbana e rural de Arenápolis é de **R\$ R\$ 80.816.118,95**, destes, R\$ 5.470.239.49 serão aplicados a gestão do saneamento, R\$ 6.765.582,61 são referentes ao abastecimento de água, R\$ 19.898.645,54 são destinados ao sistema de esgotamento sanitário, R\$ 38.898.007,50 são destinados ao sistema de manejo de águas pluviais, cabe ressaltar que este montante da drenagem está incluso o custo de pavimentação asfáltica, 9.696.643,81 são custos referentes ao sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, este custo é para operar em aterro de forma consorciada, conforme segue a Tabela 36.

Tabela 36. Cronograma Financeiro Geral

Área	Imediato	Curto	Médio	Longo	Total
1 – Gestão Organizacional	1.534.154,91	1.544.249,75	1.036.218,20	2.072.436,40	6.187.059,25
2 – Abastecimento de Água	603.110,94	2.596.341,47	1.809.635,69	2.640.968,51	7.650.056,61
3 – Esgotamento Sanitário	3.600,00	3.515.005,34	3.551.205,02	7.340.244,88	14.410.055,23
4 - Drenagem de águas pluviais	530.220,00	6.634.979,41	5.314.025,50	10.628.050,99	23.107.275,90
5 - Resíduos sólidos	69.638,11	582.776,82	1.510.023,66	2.831.045,65	4.993.484,24
TOTAL	2.740.723,95	14.873.352,79	13.221.108,07	25.512.746,43	56.347.931,24

Valores em reais (R\$) Fonte: PMSB-MT, 2016





8 PRODUTO G – MINUTA DE PROJETO DE LEI

A Minuta do Projeto de Lei é um produto do Plano Municipal de Saneamento Básico, pois é ela que será veículo de implementação de Políticas Públicas de Saneamento Básico no Município, imprescindíveis para a efetiva execução das metas existentes no PMSB.

A minuta deverá ser recepcionada pelo Legislativo Municipal, devendo ser aprovada pela Câmara de Vereadores em sessão a ser divulgada para a sociedade, sendo sancionada, posteriormente pelo Prefeito do Município. Desta maneira, todo o processo de elaboração e aprovação do PMSB será concluído, estando apto então para sua implantação.





9 PRODUTO H – RELATÓRIO SOBRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO DO PMSB

Este produto tem como objeto específico facilitar o acompanhamento e monitoramento de desempenho dos programas e ações planejadas do PMSB. Para sua construção foi considerada a utilização pela sociedade dos Indicadores de desempenho no acompanhamento e monitoramento do PMSB, consoante a dispositivo da Lei nº. 11.445/2007.

Na escolha dos Indicadores para acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), buscou-se, sobretudo, definir indicadores com características que atendam aos critérios de eficácia e de efetividade relacionados às metas e ações planejadas.

Os conjuntos de Indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico e suas variáveis estão explicitados nos quadros a seguir.

Quadro 18. Variáveis utilizadas para compor os indicadores de desempenho, universalização e de

qualidade dos serviços prestados para acompanhamento do PMSB

	Variáveis	Descrição	Unidade	Fonte (origem dos dados)
ASD	sistema de drenagem	Área total contemplada com bocas de lobo (drenagem superficial) e área com tubulações da rede de drenagem (drenagem profunda)	km²	Gestor municipal
ATDp	Área total contemplada com sistema de drenagem urbana profunda	Área total contemplada com tubulações do sistema de drenagem, obtida com auxílio de software	km²	Gestor municipal
ATDs	•	Área total contemplada com bocas de lobo, obtida com auxílio de software	km²	Gestor municipal
ATM	Área total do município	Área total do município, segundo IBGE	km²	IBGE
ESD	Extensão da rede de sistema de drenagem urbana (km)	Extensão total da rede de drenagem urbana	km	Gestor municipal
ERE	Extensão da Rede de Esgoto	Comprimento total da malha de coleta de esgoto, incluindo redes de coleta, coletores tronco e interceptores e excluindo ramais prediais e emissários de recalque, operada pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência	Km	Gestor municipal





ulliv	universalização e de qualidade dos serviços prestados para acompanhamento do PMSB							
Variáveis	Des	crição	Unidade	Fonte (origem dos dados)				
ETV	Extensão total do sistema viário (km)	Extensão total do sistema viário do município, pavimentado ou não	km	Gestor municipal				
INP	Total dos investimentos previstos no PMSB	Valor do total de investimentos previstos no PMSB	R\$	PMSB				
INR	Total de investimentos realizados até a data da avaliação	Valor do total de investimentos realizados até a data avaliada	R\$	Gestor municipal				
LAA	Ligações total de água (ativas)	Quantidade total de ligações de água (ativas)	Ligações	Gestor municipal				
LAL	Ligações ativas com leitura	Total de ligações ativas hidrometradas com leitura	Ligações	Gestor municipal				
LAMi	Ligações de água micromedidas (ativas)	Quantidade de ligações de água micromedidas (ativas)	Ligações	Gestor municipal				
MAC	Número total de macromedidores	Quantidade total de macromedidores existentes no município	macromedidores	Gestor municipal				
PAA	Total de projetos e ações programados para o setor de Abastecimento de Água	Número total de projetos e ações programados para o setor de Abastecimento de Água no PMSB	Projetos e ações	PMSB				
PAAe	Total de projetos e ações estabelecidos para universalização do serviço de Abastecimento de Água executados	Número total de projetos e ações estabelecidos para universalização dos serviços de Abastecimento de Água que já foram executados	Projetos e ações	Gestor municipal				
PAD	Total de projetos e ações programados para o setor de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem urbana	Número total de projetos e ações programados para universalização dos serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem urbana no PMSB	Projetos e ações	Gestor municipal				
PADe	Total de projetos e ações estabelecidos para universalização do serviço de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem urbana executados	Número total de projetos e ações estabelecidos para universalização dos serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem urbana que já foram executados	Projetos e ações	Gestor municipal				
PAE	Total de projetos e ações programados para o setor de Esgotamento Sanitário	Número total de projetos e ações programados para universalização dos serviços de Esgotamento Sanitário no PMSB	Projetos e ações	Gestor municipal				





universalização e de qualidade dos serviços prestados para acompanhamento do PMSB								
Variáveis	Desc	erição	Unidade	Fonte (origem dos dados)				
PARSe	estabelecidos para universalização do serviço de Limpeza Urbana e	Número total de projetos e ações estabelecidos para universalização dos serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos que já foram executados	Projetos e ações	Gestor municipal				
PAEe	estabelecidos para	Número total de projetos e ações estabelecidos para universalização dos serviços de Esgotamento Sanitário que já foram executados		Gestor municipal				
PARS	programados para o setor de Limpeza Urbana e	Número total de projetos e ações programados para o setor de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no PMSB	Projetos e ações	PMSB				
PAS	programados para	Número total de projetos e ações programados no PMSB para universalização do saneamento básico	Projetos e ações	PMSB				
PASe	Total de projetos e ações estabelecidos para universalização do saneamento executados	Número total de projetos e ações estabelecidos para universalização do saneamento que já foram executados	Projetos e ações	Gestor municipal				
PFE5	População infantil até 5 anos de idade	População do município segundo a faixa etária: de 0 a 5 anos de idade		IBGE				
PPGI	Produtos componentes do PGIRS	Número total de produtos que compõem o PGIRS	Unidade- produto	PMSB				
PPGIe	Produtos componentes do PGIRS executados	Número total de produtos que compõem o PGIRS executados.	Unidade- produto	Gestor municipal				
POPT	População total	População total do município, do último Censo realizado	Habitantes	IBGE				
POPTr	População total rural	População total rural do município, estimativas ou último Censo realizado pelo IBGE	Habitantes	IBGE				
POPTu	População total urbana	População total urbana do município, estimativas ou último Censo realizado pelo IBGE	Habitantes	IBGE				





universalização e de qualidade dos serviços prestados para acompanhamento do PMSB							
ariáveis	De	escrição	Unidade	Fonte (origem dos dados)			
PRA	População rural atendida com os serviços de Abastecimento de Água	População rural atendida com serviços do sistema de Abastecimento de Água	Habitantes	Gestor municipal			
PRE	População rural atendida com os serviços de Esgotamento Sanitário	Sanitário, seja por meio de rede coletora de esgoto e tratamento ou fossas sépticas (total)	Habitantes	Gestor municipal			
PRF	População rural atendida com fossa séptica	Quantidade total de habitantes da área rural que possuem fossa séptica	Habitantes	Gestor municipal			
PTA	População total atendida com os serviços de Abastecimento de Água	* 1	Habitantes	Gestor municipal			
PTD	População total atendida com serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem	sistema de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem, por meio de rede coletora e de bocas de lobo	Habitantes	Gestor municipal			
PTE	População total atendida com os serviços de esgotamento sanitário	População total atendida com sistema de esgotamento sanitário, seja por meio de rede coletora de esgoto e tratamento ou fossas sépticas (total)	Habitantes	Gestor municipal			
PTR	População total atendida com os serviços de coleta de resíduos	População total atendida com coleta de resíduos diretamente pelo serviço de limpeza e/ou caçambas	Habitantes	Gestor do serviço			
PRR	População rural atendida com os serviços de coleta de resíduos	População rural atendida com coleta de resíduos diretamente pelo serviço de limpeza e/ou caçambas.	Habitantes	Gestor do serviço			
PUR	População urbana atendida com os serviços de coleta de resíduos	População urbana atendida com coleta de resíduos diretamente pelo serviço de limpeza e/ou caçambas	Habitantes	Gestor do serviço			
PuCS	População urbana atendida por coleta seletiva	População urbana atendida com a coleta seletiva do tipo porta-a-porta executada pela prefeitura ou empresas contratadas; por associações ou cooperativas de catadores ou por outros agentes	Habitantes	Gestor do serviço			





Variáveis	3	Descrição	Unidade	Fonte (origem dos dados)
PUA	População urbana atendida com os serviços de Abastecimento de Água	População urbana atendida com serviços do sistema de Abastecimento de Água	Habitantes	Gestor do serviço
PUD	População urbana atendida com serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem	População urbana atendida com sistema de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem, por meio de rede coletora e de bocas de lobo	Habitantes	Gestor do serviço
QI01	Economias ativas atingidas por interrupções	Quantidade total anual, inclusive repetições, de economias ativas atingidas por interrupções sistemáticas no sistema de distribuição de água decorrente de intermitências prolongadas	Economias	Prestadora de Serviço de Água
QI02	Interrupções sistemáticas	Quantidade de vezes, no ano, inclusive repetições, em que ocorreram interrupções sistemáticas no sistema de distribuição de água, provocando intermitências prolongadas no abastecimento	Interrupções	Prestadora de Serviço de Água
RDAS	Destinação de resíduos domiciliares para aterros sanitários	Total de resíduos sólidos domiciliares coletados e destinado para Aterro Sanitário	Toneladas	Gestor
TOI	Óbitos infantis	Total de óbitos infantis: Número de óbitos infantis ocorridos na população com idade até um ano, no ano de referência	Nº de mortes	Secretaria de saúde
TNV	Nascidos vivos	Total de Nascidos vivos: Total de crianças nascidas vivas, no ano de referência	Pessoas	Secretaria de saúde e IBGE
TND	Notificações de casos de doenças diarreicas	Taxa de notificações diarreicas: Número total de notificações de casos de doenças diarreicas, em relação à população infantil antes de completar 5 anos de idade, no ano de referência	Pessoas	Secretaria de saúde e IBGE
TOD	Notificações de casos de dengue	Taxa de notificações de casos de dengue: Número total de notificações de casos de dengue no ano de referência	Nº de casos registrados	Secretaria de saúde e IBGE
QCS	Resíduos coletados por meio de coleta diferenciada	Quantidade de resíduos sólidos domiciliares coletados por meio de coleta diferenciada (coleta seletiva)	Tonelada	Gestor do serviço





Continuação do Quadro 18. Variáveis utilizadas para compor os indicadores de desempenho, universalização e de qualidade dos serviços prestados para acompanhamento do PMSB

ulliv	cisanzação e de qu	alidade dos serviços prestados para acompanha		
Variáveis		Descrição	Unidade	Fonte (origem dos dados)
QCSR	recuperados	Quantidade anual de materiais recicláveis recuperados (exceto matéria orgânica e rejeitos) coletados de forma seletiva ou não, decorrente da ação dos agentes executores.	Tonelada	Gestor público
QCT	Resíduos domiciliares totais coletados	Quantidade de resíduos sólidos domiciliares totais coletado	Tonelada	Gestor do serviço
QextrR	-	Quantidade de vezes, no ano, inclusive repetições, em que foram registrados extravasamentos na rede de coleta de esgotos. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas	Número de vezes	Gestor do serviço
VAC	Volume total de água consumido	Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido + o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado. Não deve ser confundido com o volume de água faturado	m³	Gestor do serviço
VAP	Volume total de água produzido	Volume total de água captado no município em um mês seja por captação superficial ou subterrânea	m³	Gestor do serviço
VAT	Volume total de água tratada	Volume total de água tratada, medido na saída da Estação de Tratamento de Água no município em um mês	m³	Gestor do serviço
VEC	Volume de Esgoto Coletado	Volume total do esgoto coletado no município por ano (Em geral é considerado como sendo de 80% a 85% do volume de água consumido na mesma economia	m³	Gestor do serviço
VET	Volume de esgoto tratado	Volume total de esgoto tratado no município por ano, medido na saída da Estação de Tratamento de Esgoto	m³	Gestor do serviço





Quadro 19. Indicadores de desempenho para acompanhamento do PMSB

	Indicador		ap time p with				Responsável
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula e variáveis*	Periodicidade de cálculo	Intervalo de validade	pela divulgação / geração
InAd01	Índice de Execução do PMSB	Avaliar o desempenho no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PMSB para universalização dos serviços de saneamento	Percentual (%)	$\frac{PASe}{PAS}x100$	Anual	Prazos estabelecidos no PMSB	Gestor público
InAd02	Índice de Execução dos serviços de Sistema de Abastecimento de Água	Avaliar o desempenho no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PMSB para o serviço de Abastecimento de Água	Percentual (%)	$\frac{PAAe}{PAA}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAd03	Índice de execução dos serviços do Sistema de Esgotamento Sanitário	Avaliar o desempenho no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos para o serviço de Esgotamento Sanitário	Percentual (%)	$\frac{PAEe}{PAE}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAd04	Índice de execução dos serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana	Avaliar o desempenho no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PMSB para os serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana	Percentual (%)	$\frac{PADe}{PAD}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAd05	Índice de execução dos serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Avaliar o desempenho no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PMSB para os serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Percentual (%)	$\frac{PARSe}{PARS}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAd06	Indicador de execução dos investimentos totais previstos no PMSB	Avaliar o desempenho no cumprimento dos investimentos previstos no PMSB	Percentual (%)	$\frac{INR}{INP}x100$	Anual	Prazos estabelecidos no PMSB	Gestor público

*consultar Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores





Quadro 20. Indicadores de universalização dos serviços para acompanhamento do PMSB

	Indicador	Quadro 20. indicadores de universanzaç		1		Intervalo	Responsável
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula e variáveis*	Periodicidade de cálculo	de validade	pela divulgação / geração
InAu01	Índice de atendimento total com Abastecimento de Água	Avaliar o grau de universalização da população total atendida com o serviço de Abastecimento de Água, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PTA}{POPT}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAu02	Índice de atendimento urbano com Abastecimento de Água	Avaliar o grau de universalização da população urbana atendida com o serviço de Abastecimento de Água, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$rac{PUA}{POPTu}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAu03	Índice de atendimento rural com Abastecimento de Água	Avaliar o grau de universalização da população rural atendida com o serviço de Abastecimento de Água, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PRA}{POPTr}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAu04	Índice de atendimento total com serviço de Esgotamento Sanitário	Avaliar o grau de universalização da população total atendida com o serviço de Esgotamento, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PTE}{POPT}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAu05	Índice de atendimento urbano com serviço de Esgotamento	Avaliar o grau de universalização da população urbana atendida com o serviço de Esgotamento Sanitário, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PUE}{POPTu}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InAu06	Índice de atendimento Rural com serviço de Esgotamento Sanitário	Avaliar o grau de universalização da população rural atendida com o serviço de esgotamento sanitário, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PRE}{POPTr}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público

^{*}consultar Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores





Continuação do Quadro 20. Indicadores de universalização dos serviços para acompanhamento do PMSB

	Indicador	-	j	,		Intervalo	Responsável
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula e variáveis*	Periodicidade de cálculo	de validade	pela divulgação / geração
InAu07	Índice de atendimento total com serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem	Avaliar o grau de universalização do atendimento da população total com serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PTD}{POPT}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InAu08	Índice de atendimento total com serviço de coleta de resíduos	Avaliar o grau de universalização da população total atendida com o serviço de coleta de resíduos sólidos, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PTR}{POPT}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InAu09	Índice de atendimento Urbano com Serviço de coleta de resíduos	Avaliar o grau de universalização da população urbana atendida com o serviço de coleta de resíduos sólidos, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PUR}{POPTu}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InAu010	Índice de atendimento rural com serviços de coleta de resíduos sólidos	Avaliar o grau de universalização da população rural atendida com o serviço de esgotamento, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{PRR}{POPTr}x$ 100	Anual	Anual	Gestor público
InAu011	Índice de implantação de coleta diferenciada (secos e úmidos)	Avaliar o grau de universalização da coleta diferenciada (de secos e úmidos), face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{QCS}{QCT}x100$	Anual	Anual	Gestor público

*consultar Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores





Quadro 21. Indicadores de qualidade dos serviços de Abastecimento de Água para acompanhamento do PMSB

	Indicador	A 3				Intervalo	Responsável
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula e variáveis*	Periodicidade de cálculo	de validade	pela divulgação / geração
InQa01	Índice de qualidade de água distribuída	Avaliar a qualidade da água distribuída, por meio de análises realizadas e resultados em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914/2011, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$rac{QAE}{QAA}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InQa02	Índice de intermitência na distribuição de água	Avaliar a melhoria da qualidade do serviço de distribuição da água a partir do início da execução do PMSB	Percentual (%)	$\frac{QI01}{QI02}$	Anual	Anual	Gestor público
InQa03	Índice de cobertura de Hidrometração	Avaliar a cobertura de hidrometração das ligações de água ativas, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{LAMi}{LAA}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InQa04	Índice de leitura de ligações ativas	Avaliar o consumo médio per capita de água da população com vistas a evitar desperdícios, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$rac{LAL}{LAA}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InQa05	Índice de perdas na produção de água	Avaliar as perdas de água na produção, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{VAP - VAT}{VAP} x 100$	Anual	Anual	Gestor público

*consultar Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores





Quadro 22. Indicadores de qualidade dos serviços de Esgotamento Sanitário para acompanhamento do PMSB

	Indicador	·		•		Intervalo	Responsável
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula e variáveis*	Periodicidade de cálculo	de validade	pela divulgação / geração
InEcc01	Índice de coleta de esgoto	Monitorar a quantidade de esgoto coletada, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{VEC}{VAC}x$ 100	Anual	Anual	Gestor público
InQe01	Índice de tratamento de esgoto	Avaliar a evolução do tratamento de esgoto coletado, face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$rac{VET}{VEC}x$ 100	Anual	Anual	Gestor público
InQe02	Índice de extravasamento	Monitorar a eficácia na redução de extravasamento de esgoto, face às metas estabelecidas no PMSB	Extravasamento /km	$rac{QextrR}{ERE}$	Anual	Anual	Gestor público

^{*}consultar Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores





Quadro 23. Indicadores de qualidade dos serviços de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem urbana para acompanhamento do PMSB

Quadro 23. Indicadores de qualidade dos serviços de Manejo de Aguas Pluviais e Drenagem urbana para acompanhamento do PMS							
Indicador					Periodicidade	Intervalo	Responsável pela
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula e variáveis*	de Cálculo	de validade	divulgação / geração
InQd01	Índice de vias urbanas com sistema de drenagem urbana	Avaliar a cobertura do sistema de drenagem em relação ao sistema viário existente no município face às metas estabelecidas no PMSB	Percentual (%)	$\frac{ESD}{ETV}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InQd02	Índice de cobertura de área com sistema de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana em relação à pavimentação	Avaliar a área coberta pelo sistema de Manejo de Águas pluviais e Drenagem Urbana, contemplando drenagem superficial e profunda, face às metas estabelecidas no PMSB.	Percentual (%)	$\frac{ASD}{ATM}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InQd03	Índice de cobertura de área com sistema de manejo de águas pluviais e drenagem urbana, com drenagem profunda	Avaliar a área coberta pelo sistema de Manejo de Águas pluviais e Drenagem Urbana, contemplando drenagem profunda, face às metas estabelecidas no PMSB.	Percentual (%)	$\frac{ATDp}{ATM}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InQd04	Índice de cobertura de área com sistema de manejo de águas pluviais e drenagem urbana, com drenagem superficial	Avaliar a área coberta pelo sistema de Manejo de Águas pluviais e Drenagem Urbana, contemplando drenagem superficial, face às metas estabelecidas no PMSB.	Percentual (%)	$\frac{ATDs}{ATM}x100$	Anual	Anual	Gestor público

*consultar o Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores





Quadro 24. Indicadores de qualidade dos serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos para acompanhamento do PMSB

Indicador		s de quandade dos serviços de Empeza ero		Fórmula e	Periodicidade	Intervalo	Responsável
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	variáveis*	de cálculo	de validade	pela divulgação / geração
InQr01	Elaboração do PGIRS	Acompanhar e monitorar a fase da elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	Percentual (%)	$\frac{PPGIe}{PPGI}x100$	Trimestral	Trimestral	Gestor público
InQr02	Índice de disposição final adequada	Avaliar e monitorar o volume de RDO coletado com disposição final adequada (segundo metas estabelecidas no PMSB)	Percentual (%)	$\frac{RDAS}{QCT}x100$	Semestral	Semestral	Gestor público
InQr03 (I031)	Índice de materiais recicláveis recuperados	Avaliar o atingimento de metas estabelecidas no PMSB relativa à redução de RDO destinados à disposição final em razão do volume de materiais recuperados	Percentual (%)	$\frac{QCSR}{QCT}x100$	Anual	Anual	Gestor público
InQr04 (I030)	Índice de coleta seletiva	Avaliar a abrangência de implantação da coleta seletiva, segundo metas estabelecidas no PMSB.	Percentual (%)	$\frac{PuCS}{PopTu}x100$	Trimestral	Trimestral	Gestor público

^{*}consultar Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores

Fonte: PMSB-MT, 2016





Quadro 25. Indicadores de Saúde para acompanhamento do PMSB

Indicador Quadro 23. 1			•	1		T / 1	Responsável
Código	Nome do indicador	Objetivo	Unidade	Fórmula e variáveis*	Periodicidade de cálculo	Intervalo de validade	pela divulgação / geração
InS01	Taxa de mortalidade infantil	Avaliar a efetividade dos programas e ações do PMSB na melhoria da qualidade de vida da população, considerando a população infantil até um ano de idade	Taxa por 1000	$\frac{TOI}{TNV}$ x1000	Anual	Anual	Gestor público
InS02	Taxa de notificações de casos de doenças diarreicas	Avaliar a efetividade dos programas e ações do PMSB na melhoria da qualidade de vida da população, considerando a população infantil até 5 anos de idade	Taxa por 1000	$\frac{TND}{PFE5}x1000$	Semestral	Semestral	Gestor público
InS03	Taxa de notificação de ocorrência de dengue	Avaliar a efetividade dos programas e ações do PMSB na melhoria da qualidade de vida da população	Taxa por 1000	$\frac{TOD}{POPT}x1000$	Anual	Anual	Gestor público

^{*}consultar Quadro 18 para a listagem das variáveis utilizadas na composição das fórmulas dos indicadores

Fonte: PMSB-MT, 2016





10 PRODUTO I – SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA AUXÍLIO À TOMADA DE DECISÃO

O Produto I é constituído por um Sistema de Informação que possui o objetivo principal de auxiliar à tomada de decisões quanto ao Plano Municipal de Saneamento Básico. Por meio do cadastramento dos formulários aplicados nos municípios as informações são processadas automaticamente pelo software gerando resultados em forma de listagens, relatórios e estatísticas. Ainda possui funcionalidades que controlam o acesso hierarquizado, com visualizações e alterações envolvendo apenas municípios específicos ou todo o estado, propiciando tanto visões específicas quanto panorâmicas.





11 PRODUTO J – RELATÓRIO MENSAL SIMPLIFICADO DO ANDAMENTO DAS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO

O Produto J é o resultado das atividades de mobilização realizadas no município, descrevendo desde as atividades de sensibilização, capacitação, reuniões públicas, eventos realizados pelos comitês no município até a audiência final. Este produto descreve também os materiais de divulgações utilizados, atividades de planejamento, levantamento técnico e eventuais dificuldades encontradas.

No município foram realizadas 8 atividades de mobilização, além da sensibilização, capacitação e reuniões públicas (Figura 15). Estas atividades mobilizaram cerca de 400 participantes.





Figura 15. Ilustração de algumas das atividades de mobilização realizadas no município 1ª Reunião publica (16/11/2015)

Atividades mês dezembro



Atividade mês março



Audiência pública – aprovação Produtos C e D



12.05.2016.08

Conferência Final do PMSB





Fonte: PMSB-MT, 2016

12 CONCLUSÃO

Assim sendo, aprovado, o PMSB passa a ser a referência de desenvolvimento do município no qual são estabelecidas as diretrizes para o saneamento básico e fixadas as metas de cobertura e atendimento com os serviços de água, coleta e tratamento do esgoto doméstico, manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.





ART's dos responsáveis técnicos



CREA-MT

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2533862

Motivo: SUBSTITUIÇÃO DE ART

Substitui a ART: 2494608 Equipe. ART Principal: 2532791

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

ELIANA BEATRIZ NUNES RONDON LIMA

Título Profissional: * Engenheiro Sanitarista

RNP:1200858018

Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Registro: MT04628/D

Registro: 36482

2. Dados do Contrato

Contratante: FUND. APOIO E DES.DA UFMT - FUNDACAO UNISELVA

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, CAMPUS UFMT

N°

Cidade: CUIABA

CEP: 78070970

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Honorários: 7.000.00

Bairro: BOA ESPERANCA

Valor: 6.200.000,00

Proprietário: FUNDAÇAO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

Endereço: DIVERSOS MUNICÍPIOS,

CPF/CNPJ: 26.989.350/0001-16

CPF/CNPJ: 04845150000157

Cidade: INDETERMINADO

3. Dados da Obra/Serviço

Bairro:

UF:ID

UF: MT

CEP: 0

Data de Início: 15/09/2015 Previsão de término: 30/08/2017

Custo da Obra: 0.00

Dimensão: 0.00

4. Atividade Técnica 1 Elaboração

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UN 106,00

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS SANITARISTAS/AMBIENTALISTAS DE MATO GROSSO - AESA

9. Informações 8. Assinaturas Declaro serem verdadeiras as informações acima oi de Juch Emmondouble ELIANA BEATRIZ NUNES RONDON LIMA Sandiamonast

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vinculo contratual.

ww.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



Valor ART R\$74,37

FUND. APOIO E DES.DA UFMT - FUNDACAO UNISELVA Paga em 29/06/2016

Valor pago: ISENTA

Nosso Número: 24/181000002533862-5

CREA-MT

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 2533862

Substitui a ART: 2494608 Equipe, ART Principal: 2532791

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

ELIANA BEATRIZ NUNES RONDON LIMA

Título Profissional: * Engenheiro Sanitarista

Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RNP:1200858018

Registro: MT04628/D

Registro: 36482

CPF/CNPJ: 04845150000157

N°

2. Dados do Contrato

Contratante: FUND. APOIO E DES.DA UFMT - FUNDACAO UNISELVA

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, CAMPUS UFMT

Cidade: CUIABA

LIF: MT

Bairro: BOA ESPERANCA

CEP: 78070970

Valor: 6.200.000,00

3. Resumo do Contrato

Coordenação Técnica do projeto "Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para 106 (cento e seis) (cento e seis) Municípios Mato-grossenses" conforme Termo de Execução Descentralizada nº 04 e Processo 21.150.005.455/2013-51 firmado entre a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional e Saúde e Governo do Estado de Mato Grosso. Os municípios contemplados pelo projeto são: Alto Paraguai, Arenápolis, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Denise, Diamantino, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, São José do Rio Claro, Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Tapurah, União do Sul, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Luciara, Novo Santo Antônio, São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência, Ribeirão Cascalheira, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguainha, Guiratinga Itiquira, São José do Povo, Tesouro, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Vila Rica, Colider, Guaranta do Norte, Itaúba, Marcelandia, Matupá, Nova Canaa do Norte, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Araguaiana, General Carneiro,

Novo São Joaquim, Ponte Branca. Ribeirãozinho, Torixoréo, Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Poxoréo, Santo Antônio do Leste, São Pedro da Cipa, Brasnorte, Itanhangá, Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Tabaporã, Campos de Júlio, Conquista do Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale do São Domingos, Vila Bela da Santissima Trindade, Rondolândia, Aripuană, Castanheira, Colniza, Juina, Juruena, Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Planalto da Serra, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaita. Os PMSB serão executados no período de 15 de setembro

Cure 19 10110712016

Local e Data

de 2015 a 30 de agosto de 2017.

Declaro serem verdadeiras as informações acima

emizodalbus

Profissional

De acordo

Sandiamonaut Contratante

CREA-MI

ART de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2532791

Motivo: SUBSTITUIÇÃO DE ART Substitui a ART: 2494545

ART Individual/Principal

CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57

CPF/CNPJ: 26989350/0001-16

1. Responsável Técnico

PAULO MODESTO FILHO

Título Profissional: * Engenheiro Civil

RNP:1208384821

Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA

Registro: MT02685/D Registro: 36482

2. Dados do Contrato

Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO UFMT(UNISELVA

Nº

N°

Cidade: CUIABA

Valor: 6.200.000,00

UF: MT

CEP:78060900

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

Bairro: BOA ESPERANCA Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Honorários: 0,00

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA

Endereço: DIVERSOS MUNICIPIOS,

Bairro:

CEP: 78000000

Data de Início: 15/09/2015 Previsão de término: 30/08/2017

Cidade: INDETERMINADO

Custo da Obra: 6200000.00

Dimensão: 106.00

4. Atividade Técnica

106,00

UN

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 1 Elaboração

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART. 5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS DE MATO GROSSO - ABENC-MT

Declaro serem verdadeiras as informações acima PAULO MODESTO FILHO

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



Valor ART R\$74,37

Paga em 22/06/2016

FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO UFMT(UNISELVA

Nosso Número: 24/181000002532791-7

Anot

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977

CREA-MT

ART de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2532791

Substitui a ART: 2494545 ART Individual/Principal

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

PAULO MODESTO FILHO

Título Profissional: * Engenheiro Civil

Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RNP:1208384821

Registro: MT02685/D

Registro: 36482

CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57

2. Dados do Contrato

Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO UFMT(UNISELVA

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA

Cidado: CLIIARA

Cidade: CUIABA

UF: MT Valor: 6.200.000,00 Bairro: BOA ESPERANÇA

CEP:78060900

N°

•

3. Resumo do Contrato

Coordenação Técnica do projeto "Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para 106 (cento e seis) Municípios Mato-grossenses" conforme Termo de Execução Descentralizada nº 04 e Processo 21.150.005.455/2013-51 firmado entre a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional e Saúde e Governo do Estado de Mato Grosso. Os municípios contemplados pelo projeto são: Alto Paraguai, Arenápolis, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Denise, Diamantino, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, São José do Rio Claro, Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Tapurah, União do Sul, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Luciara, Novo Santo Antônio, São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência, Ribeirão Cascalheira, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguainha, Guiratinga Itiquira, São José do Povo, Tesouro, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu Santa Terezinha, Vila Rica, Colíder, Guarantã do Norte, Itaúba, Marcelândia, Matupá, Nova Canaã do Norte, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Araguaiana, General Carneiro Novo São Joaquim, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréo, Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira Paranatinga, Pedra Preta, Poxoréo, Santo Antônio do Leste, São Pedro da Cipa, Brasnorte, Itanhangá, Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Tabaporã, Campos de Júlio, Conquista do Oeste Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale do São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade, Rondolândia, Aripuanã, Castanheira, Colniza, Juína, Juruena, Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Planalto da Serra, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta. Os PMSB serão executados no período de 15 de setembro de 2015 a 30 de agosto de 2017.

22/06/2016

Local e Data

Declaro serem verdadeiras as informações acima

E Clode to UL

Profissional

De acordo

Contratante



CREA-MT

ART de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

546676

23400/0Motivo: SUBSTITUIÇÃO DE ART

Res. 1.050

Substitui a ART: 2495022 Corresponsável à 2532791

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

RUBEM MAURO PALMA DE MOURA

Título Profissional: * Engenheiro Civil

RNP:1211180867

Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Registro: MT01103/D

Registro: 36482

2. Dados do Contrato

Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO UFMT(UNISELVA)

CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57

CPF/CNPJ: 26989350000116

N°

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, CAMPUS DA UFMT

Bairro: BOA ESPERANÇA

Cidade: CUIABA UF: MT

UE:ID

CEP:78060900

Dimensão: 0,00

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Honorários: 10.000,00

3. Dados da Obra/Serviço

Valor: 6,200,000,00

Proprietário: FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA

Endereço: DIVERSOS MUNICÍPIOS,

Bairro:

Cidade: INDETERMINADO

CEP: 0

Data de Início: 15/09/2015 Previsão de término: 30/08/2017

2017

Custo da Obra: 6200000,00

4. Atividade Técnica

1 Coordenação Técnica

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO RÁSICO

106.00 UN

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

1-NAO INFORMADO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Punahai

Local

de —

Data

_____ de ____

7

RUBEM MAURO PALMA DE MOURA

FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO UFMT(UNISELVA)

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vinculo contratual.

www.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



Valor ART R\$74,37

Paga em 11/07/2016

Valor pago: R\$74,37

Nosso Número: 24/181000002546676-3

CREA-MT

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2546676

Substitui a ART: 2495022 Corresponsável à 2532791

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

RUBEM MAURO PALMA DE MOURA

Título Profissional: * Engenheiro Civil

Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RNP:1211180867

Registro: MT01103/D

Registro: 36482

CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57

2. Dados do Contrato

Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO UFMT(UNISELVA)

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, CAMPUS DA UFMT

Cidade: CUIABA

UF: MT

Bairro: BOA ESPERANÇA

CEP:78060900

Valor: 6.200,000.00

3. Resumo do Contrato

Coordenação Técnica geral do projeto de Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para 106 (cento e seis) municípios Mato-grossenses através do Termo de Execução Descentralizada nº 04 e

Processo 21 150 005 455/2013-51 firmado entre a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional de Saúde e Governo do Estado de Mato Grosso. Os municípios contemplados pelo projeto serão: Alto Paraquai,

Arenápolis, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Denise, Diamantino, Nortelândia, Nova Marilândia,

Nova Maringá, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, São José do Rio Claro, Cláudia, Feliz Natal,

Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Tapurah,

União do Sul, Alto Boa Vista. Bom Jesus do Araguaia, Luciara, Novo Santo Antônio, São Félix do Araguaia,

Serra Nova Dourada, Água Boa, Campinapolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Nova Nazare,

Nova Xavantina, Querência, Ribeirão Cascalheira, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguainha,

Guiratinga, Itiquira, São José do Povo, Tesouro, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte,

Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Vila Rica, Colider, Guaranta do Norte, Itaúba, Marcelândia, Matupa,

Nova Canaã do Norte, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Araguaiana,

General Carneiro, Novo São Joaquim, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréo, Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara

Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Poxoréo, Santo Antônio do Leste, São Pedro da Cipa. Brasnorte. Itanhangá, Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Tabaporã, Campos de Júlio, Conquista do Oeste.

Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale do São Domingos, Vila Bela da Santissima Trindade, Rondolândia,

Rondolândia, Aripuanã, Castanheira, Colniza, Juina, Juruena, Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos

Guimarães, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Planalto da Serra, Poconé, Santo Antônio do

Leverger, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaita,

Os PMSB serão executados no período de 15 de setembro de 2015 a 30 de agosto de 2017,

Declaro serem verdadeiras as informações aclma

Local e Data

Profissional

candiamiconalis

Contratante

CREA-MT

ART de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

2579969

Substitui a ART: 2494968 Equipe. ART Principal: 2532791

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

CLEIDE MARTINS DE CARVALHO SANTANA

Título Profissional: * Engenheiro Sanitarista * Engenheiro de Segurança do Trabalho

RNP:1201176280 Registro: MT09115/D

Registro: 0

Empresa: NENHUMA EMPRESA

2. Dados do Contrato

Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT

CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, CAMPUS DA UFMT,BL GRÁFICA

N° 2367

Cidade: CUIABA

Bairro: BAIRRO BOA ESPERANÇA

UF: MT

CEP: 78070970

Valor: 6.200.000,00

3. Resumo do Contrato

Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico através do Termo de Execução Descentralizada nº 04 e e Processo 21.150.005.455/2013-51 firmado entre a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional de de Saúde e Governo do Estado de Mato Grosso para os municípios de: Santa Carmem, Cláudia, União do Sul, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis, Guarantã do Norte, Vila Rica, Santa Terezinha, Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Alto Garças, Araguainha, Alto Boa Vista, Canabrava do Norte. O projeto será executado no período de 15 de setembro de 2015 a 30 de agosto de 2017, atendendo todos os itens dispostos no Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (2012) da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA. A administradora do projeto será a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso com CNPJ 04.845.150/0001-57 com endereço na Avenida Fernando Corrêa 2367, Campus da UFMT, Bloco da Gráfica. Bairro:Boa Esperança localizado na cidade de Cuiabá-MT.

Chai/24/08/16	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo Comduamemants	
Local e Data	Profissional	Contratante	



CREA-MT

ART de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Res. 394

Motivo: SUBSTITUIÇÃO DE ART

Substitui a ART: 2494968 Equipe. ART Principal: 2532791

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

CLEIDE MARTINS DE CARVALHO SANTANA

Título Profissional: * Engenheiro Sanitarista * Engenheiro de Segurança do Trabalho

RNP:1201176280

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Registro: MT09115/D

Registro: 0

CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57

2. Dados do Contrato

Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT

N° 2367

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, CAMPUS DA UFMT,BL GRÁFICA

Cidade: CUIABA

UF: MT

Bairro: BAIRRO BOA ESPERANÇA

Valor: 6.200.000,00

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO CEP: 78070970

Honorários: 7.020.51

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

Endereço: DIVERSOS MUNICÍPIOS,

CPF/CNPJ: 26.989.350/0001-16

Cidade: INDETERMINADO

UF:ID

Bairro: CEP: 0

Data de Início: 15/09/2015 Previsão de término: 30/08/2017

Custo da Obra: 0,00

Dimensão: 0.00

4. Atividade Técnica

1 Elaboração

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

16,00 UN

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS SANITARISTAS/AMBIENTALISTAS DE MATO GROSSO - AESA

o. Assinaturas				
Declaro serem verdadeiras as informações acima				
bucahai Local		Data de	2016	
	aufun			
CLEIDE	E MARTINS DE CARVALHO SA	NTANA		
Sandiamomarke				
FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT				
√alor ART R\$74,37	Paga em 24/08/2016	Valor pago: ISENTA	Α	

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



Nosso Número: 24/181000002579969-0



CREA-MT

ART de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

255810

Motivo: SUBSTITUIÇÃO DE ART

Substitui a ART: 2494960

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico	Equipe. ART Principal: 2532791
CASSIANO RICARDO REINEHR CORREA	
Título Profissional: * Engenheiro Sanitarista e Ambiental	
RNP:1213172608	Registro: MT030408
Empresa: NENHUMA EMPRESA	Registro: 0
2. Dados do Contrato	
Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT	CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57
Endereço: AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, CAMPUS DA UFI	
Cidade: CUIABA B	airro: BOA ESPERANÇA
UF: MT CEP: 78070970 Tipo de	Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO
Valor: 6.200.000,00	onorários: 5.776,33
3. Dados da Obra/Serviço	
Proprietário: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-FUNASA	CPF/CNPJ: 26.989.350/0001-16
Endereço: DIVERSOS MUNICÍPIOS,	N°
Cidade: INDETERMINADO B	airro:
UF:ID C	EP: 0
Data de Início: 15/09/2015 Previsão de término: 30/08/2017	
Custo da Obra: 0,00 Dimensão: 0,00	
4. Atividade Técnica	
1 Elaboração PLANO MUNICIPAL DE SAN	EAMENTO BÁSICO 16,00 UI
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a l 5. Observações	paixa desta ART.
Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue n	o CREA-MT uma via original assinada da mesma.
6. Declarações	
Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas norm	as técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2
de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima rela 7. Entidade de classe	
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS SANITARISTAS/AMBIENTAL:	ISTAS DE MATO GROSSO - AESA
8. Assinaturas	9. Informações
Declaro serem verdadeiras as informações acima	- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentaçã
Cuidro II de agento	do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA. - A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br
Corris Lundo Lemela Corris	- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
CASSIANO RICARDO REINEHR CORREA	
sandiamematie	www.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br CREA.M
FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT	tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000

Valor ART R\$74,37

Paga em 24/08/2016

Valor pago: ISENTA

Nosso Número: 24/181000000255810-6



CREA-MT

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

255810

Substitui a ART: 2494960 Equipe. ART Principal: 2532791

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

1. Responsável Técnico

CASSIANO RICARDO REINEHR CORREA

Título Profissional: * Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Empresa: NENHUMA EMPRESA

RNP:1213172608

Registro: MT030408

Registro: 0

CPF/CNPJ: 04.845.150/0001-57

N° 2367

2. Dados do Contrato

Contratante: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT

Endereço: AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, CAMPUS DA UFMT, BL GRAF.

Cidade: CUIABA

UF: MT

Bairro: BOA ESPERANÇA

CEP: 78070970

Valor: 6.200.000,00

3. Resumo do Contrato

Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico através do Termo de Execução Descentralizada nº 04 e Processo 21.150.005.455/2013-51 firmado entre a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional de Saúde e Governo do Estado de Mato Grosso para os municípios de: Santa Carmem, Cláudia, União do Sul, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis, Guarantã do Norte, Vila Rica, Santa Terezinha, Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Alto Garças, Araguainha, Canabrava do Norte, Alto Boa Vista. O projeto será executado no período de 15 de setembro de 2015 a 30 de agosto de 2017, atendendo todos os itens dispostos no Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (2012) da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA. A administradora do projeto será a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da

Universidade Federal de Mato Grosso com CNPJ 04.845.150/0001-57 com endereço na Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367, Campus da UFMT, Bloco da Gráfica. Bairro:

Boa Esperança localizado na cidade de Cuiabá-MT

Local e Data

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Profissional

De acordo

Contratante













